

6 MUNICÍPIOS AFETADOS
Força tarefa do GEA atua para frear propagação da praga da mandioca ⑨



ASSASSINATO
Adolescente é apreendido e confessa ter matado motorista de aplicativo ⑩



OBRAS
Parque Tecnológico terá espaço dedicado à criação de novas startups ⑧



SEM LICENÇA DO IBAMA, PETRÓLEO NA FOZ DO AMAZONAS VAI A LEILÃO

Em toda a Margem Equatorial, cinco setores de exploração petrolífera serão colocados à venda pela Agência Nacional de Petróleo e Gás (ANP) ⑦



CSA FIRMA PARCERIA COM INSTITUTO TRATA BRASIL E MIDR ⑦



PROJETO 'AÇÃO SAÚDE DE MÃOS DADAS' COMEÇA POR ABACATE DA PEDREIRA

Iniciativa é de profissionais de várias áreas da medicina que se uniram voluntariamente pelo propósito comum de cuidar das pessoas ⑨



DIÁRIO DE COMUNICAÇÕES LTDA.

C.N.P.J.: 02.401.125/0001-59
Administração, Redação e Publicidade
Avenida Coriolano Jucá, 454 - Centro
CEP 68900-101 Macapá (AP) - Fone: 96-3223-7690
www.diariodoamapa.com.br

COMPROMISSO COM A NOTÍCIA

LUIZ MELO
Diretor
Superintendente

ZIULANA MELO
Diretora
de Jornalismo

MÁRLIO MELO
Diretor
Administrativo

Circulação simultânea em Macapá, Belém, Brasília e em todos os municípios do Amapá. Os conceitos emitidos em artigos e colunas são de responsabilidade dos seus autores e nem sempre refletem a opinião deste Jornal. Suas publicações são com o propósito de estimular o debate dos problemas amapaenses e do país. O Diário do Amapá busca levantar e fomentar debates que visem a solução dos problemas amapaenses e brasileiros, e também refletir as diversas tendências do pensamento das sociedades nacional e internacional.

GREGÓRIO J.L. SIMÃO

Radialista e estudante de Filosofia

E-MAIL: GREGOGIOJSIMAO@YAHOO.COM.BR



Dor da Alma requer mais do que terapia

Nos últimos anos é possível perceber um mundo onde se vai de um extremo ao outro em questão de dias ou horas. Da felicidade irradiante ao mau humor insuportável. Talvez mais do que se pode esperar ou presumir do ser humano.

Essas mudanças repentinas de humor podem ser entendidas como doença da alma.

Nem mesmos os tais “remedinhos” para dormir ou acalmar não conseguem dar solução e, algumas pessoas acabam se viciando e só conseguem uma estabilidade à base dos fármacos indicados e prescritos cada vez mais nos consultórios médicos.

Quando o corpo e os exames clínicos complementares não conseguem identificar a doença, partem-se para tratamentos medicamentosos e menos curativos ou de tratamentos com profissionais que poderiam contribuir.

As dores da alma começam a ser descritas em congressos, seminários e mesmo estudos e terminam por ganhar novas nomenclaturas como doença da alma, dores emocionais ou doenças psicossomáticas. Ela surge quando não há um diagnóstico comprovado, mas a dor é real, existe e dói de verdade.

Alguns psiquiatras e psicólogos classificam alguns destes sintomas como ansiedade, depressão, estresse ou mesmo a síndrome do pânico (que afeta profissionais que vão dos mais conceituados aos que são criticados por colegas ou superiores hierarquicamente).

Não entramos no debate do assédio moral e trabalhista. No caso do que ocorre no emprego, mas tão somente das dores emocionais que têm origem de dores tão intensas e que, apesar de não serem identificadas na matéria do corpo físico, deixam a alma amargurada, angustiada e aflita.

Hoje cresce mundialmente uma nova classe de profissionais que, mesmo sem tanta bagagem em universidades, apresentam soluções que podem amenizar o sofrimento de um ser humano.

Afinal, estas doenças aparecem quando a pessoa se afasta da sua essência, e isso acontece quando não respeita a sua própria integridade. Alguns chegam a se martirizar com cortes na pele, tentativas de autoexterminio ou fuga da realidade.

O importante, além de buscar um atendimento clínico e psiquiátrico é bom se fazer ouvir. Não é preciso explodir, mas abrir o coração e a mente. ■

Afinal, estas doenças aparecem quando a pessoa se afasta da sua essência, e isso acontece quando não respeita a sua própria integridade. Alguns chegam a se martirizar com cortes na pele, tentativas de autoexterminio ou fuga da realidade.

MARIO EUGENIO

Tecnologista Sênior

E-MAIL: MARIOSATURNO@UOL.COM.BR



Sobre termelétricas, ônibus e caminhões

Os países do primeiro mundo banirão veículos a gasolina e a diesel em alguns anos. No Brasil, há algumas iniciativas para reduzir o consumo de combustíveis mais por causa da poluição. Por exemplo, o município de São Paulo tem uma Lei Municipal (16.802/2018) que estabeleceu que os veículos que atendem o transporte público devem reduzir as emissões de dióxido de carbono (CO2) em 50% no prazo de 10 anos e 100%, em 20 anos.

E ainda há uma instituição financeira do Governo do Estado de São Paulo, o Desenvolve SP, que financia projetos de inovação e sustentáveis com juros competitivos e longos prazos para pagar e Fundos Garantidores, bem como financiamentos federais.

Como se vê, até os vereadores podem atuar nesta área. Mas creio que deveríamos ser mais ousados, ônibus e caminhões novos deveriam ser todos híbridos até 2027. Essa medida traria uma economia de cerca de 30% no consumo de diesel ao país, 95% a menos de material particulado na atmosfera e 30% a menos de gás carbônico.

E os custos não são proibitivos como mostra o estudo “Avaliação Internacional de Políticas Públicas para Eletromobilidade em Frotas Urbanas” de 2018. O estudo informa que para cumprir a legislação é preciso que os mais de 14.000 ônibus da capital paulista sejam substituídos para usar o diesel P7. Estimou-se que essa substituição, incluindo infraestrutura e operação, é de R\$ 18,2 bilhões. Mas se substituir os ônibus por híbridos, o custo cai para R\$ 17,6 bilhões.

A Pacific Gas & Electric, instalada no Norte da Califórnia, mostrou um ganho adicional. Investiu 33% do orçamento anual da frota (100 milhões de dólares em cinco anos) em veículos leves e caminhões elétricos. Constataram que a eletrificação reduziu os custos operacionais, aumentou a vida útil do veículo, além de reduzir as emissões de poluentes.

Outro grande problema relacionado a combustíveis fósseis são as Usinas Termelétricas. Foram importantes para que o país não colapsasse, mas é preciso extrair mais dessas fontes ultrapassadas, poluentes e caras de energia. Em uma consulta aos sites governamentais, observa-se que as principais termelétricas nem geram tanta energia assim. Por exemplo, a Termelétrica Cuiabá I (MT) gera uma potência de 470 MW, a Norte Fluminense (Macaé, RJ), 740 MW, a Uruguiana (RS), 480 MW, Araucária (PR), 410 MW.

Todas essas termelétricas com infraestrutura para levar energia elétrica aos consumidores são um grande desperdício de dinheiro quando não são usadas. Deveriam associar a elas outras fontes de energia como a solar ou eólica ou, até mesmo, pequenas hidrelétricas que utilizariam toda a infraestrutura e as termelétricas somente complementar a demanda que a infraestrutura suporta.

O Brasil tem hoje instalado em termelétricas a gás 15,3 GW e prevendo para 2026 19,9 GW, em termelétrica a óleo de 4,3 GW para 4,7 GW e a carvão, manter os atuais 3 GW. Muito se pode melhorar, por exemplo, substituir por biogás de esgoto e lixo, biodiesel, e pellet de resíduos de madeira e cana. Grandes oportunidades ao alcance dos senadores, deputados e vereadores. ■

Outro grande problema relacionado a combustíveis fósseis são as Usinas Termelétricas. Foram importantes para que o país não colapsasse, mas é preciso extrair mais dessas fontes ultrapassadas, poluentes e caras de energia.

FROM LUIZ MELO



A RÁDIO
O JORNAL
AGORA
WEBTV

FALE COM O LUIZ MELO

E-mail: luizmello.da@uol.com.br

Blog: www.luizmelo.blog.br

Twitter: @luizmelodiario

Instagram: @luizmelodiario © 2018

É lei!

Com firme articulação no Congresso de Randolfe, a Lei da Reciprocidade Comercial foi aprovada e já está em vigor. Através dela, será garantida a proteção e soberania brasileira diante de países que impõem relações unilaterais. "A nós, só interessa o respeito mútuo e parcerias que impulsionem o desenvolvimento do Brasil!", disse o senador.



Perdão

Da bancada do Amapá em Brasília, Sonize, Silvia e Vinicius, os 3 do PL, assinam pedido de urgência da PL da Anistia do 8/1.

A fundo

Em mutirão, TCE fustiga contas de prefeituras pendentes anos a fio - da capital às interioranas.

Tudo em nome da transparência do dinheiro público, por ordem dada e passada pelo novo presidente Reginaldo Ennes.

Objetivo

Integrante do corpo de recepção ao embaixador da Itália no Brasil, Alessandro Cortese, no Palácio do Setentrão, deputado Malafaia clareia a importante visita: "Fortalecer os laços entre o Amapá e a Itália, com foco na cooperação em diversas áreas econômicas, ampliando as possibilidades de desenvolvimento para o estado".

Competição

Para quem ainda não sabe, motoristas de aplicativo gostam de futebol, tanto que já têm até campeonato, iniciado ano passado. Nesta terça, 15, é aberta a 2ª versão da Copa MPA (motoristas por aplicativo), na Arena Nossa Senhora de Fátima. A hora é que é ingrata: 23h.

Palavra

Bispo diocesano de Macapá, Dom Antônio de Assis Ribeiro lança livro de sua autoria, 'O Grito da Cruz', nesta quinta, 17, às 10h, na Livraria Paulinas. Obra aborda as 7 Palavras de Jesus no Calvário, relacionando-as ao mundo contemporâneo.

Avanço

Parque Tecnológico do Amapá, no lugar onde funcionou o Macapá Hotel, deve ser entregue para imediato funcionamento, em agosto próximo, segundo Lindomar Ferreira, amapaense que preside da Associação Brasileira de Startups.

Apresentação

Em encontro no Palácio do Setentrão com vice-governador Teles Júnior e secretários estaduais, embaixador da Itália, Alessandro Cortese, ouviu e viu as potencialidades do estado com destaque para bioeconomia e manejo florestal sustentável.



Contato

Embaixador da Itália no Brasil, Alessandro Cortese, visitou Amapá, nessa segunda, 14. Foi recepcionado no Palácio do Setentrão pelo vice-governador Teles Júnior, no exercício da governadoria. Cortese veio fortalecer relações institucionais e comerciais entre as partes.



Estratégico

Na visão do presidente do Congresso Nacional, senador Alcolumbre, a cooperação institucional fortalece e estabiliza o país, garantindo futuro promissor.

RAPIDINHAS

FORA - Após eliminar Remo e Amazonas, Mazagão Atlético Clube (MAC) perde de 5 a 0 para o Vasco, em Nova Iguaçu, no RJ - 8 a 1 no acumulado. O que o tira do Sub 17, da Copa do Brasil. ■

MEDIAÇÃO - Tjap, em parceria com Prefeitura de Macapá, encerra nesta terça, 15, 2º Mutirão de Regularização Tributária. Iniciativa visa negociação de débitos do IPTU. ■

INTERESSES - Amapá, sem dúvida, vivendo momento de protagonismo global. Além da Itália, através do embaixador Alessandro Cortese, em menos de 2 anos o estado recebeu representantes da Áustria, França, Ucrânia e Irã. ■

LUIZ CARLOS

Presidente do Grupo Literário A ILHA/SC

E-MAIL: LCAESCRITOR@GMAIL.COM



"Leia para mim"

Venho escrevendo há décadas sobre lermos para nossas crianças desde a mais tenra infância. A criança deve conviver com livros desde que tem apenas meses de vida. Os pequenos que veem livros nas mãos da família, por toda a casa, que têm os seus próprios livros desde os primeiros meses, sejam eles de plástico ou de tecido, aqueles que ouvem as pessoas lendo esses livros para eles, certamente vão gostar de ler. Vão ter curiosidade de saber o que contém aqueles objetos coloridos, cheios de letras, que contam histórias de fantasia e de aventura, vão ter pressa de aprender a ler para

eles próprios conseguirem decifrar aqueles códigos.

Então incentivo sempre a leitura de livros para nossas crianças, assim como dar de presente livros para elas. Acabo de ver uma reportagem sobre um projeto escolar chamado Leia para mim. As escolas chamam pessoas para virem ler para os pequenos estudantes, como escritores e contadores de histórias e eles vêm e encantam as crianças com seus livros, suas vozes às vezes misteriosas que se metamorfoseiam para entrar nos personagens e tornar a fantasia quase real.

Fiquei fascinado, pois lembrei que ainda na semana passada meu genro foi à escolinha de meu neto de cinco anos, em Lisboa, para contar algumas histórias para todos os aluninhos. Eles adoraram e teve até abraço coletivo. Não é bom saber que, apesar de tudo, há quem esteja tentando incutir o gosto pela leitura nos leitores em formação?

E lembrei também que eu e vovó - mais a vovó do que o vovó - lemos livros infantis e

gibis da turma da Mônica para Rio, nosso neto, via WhatsApp, direto daqui da Santa e bela Catarina para Lisboa. A gente vai mostrando as ilustrações do livro ou os quadrinhos enquanto lê, e ele vai ouvindo e vendo lá em Portugal. Tecnologia é uma coisa muito boa quando funciona bem e facilita a comunicação e aproximação, mesmo que estejamos tão longe uns dos outros geograficamente, quanto dos dois lados do oceano.

Desde que Rio nasceu, morávamos meio ano em Lisboa e meio ano aqui no Brasil, então acostumamos a ler para ele, os avós e a mãe dele. Este ano ainda não fomos para lá porque me acidentei e quebrei um pé e uma perna, mas logo voltaremos. Ver uma criança crescer gostando de livros é uma coisa fabulosa. E agora são duas crianças, pois ano passado chegou Ian. E já é na hora de começar com ele.

Então, vamos ler para nossas crianças, mesmo que algumas delas tenham só um ninho de idade. Ou menos. ■

ARGUMENTOS

E-MAIL: COLUNA.ARGUMENTOS@YAHOO.COM.BR - BLOG: CLEBERBARBOSA.NET

CLEBER BARBOSA



Parceria

A Concessionária de Saneamento do Amapá (CSA) participou nesta terça-feira, 15, do evento 'Água Para Todos', promovido pelo Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional (MIDR) e Agência Nacional de Águas (ANA) em Macapá. O ministro Waldez Góes celebrou a parceria firmada reforçando a importância da política de segurança hídrica, do comitê de bacias e das demais informações que serão produzidas para a qualidade da água no Amapá.

Kits

Na última sexta-feira (11), cem kits de higiene pessoal foram distribuídos a pessoas em situação de rua atendidas pelo projeto Sexta Restaurativa Pop Rua Jud Amapá, do Tribunal de Justiça do Amapá (TJAP). A ação é resultado de parceria com a Assembleia Legislativa do Amapá (Alap) e o Centro Frei Daniel de Samarate, mantido pelos freis capuchinhos.

Lei ambiental

O senador Mecias de Jesus, do Republicanos de Roraima, está propondo uma legislação ambiental específica para a autorização da exploração de petróleo e gás natural na Foz do Amazonas, além de repasses de royalties para a região. O projeto protocolado em março, contudo, acendeu um alerta em ambientalistas.

Luto

Faleceu nesta terça-feira (15) em Macapá o ex-deputado Constituinte do Amapá, Félix Ramalho, aos 93 anos de idade. Ele estava internado havia dois dias, no Hospital São Camilo e São Luiz, onde deu entrada com mal-estar desde domingo. A causa do seu óbito foi falência múltipla dos órgãos, segundo seu filho, o ex-vereador de Santana Diogo Ramalho.



Leilão

O próximo leilão brasileiro de áreas para exploração e produção de petróleo vai oferecer blocos localizados na bacia da Foz do Amazonas, confirmou a Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANP). O leilão está previsto para o próximo dia 17 de junho, e a lista de setores em oferta foi publicada no Diário Oficial da União nesta segunda-feira, 14. Cinco dos dezesseis setores oferecidos no leilão estão localizados na Margem Equatorial brasileira, sendo quatro na Foz do Amazonas e uma na bacia Potiguar.

Estreitando relações

O embaixador da Itália no Brasil, Alessandro Cortese, visitou o Amapá nesta segunda-feira, 14, em busca de fortalecer relações institucionais e comerciais. Recebido no Palácio do Setentrião, em Macapá, pelo vice-governador Teles Júnior, o diplomata conheceu as potencialidades do estado mais preservado do Brasil, com destaque para a bioeconomia e o manejo florestal sustentável.

CB/Reprodução



AS ÚLTIMAS

CIDADES - Diariamente a CEA Equatorial realiza diversas frentes de trabalho em vários municípios do estado, seja com podas, substituição de equipamentos, de estruturas, entre outras frentes de trabalho de manutenção e de correção. Para que esses trabalhos ocorram são realizados os Desligamentos Programados. O serviço busca manter o bom desempenho do sistema e reduzir as ocorrências de falta de energia, além de levar mais qualidade ao fornecimento de energia para os habitantes de cada cidade. Desta vez, durante os dias 15 a 19 de abril, além da capital, Macapá, recebe as ações as cidades de Santana, Serra do Navio, Calçoene, Amapá e Oiapoque.

UNIVERSIDADE - A Unifap e o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR) realizam na próxima segunda-feira, 14 de abril, evento que irá apresentar o projeto executivo do Centro de Inteligência em Biotecnologia e Bioeconomia da Amazônia (CIBBMA). A apresentação ocorrerá às 16h, no auditório do Conselho Superior (Consu) da Unifap, localizado no campus Marco Zero do Equador, em Macapá (AP).

Na mesa o reitor da Unifap, Prof. Dr. Júlio Sá; o ministro da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR), Waldez Góes; o diretor-presidente da BioTec Amazônia (ICT), Prof. Dr. Seixas Lourenço; e o deputado estadual Jesus Pontes, representando a Alap.

SERVIÇOS

UBS FLUVIAL ENCERRA 3ª VIAGEM DO ANO COM MAIS DE 9 MIL ATENDIMENTOS



Entre os dias 8 e 10 de abril, a Prefeitura de Macapá esteve em atuação nas comunidades de Igarapé do Meio, Franco Grande e Arraiol, com a Unidade Básica de Saúde (UBS) Dra. Célia Trasel. A embarcação, que em 2025 já atendeu 9 localidades do Arquipélago do Bailique, alcançou a marca de 3.447 atendimentos na terceira viagem, resultando em 9.844 no ano.

Do total de atendimentos durante a terceira viagem, 1.716 foram relacionados aos serviços de enfermagem, como triagem, pré-natal, coleta de Papanicolau (PCCU), vacinação, aplicação de medicamentos e realização de

testes rápidos. Consultas médicas, disponibilizadas para todas as faixas etárias e incluindo visitas domiciliares para pacientes acamados, somaram 264 atendimentos.

Além dos serviços de saúde comuns às UBSs da capital amapaense, o dispositivo da Secretaria Municipal de Saúde (Semsu) contou com uma parceria entre a pasta e as Secretarias Municipais de Mobilização e Participação Popular (Semopp), que distribuiu 225 absorventes e 244 peças de roupas, e a Assistência Social (Semas), responsável pela entrega dos kits bebê para mães cadastradas no Cadastro Único (CadÚnico).

A farmácia da embarcação, que disponibiliza todos os medicamentos fornecidos pela Semsu mediante solicitação médica ou indicação do profissional de enfermagem, recebeu 517 receitas, ocupando o segundo lugar entre os serviços mais procurados.

Por meio de encaminhamento, também é possível realizar a coleta de sangue para exames que são analisados na capital, Macapá. Os resultados são enviados à unidade de saúde mais próxima da comuni-

dade onde o paciente reside. Esse serviço realizou a coleta de 183 amostras.

A embarcação conta com duas salas dedicadas aos atendimentos odontológicos, onde são realizados procedimentos como limpeza dental, aplicação de flúor e selantes dentários, além de restaurações, extrações e raspagens. Com duas equipes compostas por um dentista e um técnico em saúde bucal, foram realizados 208 atendimentos durante os 3 dias de viagem.

Essencial para garantir uma alimentação saudável e balanceada, além da elaboração de relatórios para os beneficiários do Bolsa Família, o atendimento nutricional da unidade realizou 57 consultas, envolvendo pesagem, medição e planejamento alimentar.

Além dos cuidados físicos, a UBS Fluvial também promove a saúde mental por meio da escuta psicológica, que somou 33 atendimentos.

A unidade realiza uma viagem por mês, com um dia de atendimento em cada comunidade assistida. O cronograma pode ser acessado no site oficial e nas redes sociais da Prefeitura de Macapá. ■

ESPLANADA

PODER, POLÍTICA E MERCADO

E-MAIL: REPORTAGEM@COLUMNAESPLANADA.COM.BR

LEANDRO
MAZZINI



Com Walmor Parente (DF), Beth Paiva (RJ) e Henrique Barbosa (PE)

Segue a novela

O atual embaixador de Israel no Brasil, Daniel Zonshine, conclui sua missão daqui a três meses, em julho, e retornará ao seu país, se aposentando em seguida. Em janeiro, o Governo de Benjamin Netanyahu solicitou o agrément para o sucessor, mas até agora o Itamaraty não respondeu. Israel considera o presidente Lula da Silva persona non grata.

Lá e cá

O deputado Paulo Alexandre (PSDB-SP), ex-prefeito de Santos, vai liderar missão parlamentar à Dinamarca e Alemanha, para conhecer o túnel Fehmarnbelt, que ligará os dois países, com inauguração prevista para 2029. Ele pode servir de modelo para o túnel que ligará Santos ao Guarujá (SP), financiado pelos Governos federal e estadual.



Ei, STF, cadê o camburão?

Enquanto dá pena de até 16 anos de cadeia para os alopados golpistas do "8 de Janeiro de 2023" e, em canetadas monocráticas, perdoa delatores confessos da Lava Jato, o Supremo Tribunal Federal só piora sua imagem popular com a morosidade - conota até companheirismo - do caso do ex-senador Fernando Collor de Mello. Collor foi condenado a oito anos e 10 meses pela própria Corte em 2023 com provas de corrupção e lavagem de dinheiro quando senador. Ele recebeu R\$ 20 milhões em propinas com atuação de um bando seu na BR Distribuidora. Collor segue em liberdade, amparado por dois pedidos de vistas de ministros durante 2024 e agora nos embargos dos embargos (protocolados dia 6 de março deste ano) como última tentativa de evitar a prisão. No julgamento de um recurso, em 2024, mantiveram a pena máxima o relator, Alexandre de Moraes, e os ministros Cármen Lúcia, Flávio Dino, Edson Fachin, Luís Barroso e Luiz Fux. Os ministros Dias Toffoli, Gilmar Mendes, Nunes Marques e André Mendonça tentaram reduzir a pena a 4 anos (o que garantiria a Collor até prisão domiciliar), mas foram vencidos. Cristiano Zanin se disse impedido e não votou. A viatura da PF está abastecida na garagem. Mas o Supremo segura a chave do carro.

Travou tudo

O governo do Paraguai avisou ao do Brasil que, enquanto a gestão Lula da Silva III não esclarecer o caso da suposta espionagem da ABIN de e-mails de diretores da Usina de Itaipu, as negociações sobre o tratado não serão retomadas. Diplomatas paraguaios dizem que houve quebra de confiança, e relações demoram a se restabelecer. A Embaixada do Paraguai não recebeu resposta do Brasil sobre pedido de esclarecimentos.

Viva Sousa Dantas

A Câmara dos Deputados realiza amanhã sessão solene em memória das vítimas do Holocausto. Será, também, homenagem ao embaixador brasileiro Luiz Martins de Souza Dantas que, à época da 2ª Guerra, salvou centenas de judeus. Ele tinha 64 anos em 1940 quando atuava na França e concedeu vistos para o Brasil a judeus e outras minorias perseguidas pelos nazistas, contrariando o Governo de Getúlio Vargas.

ENERGIA RENOVÁVEIS

"NÃO É FESTA, É LUTA", DIZ MARINA SILVA SOBRE COP30 EM BELÉM

A ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, voltou a reforçar nesta terça-feira (15) a importância do enfrentamento ao aquecimento do planeta com planejamento para substituir os combustíveis fósseis por fontes de energia renováveis e menos poluentes. Durante a participação no simpósio Conectando Clima e Natureza: Recomendações para Negociações Multilaterais, em Brasília, a ministra lembrou a seriedade do compromisso com o meio ambiente assumido há 32 anos na Cúpula da Terra, a ECO 92, no Rio de Janeiro.

"A gente vai ter que se planejar para uma transição justa para o fim do combustível fóssil, se não, a gente vai ser mudado. E já estamos sendo mudados", declarou.

De acordo com a ministra, esse planejamento precisa se traduzir na entrega das Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs, na sigla em inglês) pelos países signatários do Acordo de Paris, até a próxima Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP30), sediada pelo Brasil, em Belém (PA).

"Não é festa, é luta. Não é a Copa do Mundo, não é a Olimpíada, é uma COP, que a gente poderia dizer que vem em um momento em que estamos vivendo a pedagogia do luto e da dor por muitas coisas, inclusive pela ameaça ao multilateralismo, solidariedade e a colaboração entre os povos", enfatizou.

Com um planejamento, Marina diz que é possível promover essa transição evitando problemas como extremos climáticos que causam temporais, secas, incêndios e desempregos. "Eu gosto da ideia de a gente se planejar para mudar, porque daí a gente tem a chance de poder gradativamente fazer as coisas sem os efeitos indesejáveis da mudança", reforçou.

Marina destacou ainda que as negociações climáticas precisam da sobriedade que carregue o peso de, no ano passado, o planeta ter atingido a temperatura de 1,5°C acima do período pré-industrial. "O clima é parte da natureza, mas a gente fez algo tão terrível que agora a gente tem que conectar clima e natureza como se fosse algo separado", afirmou.

INVESTIGAÇÃO

Polícia desarticula grupo que incita adolescentes a cometer cybercrime

Policiais civis do Rio de Janeiro cumprem, nesta terça-feira (15), uma operação voltada para desarticular grupo criminoso que praticava crimes cibernéticos contra crianças e adolescentes. A operação Adolescência Segura está cumprindo mandados de prisão temporária e de busca e apreensão, além de internação provisória contra adolescentes infratores.

São investigados crimes de ódio, de tentativa de homicídio, de instigação ao suicídio, de maus-tratos a animais, de apologia ao nazismo e de armazenamento e divulgação de pornografia infantil.

SENAI

CHAMAMENTO PÚBLICO SELEÇÃO Nº 15/2025- SENAI-DR/AP

O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI/AP, por intermédio da Comissão de Seleção, torna público a realização da seleção com disputa, na forma **FECHADA PRESENCIAL**, adotado o critério **ECONÔMICO** para contratação de empresa especializada em prestação de serviços de engenharia para reforma e adequações da recepção do SENAI Macapá.

- Data da reunião: 30/04/2025
- Hora: 9h

O instrumento de chamamento poderá ser obtido no site do SENAI www.ap.senai.br – Transparência – Licitações / Processos de Seleção – Acesse os processos de contratação do SENAI-AP – RCA DISPUTA FECHADA.

Informações no telefone (96) 3084-8979, e através do e-mail: selecao@sesisenaiap.org.br.

Macapá-AP, 15 de abril de 2025.

Enaile Lopes dos Santos Vieira
Presidente da Comissão Permanente de Seleção
SENAI/SESI-DR/AP

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ – CEA

Sociedade Anônima de Capital Fechado
NIRE 16300015066 | CNPJ nº 05.965.546/0001-09
VERSÃO RESUMIDA DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO
DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA A SER REALIZADA
EM 28 DE ABRIL DE 2025

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ – CEA ("Companhia") vem pela presente, nos termos do art. 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), convocar a Assembleia Geral Ordinária ("Assembleia Geral") a ser realizada no dia 28 de abril de 2025, às 17 horas, em 1ª (primeira) convocação, **de forma exclusivamente digital**, por meio de videoconferência na plataforma "Microsoft Teams", para examinar, discutir e deliberar a respeito da seguinte ordem do dia: (1) as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório do auditor independente referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; (2) o relatório da administração e as contas dos administradores referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; (3) a proposta da administração para a destinação do resultado da Companhia apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; (4) a fixação da remuneração global anual da administração para o exercício de 2025; e (5) a autorização para a administração da Companhia praticar todos os atos necessários para implementar as deliberações aprovadas na Assembleia. Para participação na Assembleia Geral, a Companhia requer que o acionista solicite seu cadastro até o dia **27 de abril de 2025** inclusive, mediante solicitação pelo e-mail ri@equatorialenergia.com.br, fornecendo as informações e documentos indicados abaixo ("Solicitação de Acesso"). A Solicitação de Acesso deverá: (i) conter a identificação do acionista e, se for o caso, de seu representante legal que comparecerá à Assembleia Geral, incluindo seus nomes completos e seus CPF ou CNPJ, conforme o caso, e telefone e endereço de e-mail do solicitante; e (ii) ser acompanhada dos documentos necessários para participação na Assembleia Geral, conforme descritos na versão da íntegra deste Edital de Convocação. Validadas a condição de acionista e a regularidade dos documentos pela Companhia após a Solicitação de Acesso, o acionista receberá, até 24 horas antes da Assembleia Geral, as instruções para acesso ao sistema eletrônico para participação na Assembleia Geral. Caso o acionista não receba as instruções de acesso com até 24 horas de antecedência do horário de início da Assembleia Geral, deverá entrar em contato com o Departamento de Relações com Investidores, por meio do e-mail ri@equatorialenergia.com.br, com até 2 horas de antecedência do horário de início da Assembleia Geral, para que seja prestado o suporte necessário. Será de responsabilidade exclusiva do acionista assegurar a compatibilidade de seus equipamentos com a utilização da plataforma para participação da Assembleia Geral por sistema eletrônico, e que a Companhia não se responsabilizará por quaisquer dificuldades de viabilização e/ou de manutenção de conexão e de utilização da plataforma digital que não estejam sob controle da Companhia. Informações complementares relativas à participação na Assembleia Geral por meio do sistema eletrônico e à manifestação de votos a distância serão colocadas à disposição dos acionistas na sede social da Companhia e nas páginas eletrônicas na rede mundial de computadores da Companhia (<https://ri.equatorialenergia.com.br/>). Ressalta-se que a presente publicação se trata de informação resumida que não deve ser considerada isoladamente. A versão íntegra deste Edital está disponível na página eletrônica do jornal Diário do Amapá (<https://www.diariodoamapa.com.br/cat/cadernos/cidades/>) e da Companhia. Macapá/AP, 16 de abril de 2025. **Augusto Miranda da Paz Júnior** - Presidente do Conselho de Administração.

equatorial

PAULO SILVA

RACHAS, FALÁCIAS E TRUQUES



FALE COM O PAULO SILVA

E-mail: paulosilva1955@bol.com.br

Twitter: @paulosilva1955

Blog: diariodoamapa.com.br/cat/blogs/paulo-silva/

Eliminação de documentos

A Comissão Permanente de Avaliação Documental do Tribunal de Justiça do Amapá (CPAD/TJAP) reuniu-se na segunda-feira (14) para alinhar a publicação de dois editais de eliminação de documentos, já disponíveis no Diário de Justiça Eletrônico, publicado no mesmo dia. A reunião, solicitada pelo museólogo Michel Ferraz, teve como objetivo apresentar a minuta do edital e a planilha de listagem de documentos para descarte.

Petróleo da Guiana

O Senado analisa a criação de uma comissão externa para visitar a Guiana e acompanhar a exploração de petróleo no país vizinho. O autor do pedido, senador Dr. Hiran (PP-RR), disse que a missão pode identificar boas práticas e avaliar o impacto ambiental da atividade. A proposta será votada no Plenário do Senado. A Guiana pode alcançar 1,2 milhão de barris por dia até 2028, tornando-se um dos maiores produtores do mundo.

TRT em Ferreira Gomes

O Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região (PA/AP) promoverá uma ação da Justiça Itinerante em Ferreira Gomes, município localizado no estado do Amapá, durante os dias 24 e 25 de abril. Acontecerão audiências na sede da Defensoria Pública do Amapá, na Av. Coaracy Nunes, Centro. O atendimento ao público será na loja do Super-Fácil, na Rua Duque de Caxias, Centro, das 8h às 13h. Serão realizados atendimentos sobre: problemas na anotação ou baixa na Carteira de Trabalho; salário abaixo do mínimo; férias não pagas; salário retido; aviso prévio; FGTS; horas extras e seguro-desemprego.

Carreira e remuneração

O Tribunal de Contas do Amapá (TCE/AP) deu início a um levantamento nacional para verificar os Planos de Carreira e Remuneração dos professores da rede pública nos 16 municípios e no estado. A ação, de âmbito nacional e unificada, é coordenada pelo Instituto Rui Barbosa (IRB) e conta com a parceria do Movimento Profissão Docente. O objetivo é obter dados detalhados sobre os planos de carreira e remuneração do magistério em todo o país, proporcionando uma visão abrangente e atualizada da carreira. As respostas devem ser enviadas por meio de uma plataforma eletrônica, entre os dias 22 de abril e 22 de maio de 2025.

Programa autorizado

O Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) autorizou o estado do Amapá a instituir programa de pagamento e parcelamento de créditos tributários relacionados com o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias - ICM - e o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS - decorrentes de fatos geradores ocorridos até 31 de dezembro de 2024, constituídos ou não, inscritos ou não em Dívida Ativa, inclusive objeto de parcelamentos anteriores rescindidos ou ativos, espontaneamente denunciados pelo contribuinte, em discussão administrativa ou judicial, ou ainda proveniente de lançamento de ofício efetuado após a ratificação deste convênio, com redução de até 100% dos juros, multas e demais acréscimos legais, observadas as condições e limites estabelecidos no convênio e na legislação estadual.

Foto/Divulgação



Peixe da Semana Santa

O Governo do Amapá inicia nesta quarta-feira (16) e segue até sexta-feira (18), mais uma ação do programa Peixe Popular da Semana Santa. Este ano serão ofertadas cerca de 150 toneladas de pescado com valores que variam entre R\$ 12 e R\$ 25, sendo comercializados em cinco pontos da capital, Macapá. O objetivo do programa é oferecer peixe a preços acessíveis ao consumidor com valores abaixo dos praticados nas feiras, durante o feriado da Semana Santa. O programa ainda ocorrerá nas cidades de Santana, Serra do Navio, Itaubal, Cutias, Pedra Branca do Amapari, Vitória do Jari e Tartarugalzinho, que integram a ação do estado. A expectativa é que o programa gere cerca de 400 postos de trabalho de forma direta e indireta, movimentando cerca de R\$ 2 milhões dentro da cadeia econômica do setor.

Contas julgadas

O juiz eleitoral Eduardo Navarro Machado julgou não prestadas as contas de campanha do diretório municipal do Partido Mobilização Nacional (PMN), nas eleições municipais 2024, no município de Cutias, e determinou a perda do direito ao recebimento da quota do Fundo Partidário e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha - FEFC até que haja a regularização da omissão pelo partido. Navarro considerou que persistiu a omissão do partido após a sua regular intimação.

Defesa da exploração

Na semana passada, no Salão Nobre da Câmara dos Deputados, em Brasília, ocorreu o lançamento da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Exploração de Petróleo na Margem Equatorial do Brasil, que vai do Amapá ao Rio Grande do Norte. A nova frente, idealizada pelo deputado federal Pedro Lucas Fernandes (União Brasil-MA), visa promover o desenvolvimento legislativo e regulatório necessário para o apoio e incentivo à exploração de petróleo na Região Norte do Brasil, além de fortalecer o setor de óleo e gás no país.

Fim do mutirão

O Tribunal de Justiça do Amapá (TJAP), por meio do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec), em parceria com a Prefeitura de Macapá (PMM), realizou, nesta terça-feira (15), o último dia de atendimentos do 2º Mutirão de Regularização Tributária, iniciado em 7 de abril. Durante os sete dias de iniciativa, os acordos firmados possibilitaram descontos, parcelamentos e maior acesso à regularização tributária. Ao todo, foram realizados mais de mil atendimentos à população e, segundo balanço parcial, as ações resultaram na homologação de acordos processuais e na negociação de aproximadamente R\$ 4,8 milhões em débitos tributários.

Concurso da Conab

As inscrições para o concurso público da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) estão abertas até 15 de maio. O processo de seleção da empresa pública oferecerá 403 vagas para cargos de nível médio e superior, em diferentes regiões do país. Além das vagas imediatas, haverá formação de cadastro de reserva de aprovados. O valor das inscrições será de R\$ 50 para cargos de nível médio e de R\$ 80, para cargos de nível superior. As inscrições poderão ser realizadas exclusivamente no site da banca organizadora do concurso público, o Instituto Consulplan. Salário vão de R\$ 3,4 mil a R\$ 8,1 mil. As provas serão realizadas nas 27 capitais e estão previstas para 13 de julho.

Festa de aniversário

O Ministério Público do Amapá recebeu notícia de fato (denúncia) de que a Prefeitura de Pedra Branca do Amapari, pretende realizar festa de aniversário da cidade no dia 1º de maio. A promotora de justiça Carolina Pereira



investiga se os recursos públicos serão utilizados para o evento, pois é notória a situação de calamidade financeira pela qual passa a prefeitura, havendo, inclusive, ação judicial em desfavor do município, diante do atraso no pagamento de diversas categorias de servidores públicos, efetivos e comissionados. Caso o município pretenda arcar com qualquer recurso, o Ministério Público atuará para coibir tal conduta, diante da situação de calamidade financeira e do descumprimento de outras obrigações urgentes, tais como o pagamento dos salários dos servidores. O prefeito Marcelo Pantoja já foi acionado para que, no prazo de cinco dias, apresente, de forma minuciosa, a planilha de gastos e a origem de recursos para a festa de aniversário da cidade.

RAPIDINHA

■ **CONTAS** - Ao emitir parecer pela aprovação das contas de 2017 do ex-prefeito Clécio Luis, TCE ressaltou que a gestão financeira apresentou aspectos positivos, dentre eles superávit primário de R\$ 30.621.195,92 e superávit financeiro de R\$ 38.558.396,60, refletindo uma boa saúde fiscal. ■

■ **MERENDA** - Em Oiapoque, o promotor de justiça Matheus Silva Mendes instaurou procedimento preparatório de inquérito civil com o objetivo de apurar a interrupção no fornecimento de merenda escolar na escola municipal Maria Leopoldina Amaral Rodrigues. ■

■ **MULTAS** - Ex-prefeitos de Serra do Navio e de Mazagão, Elson Belo e João da Silva Costa, o Dudão, são apontados como os campeões de multas impostas pelo Tribunal de Contas do Amapá. Se eles pagam as multas já é outra história. ■

POLÍTICA



FALE COM A REDAÇÃO

E-mail: diario-ap@uol.com.br
 site: www.diariodoamapa.com
 twitter: @diariodoamapa
 Instagram: @diariodoamapa

MARGEM EQUATORIAL

SEM LICENÇA DO IBAMA, PETRÓLEO NA FOZ DO AMAZONAS VAI A LEILÃO

Em toda a Margem Equatorial, cinco setores de exploração petrolífera serão colocados à venda pela Agência Nacional de Petróleo e Gás (ANP)

O próximo leilão brasileiro de áreas para exploração e produção de petróleo vai oferecer blocos localizados na bacia da Foz do Amazonas, confirmou a Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANP). O leilão está previsto para o próximo dia 17 de junho, e a lista de setores em oferta foi publicada no Diário Oficial da União nesta segunda-feira, 14.

Cinco dos dezesseis setores oferecidos no leilão estão localizados na Margem Equatorial brasileira, sendo quatro na Foz do Amazonas e uma na bacia Potiguar. Esta é a primeira vez que os campos na costa amazônica são incluídos no leilão, que terá a participação de 31 empresas nacionais e internacionais concorrendo pela exploração de dezesseis regiões.

O anúncio ocorre em meio à queda de braço entre a Petrobras e o Ibama pelo direito de perfurar em busca de petróleo na margem amazônica. A exploração na região é considerada estratégica pelo governo federal e tem a bênção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, mas o órgão ambiental — subordinado à ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, que é opositora ao projeto — vem negando repetidamente a autorização para que a estatal comece as operações no litoral da Amazônia.

No centro da disputa entre Ibama e Petrobras está o bloco 59, próximo ao litoral do Amapá, que não foi incluído entre os setores à venda no próximo leilão. A região noroeste da bacia da Foz do Amazonas abriga um potencial de 6,2 bilhões de barris de óleo equi-



valentes (BOE, termo que considera petróleo e gás natural), segundo estimativas da Empresa de Pesquisa que o Ibama, apesar da pressão exercida pelo Planalto, ainda não concede.

A área onde seriam abertos os poços de petróleo no bloco 59 fica a cerca de 160 quilômetros de distância da costa

amapaense e, apesar do nome da bacia, mais de 500 quilômetros da foz do Rio Amazonas. O debate sobre aprofundar as pesquisas na região já se estende há mais de uma década — a mais recente negativa do Ibama veio em outubro de 2024, e ainda não há previsão para divulgação de um novo parecer. ■

RELAÇÕES COMERCIAIS E INSTITUCIONAIS

Embaixador da Itália é recebido no Palácio do Setentrão

O embaixador da Itália no Brasil, Alessandro Cortese, visitou o Amapá nesta segunda-feira, 14, em busca de fortalecer relações institucionais e comerciais. Recebido no Palácio do Setentrão, em Macapá, pelo vice-governador Teles Júnior, o diplomata conheceu as potencialidades do estado mais preservado do Brasil, com destaque para a bioeconomia e o manejo florestal sustentável.

Esta foi a primeira vez que Cortese esteve no Amapá, motivado pelo interesse em conhecer de perto o território que desperta atenção internacional. Além da Itália, o estado já recebeu representantes da Áustria, França, Ucrânia e Irã, evidenciando um crescente protagonismo global — especialmente no contexto da preparação para a 30ª Conferência das Partes (COP30).

“Quería conhecer melhor as oportunidades que o Amapá representa para as empresas italianas. Me interessa a maneira como a floresta vem sendo respeitada. É uma região muito impor-



tante do Brasil, ainda pouco conhecida. Um estado jovem, que está crescendo, e que representa muitas oportunidades apesar de suas peculiaridades, com grande parte da Floresta Amazônica intacta. São muitos desafios, mas também muitas vantagens. Na perspectiva da COP, há uma expectativa de apresentar o estado ao mundo”, destacou Cortese.

O embaixador foi apresentado a instrumentos estratégicos do Amapá, como o Selo Amapá, maior programa de bioeconomia da Amazônia, e o novo Código de Governança Socioambiental. Também foram destacados estudos técnicos como o Zoneamento Ecológico-Econômico, que mapeia áreas produtivas e de preservação, e o Atlas Solar, que identifica o potencial de geração de energia fotovoltaica no território. ■

CONVÊNIO

CSA firma parceria com Instituto Trata Brasil e MIDR

DOUGLAS LIMA
EDITOR

A Concessionária de Saneamento do Amapá (CSA) participou nesta terça-feira, 15, do evento ‘Água Para Todos’, promovido pelo Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional (MIDR) e Agência Nacional de Águas (ANA) em Macapá.

O ministro Waldez Góes celebrou a parceria firmada reforçando a importância da política de segurança hídrica, do comitê de bacias e das demais informações que serão produzidas para a qualidade da água no Amapá. “A Trata Brasil é empresa respeitada em termos de monitoramento do saneamento do Brasil. Eles farão estudos, antes durante, e as prospecções em relação ao futuro do Amapá. Uma empresa isenta, em parceria com a Agência Nacional de Água, Companhia de Água no Amapá. Teremos dados científicos para que os consumidores tenham informa-

ções”, disse.

Durante o evento foi assinado um termo de cooperação técnica entre a Concessionária, o MIDR e o Instituto Trata Brasil, que prevê um estudo sobre os avanços do saneamento na área de concessão onde a CSA atua. Desde julho de 2022, a CSA assumiu as operações de água e esgoto na área urbana dos 16 municípios do Amapá.

“O estado não tem como desenvolver, se não tiver saneamento; vamos mostrar nossos avanços; claro que ainda temos muito o que fazer, mas temos números importantes, universalizamos 9 cidades das 16, vamos chegar a 10 ainda este ano. Dobramos a captação, coleta e tratamento de esgoto, geramos emprego, saúde e transformação. Esse convênio com Trata Brasil, que é extremamente sério a pesquisa do saneamento do Brasil. Vamos mostrar esses avanços e além da nossa concessão”, declarou Augusto Dantas, presidente da CSA. ■



Projeto 'Ação Saúde de Mãos Dadas' começa por Abacate da Pedreira

● Iniciativa é de profissionais de várias áreas da medicina que se uniram voluntariamente pelo propósito comum de cuidar das pessoas. ■

OBRA EM ANDAMENTO



PARQUE TECNOLÓGICO TERÁ ESPAÇO DEDICADO À CRIAÇÃO DE NOVAS STARTUPS

Antigo Macapá Hotel, na orla da capital, recebe reformas e reestruturação para reunir empresas de inovação e investidores

DOUGLAS LIMA
EDITOR

O presidente da Associação Brasileira de Startups, o amapaense Lindomar Ferreira, em fala ao programa 'Luiz-MeloEntrevista' (Diário FM 90,9), falou, entre outras coisas, do andamento das obras no espaço do antigo Macapá Hotel, localizado na Orla da capital.

Lindomar lembrou que o investimento inicial das obras foi de 13 milhões de reais para a transformação do espaço em um parque tecnológico, que reunirá todo o sistema de inovação do Amapá, senão o maior da Amazônia. O local será o ponto de encontro do governo, prefeituras, instituições de ensino e startups. "Vai agregar tudo isso num só lugar para fazer esse sistema conversar. Já era um anseio antigo das startups", disse Lindomar.

O Parque terá uma área de educação para criação de novas startups e empresas de inovação, ciência e tecnologias. O espaço também terá um local dedicado à população geral, com uma praça para caminhadas, barracas de alimentos e food-trucks.



■ Lindomar lembrou que o investimento inicial das obras foi de 13 milhões de reais para a transformação do espaço em um parque tecnológico, que reunirá todo o sistema de inovação do Amapá, senão o maior da Amazônia.

A parte da demolição já foi feita. Estamos na fase da adaptação. A previsão de entrega do Parque Tecnológico é para agosto deste ano. O Amapá é segundo estado mais inovador da Amazônia, é destaque. Isso começou em 2019, com o Pacto pela Inovação. Para o novo pacto agora temos a possibilidade do petróleo, sonhamos em ser o estado mais inovador do Brasil

Lindomar Ferreira
Presidente da
Associação Brasileira
de Startups

"A parte da demolição já foi feita. Estamos na fase da adaptação. A previsão de entrega do Parque Tecnológico é para agosto deste ano. O Amapá é segundo estado mais inovador da Amazônia, é destaque. Isso começou em 2019, com o Pacto pela Inovação. Para o novo pacto agora temos a possibilidade do petróleo, sonhamos em ser o estado mais inovador do Brasil", concluiu o presidente. ■





OBJETIVO: CUIDAR DAS PESSOAS

PROJETO 'AÇÃO SAÚDE DE MÃOS DADAS' COMEÇA POR ABACATE DA PEDREIRA

Um grupo de profissionais de saúde se uniu para executar o projeto 'Ação Saúde de Mãos Dadas', tendo o clínico médico Renan Rosas na liderança, sem apoio oficial nem outra ajuda externa. A primeira atividade ocorreu dia 12 na comunidade Abacate da Pedreira, interior do município de Macapá.

"Estamos entregando para quem precisa aquilo que nós podemos fazer, sem muito material físico, mas muito de humano. Nada melhor do que agradecer a Deus por aquilo que ele nos moldou para fazer", disse o clínico médico e cirurgião geral Vinícius Reis, em Abacate da Pedreira.

Segundo o doutor Renan Rosas, o projeto Ação Saúde de Mãos Dadas vai ao Oiapoque e depois avançar por todos os municípios do estado do Amapá. "Temos vários colaboradores, como médicos e enfermeiros; a gente sempre batalha para fazer o correto na ajuda à saúde da população", pontuou o doutor Renan.

O projeto Saúde de Mãos Dadas, que levou mais cuidado e dignidade à população de Abacate da Pedreira, dia 12 passado, trabalhou das 7h às 14h com oferecimento de clínica



médica, pediatria, ginecologia, oftalmologia, odontologia, otorrinolaringologia, cirurgia geral, fisioterapia e educação física. Duzentas pessoas foram atendidas, recebendo orientação, acolhimento e serviços de saúde gratuitos e de qualidade.

A equipe do Ação Saúde de Mãos Dadas, que atuou em Abacate da Pedreira, contou, além dos clínicos médicos Renan Rosas e Vinícius Reis, com o oftalmologista Adachi, otorrino Augusto Dias clínica médica Camila Cunha, Clínica médica Caroline Pastana, pediatra Breno Penha e a gastropediatra Nathalia Dias.

Também integraram a ação os

profissionais Viviane Rosas (pediatra); Caroline Campos (pediatra); Joyse Rassy (ginecologista); enfermeiras Silvana Vedovelli; Francinilda Guerreiro; Mayra Quaresma; Nayane Quaresma e Rodrigo Quaresma; técnicos de enfermagem Kelly Silva, Wyllen Barbosa e Cláudia Amaral.

A lista de integrantes do projeto Ação Saúde de Mãos Dadas, em Abacate da Pedreira, foi completada por Leonardo Rios (atendimento odontológico), Jony Braga e Arthur Socorro (atendimento fisioterapêutico). massoterapeuta Cristina Figueiredo e a educadora física Tânia Figueiredo. ■

ASSESSORIA PARA MÃES

Enfermeiras obstetras criam grupo de atendimento 'Flor de Régia'

DOUGLAS LIMA
EDITOR

Com o objetivo de prestar uma profunda atenção para futuras mães durante todo o período gestacional, um grupo de enfermeiras obstetras se reuniu para criar o 'Flor de Régia'. O coletivo presta serviços de assessoria desde o período do pré-natal até ao pós parto.

As enfermeiras Vilma e Nadia Tostes falaram no programa **Ponto de Encontro** (Diário FM 90,9), onde reforçaram a origem do grupo, desde sua simbologia até ao objetivo final.

Nadia disse que o atendimento ocorre do pré-natal a até 28 dias após o parto, e informou que o grupo surgiu em 2017 após a constatação que o serviço público ainda carecia de atendimento para as mulheres, principalmente no período do pós-parto. "Por baixa da Flor de Vitória Régia os ramos se assemelham a uma placenta, cheia de ramificações", esclareceu a enfermeira.

Vilma complementou a conversa dizendo que a assessoria presta serviços como preparo para o parto normal, cursos de amamentação, cuidado neo neonatal, emergências no natal. A enfermeira informou ainda que além dos pais, babás também podem receber o preparo. "É também um trabalho de humanização; utilizamos tecnologias não invasivas para o alívio da dor do parto. Fazemos todo acompanhamento, orientando os pais", falou.

Por fim, as enfermeiras disseram que todas as integrantes do grupo atuam também na saúde pública e que todas são mães, além de pontuar que se tornou comum pais que receberam atendimento para o primeiro filho buscar novamente a assessoria nas gestações seguintes. ■



PEIXE POPULAR

Mais 20 espécies de pescado são oferecidos com preços de R\$ 12 a R\$ 25 o quilo

O Governo do Amapá inicia nesta quarta-feira, 16, mais uma ação do programa "Peixe Popular", para a Semana Santa. O objetivo é oferecer pescado a preços acessíveis ao consumidor. A iniciativa, que segue até sexta-feira, 18, é coordenada pela Secretaria de Pesca e Aquicultura (Sepaq).

Com uma alta demanda do produto nesta ocasião, o preço costuma aumentar muito nas feiras, por isso, o programa traz incentivos aos empreendedores para uma redução nos preços. Neste ano, estão sendo disponibilizadas mais de 20 espécies de peixes com valores entre R\$ 12 a R\$ 25, em cinco pontos em Macapá, incluindo as localidades rurais da Tessalônica e Ariri.

Além da capital, a ação atende também os municípios de Santana, Cutias, Pedra Branca do Amapari, Serra do Navio, Itaubal, Vitória do Jari e Tartarugalzinho. A atividade, nas oito cidades do estado, no horário das 8h às 19h, impulsiona a economia local e deve gerar mais de 400 empregos diretos e indiretos, movimentando mais de R\$ 2 milhões no setor amapaense. ■

SEIS MUNICÍPIOS AFETADOS

Força tarefa do GEA atua para frear propagação da praga mandioca



Na última semana ocorreram duas audiências públicas para discutir a praga da mandioca, doença que já atingiu seis municípios do estado. O diretor-presidente do Rurap, Jorge Rafael, informou ao programa 'LuizMeloEntrevista' (Diário FM 90,9), que lideranças de instituições de agricultura, das comunidades, além de prefeitos, participaram das assembleias para esclarecer as características da doença.

Além das informações sobre a praga, foi informado como a população deve agir para evitar a propagação em suas comunidades. "Temos a hipótese que esta doença veio da Ásia e chegou ao Amapá, através das Guianas, entrando pelo Oiapoque. Por ser causada por um fungo, ela tem fácil propagação, podendo ocorrer pelo trânsito de pessoas, animais, ferramentas, vestimentas e até pelo ar", esclareceu Jorge. O diretor-presidente informou que o Governo do Estado do Amapá (GEA) baixou decreto para criação de um força tarefa para combater a praga da mandioca, reunindo equipes da Diagro, Ministério da Agricultura, Embrapa, Iepa e Setec. As forças em conjunto vão atuar para criar barreiras sanitárias, evitando o transporte de manivas infectadas entre os municípios, além de alertar a população sobre o manuseio do tubérculo, e desenvolvimento de materiais genéticos resistentes à doença, que substituirão a da safra infectada.

Por fim, o diretor-presidente do Rurap falou que os produtores que suspeitem que suas plantações possam estar infectadas, que fotografem a mandioca e enviem para o Rurap, que repassará para a Diagro que, por sua vez, irá delegar uma equipe para visita na propriedade, a fim de fazer a identificação e indicar cuidados. ■



ASSASSINATO

ADOLESCENTE É APREENDIDO E CONFESSA TER MATADO MOTORISTA DE APLICATIVO



Em depoimento, menor confessou ter matado 'Guigui' para demonstrar lealdade à facção criminosa na qual ingressou recentemente

DA REDAÇÃO

Um adolescente suspeito de assassinar o motorista de aplicativo José Luiz Ferreira da Costa, de 46 anos de idade, conhecido como 'Guigui', foi apreendido por policiais civis na tarde dessa segunda-feira, 14, horas após o corpo da vítima ser encontrado na zona oeste de Macapá. O revólver calibre 38, usado na ação, foi localizado atrás da residência do menor.

Em depoimento, menor de idade confessou ter matado Guigui para demonstrar lealdade à facção criminosa na qual ingressou recentemente. Após o ato, ele procurou um morador da região, alegando ter sido vítima de assalto e pediu para que este solicitasse uma corrida de apli-

cativo para levá-lo até Santana.

De acordo com a polícia, o jovem e a vítima se conheciam, o que facilitou a emboscada. Ainda de acordo com informações policiais, Guigui tinha sido preso ano passado por tráfico de drogas. O adolescente o atraiu com uma corrida combinada, fora do aplicativo.

O caso

O corpo de José Luiz, o Guigui, foi encontrado pela madrugada, à margem da AP-440, no km 9, com um ferimento de arma de fogo na testa. A vítima, segundo relatos, tinha aceitado a corrida que partira da cidade de Santana.

Foi a esposa de Guigui que encontrou o veículo dele – um Renault Kwid preto – abando-



nado em uma área de mata na Linha E. Ela acompanhava a corrida pelo GPS e estranhou o carro parado por muito tempo no local. Então, resolveu pedir ajuda e ir ao lugar. Ao encontrar manchas de sangue

no interior do veículo, acionou a Polícia Militar.

Orientada por populares, uma equipe do 8º Batalhão da Polícia Militar localizou o corpo do trabalhador a poucos metros dali. ■

CONFRONTO

RESPONSÁVEL PELO TRÁFICO NA ZONA NORTE MORRE EM TROCA DE TIROS COM A FORÇA TÁTICA



Uma troca de tiros que envolveu militares do Batalhão de Força Tática terminou na morte de homem de 23 anos de idade. Ele era suspeito de integrar uma facção criminosa.

A intervenção aconteceu no bairro Brasil Novo, na zona norte de Macapá.

No relatório da Polícia Militar consta que durante patrulhamento as equipes receberam denúncia sobre criminosos armados, que estavam vendendo drogas na região.

Quando chegaram ao local, os militares avistaram alguns suspeitos fugindo. Um deles se escondeu em uma residência, e de lá efetuou disparos contra.

Houve reação dos PMs e o mesmo foi baleado. Ele chegou a ser socorrido pelo Samu, mas não resistiu e morreu ao dar entrada no Hospital de Emergência (HE).

Com ele foram encontradas uma pistola calibre 40 com numeração suprimida e várias porções de maconha e crack. ■

PONTE DO JARBAS

FACCIONADOS QUE PLANEJAM ATAQUES CONTRA RIVAIS MORREM EM TIROTEIO COM A PATAMO

Uma ação policial da Companhia Independente de Patrulhamento Tático com Apoio de Motocicletas (Patamo), na zona norte de Macapá, culminou com a morte de três indivíduos e na prisão de cinco pessoas. A intervenção ocorreu nesta segunda-feira, 14, em uma área de ressaca conhecida como Ponte do Jarbas, no bairro Jardim Felicidade 2.

Segundo relatório da Companhia, depois de receber informações do Serviço de Inteligência da Polícia Militar, que indicavam a presença de membros de facções criminosas no local, reunidos para orquestrar execuções contra rivais, três equipes foram mobilizadas e iniciaram incursões na região e, ao se aproximar do esconderijos utilizados pelos bandidos, os policiais foram recebidos a tiros pelo trio. Houve revide e na troca de tiros os três foram baleados.

Com a chegada do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) os óbitos de Iuri Gabriel da Silva Figueiredo, de 26 anos, Liemerson Nunes Alves, de 31 anos, conhecido como 'Nando', e Carlos Eduardo Costa dos Santos, de 20 anos, o 'Kadu', foram confirmados.

Os demais suspeitos conseguiram fugir em direção a uma área de lago, atirando contra os agentes. As equipes revidaram e adentraram no lago, porém, os suspeitos não foram encontrados.

A diligências continuaram e um homem de 20 anos de idade foi detido em uma residência, com 110 porções de cocaína, 30 de maconha, mais de R\$ 330 em dinheiro, balança de precisão, calculadora, material para embalo de drogas e objetos de procedência duvidosa. ■



ESPORTES

FALE COM A REDAÇÃO

E-mail: diario-ap@uol.com.br
 site: www.diariodoamapa.com
 twitter: @diariodoamapa
 Instagram: @diariodoamapa

BRASILEIRÃO

TREM VAI ESTREAR NA SÉRIE D DO BRASILEIRÃO CONTRA O MANAUS



ELSON SUMMER
DA REDAÇÃO

A Confederação Brasileira de Futebol (CBF) divulgou a tabela detalhada com os jogos de estreia da Série D do Campeonato Brasileiro da Série D de 2025. Os jogos da 1ª à 7ª rodada foram divulgados pela entidade. O torneio reúne 64 clubes divididos em oito grupos por regiões do Brasil.

De acordo com a tabela, o

Trem Desportivo Clube vai iniciar domingo, 20, a sua caminhada no Brasileirão da Série D 2025. A estreia da Locomotiva será em casa, no Estádio Zéão, contra o Manaus Futebol Clube. O confronto marca a sexta participação do clube na quarta divisão nacional e busca pela primeira vez avançar de fase.

O Rubro-Negro amapaense já disputou a Série D nos anos de 2011, 2012, 2013, 2022 e 2024. Em

2025, a equipe integra o Grupo A1, composto por adversários da Região Norte: Independência (AC), Humaitá (AC), Manaus (AM), Manauara (AM), Tuna Luso (PA), Águia de Marabá (PA) e Grêmio Sampaio (RR).

Além do desafio nacional, o Trem vive um bom momento no estadual: está classificado para as semifinais do Amapazão 2025 com a melhor campanha da primeira fase. ■

COMPETIÇÃO

Copa MPA começa em Macapá com premiação de R\$ 3 mil



A segunda edição da Copa MPA (Motorista por Aplicativo) tem início nesta terça-feira, 15 de abril, com cerimônia de abertura marcada para as 22h, na Arena Nossa Senhora de Fátima, em Macapá. A primeira partida da competição será entre as equipes Alto Estilo e Tropa FC, às 23h.

O torneio contará com participação de 12 times, divididos em dois grupos. A premiação para a equipe campeã será de R\$ 3.000,00. A competição foi criada no ano passado e chega à sua segunda edição em 2025.

A Copa MPA reúne motoristas de aplicativo da capital amapaense em disputas esportivas e deve se estender pelas próximas semanas, com rodadas programadas até à fase final. ■

RESISTÊNCIA E HABILIDADE

Federação de Ciclismo realiza segunda etapa de MTB e confirma próximas provas

A Federação de Ciclismo realizou no último fim de semana a segunda etapa do Campeonato Estadual de Mountain Bike (MTB). A competição reuniu ciclistas em um percurso de trilhas, característico da modalidade, que exige resistência e habilidade técnica dos atletas.

O calendário da temporada prevê seis etapas de MTB e seis etapas de Speed, o ciclismo de estrada. A próxima prova de MTB está marcada para o fim de maio, na trilha do Jupatí, localizada no distrito do Coarção. Já a próxima etapa de Speed será no formato contra-relógio, com percurso na rodovia Norte/Sul.

O MTB é uma modalidade disputada em terrenos irregulares, como trilhas e estradas de terra. Já o Speed utiliza bicicletas específicas para asfalto, com provas geralmente realizadas em rodovias ou circuitos urbanos.

Além das etapas oficiais, a temporada conta com provas abertas, promovidas por instituições públicas e privadas. Esses eventos também somam pontos no ranking estadual e costumam atrair atletas iniciantes e experientes. ■



INCLUSÃO SOCIAL

Night Box Show Internacional chega à 4ª edição

Com incentivo do Governo do Amapá, foi realizada a 4ª edição do Night Box Show Internacional, promovido pela Academia Rório Paes. O evento aconteceu na quadra da Escola Estadual Mário Quirino, em Macapá, e reuniu atletas nos naipes masculino e feminino de diversas categorias, do infantil ao peso-pesado.

A luta mais aguardada do evento foi a disputa internacional de cinturão entre Brasil e França, na categoria peso-pesado. O amapaense José Mourão Neto venceu o francês, Ergie Soudati, conquistando o título, em uma luta emocionante.

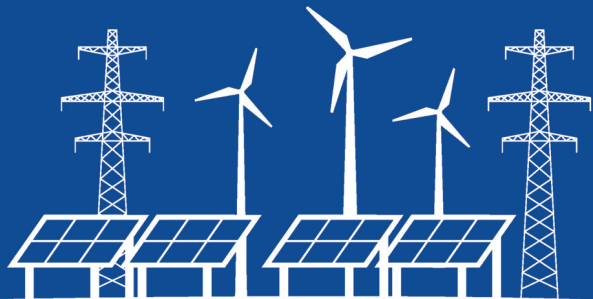
A competição integra as ações do projeto "Combate e Arte", do Instituto Vontade, Ação e Saúde (IVAS), realizado em parceria com a Secretaria de Estado do Desporto e Lazer (Sedel). A iniciativa tem como objetivo promover a inclusão social por meio do esporte, especialmente entre jovens em situação de vulnerabilidade.

"Estamos realizando a quarta edição do Night Box Show aqui no Amapá, que está internacional. É um evento que vem crescendo a cada ano no estado, graças à força do esporte como ferramenta de transformação, inclusão social e de grandes oportunidades. Acreditamos que, por meio do boxe, conseguimos afastar os jovens das ruas e oferecer uma nova perspectiva de vida", destacou o professor e organizador da competição, Rório Paes. ■



Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA
CNPJ/MF nº 05.965.546/0001-09

www.equatorialenergia.com.br



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024

A Administração da CEA - Equatorial Amapá, em cumprimento às disposições legais e de acordo com a legislação societária vigente, apresenta a seguir o Relatório da Administração, suas demonstrações contábeis, com as respectivas notas explicativas e o Relatório dos auditores independentes, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023. As informações não financeiras da CEA - Equatorial Amapá, as relacionadas ao programa “Luz para Todos” (LPT), o Balanço Social, Combate a Perdas, DEC e FEC, Relatório de Ações Sociais, assim como as expectativas da Administração quanto ao desempenho futuro da Companhia não foram examinadas pelos auditores independentes.
Destaques de 2024. ➤ O **Volume de energia** faturada no ano de 2024 aumentou 14,5% em relação a 2023, atingindo 1.347 GWh. ➤ A **Receita Operacional Líquida (ROL)** sem receita de construção aumentou **27,5%** em 2024, totalizando R\$ 1,235 bilhões, enquanto em 2023 fechamos com R\$ 968 milhões; ➤ O **Lucro Líquido** atingiu R\$ 201 milhões em 2024, comparado a R\$ 77 milhões em 2023. ➤ Os **investimentos** da CEA - Equatorial Amapá somaram R\$ 350 milhões em 2024, queda de de R\$ 100 milhões em relação a 2023 que fechou em R\$ 450 milhões; ➤ As **perdas de energia** dos últimos 12 meses encerrados no ano de 2024 reduziram 7,87p.p. no ano, atingindo 33,52% da energia requerida. ➤ Em 2024, os índices de **DEC e FEC** da CEA - Equatorial Amapá (acumulados dos últimos 12 meses) foram de 34,54 horas e 14,40 vezes, aumento de 4,51% e redução de 4,82% respectivamente, quando comparados aos índices observados ao final do ano anterior.
Mensagem do Presidente. Em 2024 trabalhamos fortes com foco na expansão das frentes de trabalho e integração das equipes, nas oportunidades de melhorias operacionais, continuidade e expansão da cultura Equatorial na companhia com o objetivo de reestruturar e transformar a CEA Equatorial em referência no setor elétrico, com obras de grande impacto como o início da construção da subestação Forte Cumaú no município de Santana e expansão do parque de medição remota, avançamos também na continuidade e expansão dos programas de benefício à sociedade, como as campanhas de cadastro na Tarifa Social de Energia Elétrica, programas de eficiência energética, como E+ Geladeira e E+ Troca de Lâmpadas, avanço do programa “Luz para Todos” juntamente com sua vertente “Mais Luz para Amazônia”. Acreditamos que com a expertise do Grupo Equatorial, que já transformou as distribuidoras do Maranhão, Pará, Piauí e Alagoas, e com a continuidade dos processos e padrões já implementados desde a assunção, teremos sucesso semelhante aqui no Amapá.
Augusto Dantas Borges - Diretor-Presidente. Cenário, Ambiente Econômico e Perspectivas no Amapá. Ambiente econômico e perspectivas no Estado do Amapá



AMAPÁ	
Capital	Macapá
Área (km²)	142.470,76
% da Região Norte	3,70%
% do Brasil	1,67%
Número de Municípios	16
População estimada IBGE 2024 (hab)	802.837
% da População Nacional	0,38%
Densidade Demográfica (hab/km²)	5,64
PIB 2021	20,1
Per Capita 2022	(R\$ Bilhões)
% PIB Brasileiro	0,20%

Fonte: IBGE. Indicadores Econômicos do Amapá – 2024. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ap.html. Acesso em: 6 mar. 2025. No ano de 2024, a energia faturada na região Norte cresceu 6,9%, enquanto o crescimento nacional foi 5,3%. O Estado do Amapá apresentou crescimento de 14,5%, principalmente por conta do crescimento da classe residencial (19,6%), em que o impacto na classe residencial convencional foi de 20,1% e a baixa renda de 19,0%; comercial (6,9%) e da recuperação da classe industrial (14,2%).

Mercado atendido

Mercado Total (MWh)

Mercado	2024	2023	2022	2021	2020	2019	2018
Residencial							
Convencional	437.293	364.117	427.086	551.051	471.630	481.854	499.152
Residencial Baixa Renda	364.871	306.693	103.040	49.749	46.515	43.105	45.835
Industrial	48.101	42.124	113.906	116.526	106.689	106.095	87.950
Comercial	308.077	287.823	250.835	251.135	232.808	261.206	229.218
Outros	188.518	175.534	212.013	152.512	156.293	178.320	138.418
Total	1.346.860	1.176.290	1.106.880	1.120.973	1.013.935	1.070.580	1.000.573
Var.	14,5%	6,3%	-1,3%	10,6%	-5,3%	7,0%	-6,4%

Comportamento do mercado. Além do aumento da energia faturada em 14,5%, saindo de 1.177 GWh em 2023, para 1.347 GWh em 2024. A energia distribuída obteve aumento de 17,2% entre os períodos, sendo os maiores impactos na classe residencial (+23,0%) por conta do incremento dos mais de 20 mil consumidores, no qual houve um incremento de 158.661 MWh; na industrial (15,1%) e comercial (8,7%). Além disso, destaque para o mercado livre em que migraram 47 consumidores, resultando em faturamento a mais de 59.322 MWh (173,2%). Vale também outro destaque para os consumidores MMGD aumentando cerca de 5.467 consumidores (112,4%), agregando 46.144 MWh de energia gerada.

Número de consumidores

Consumidores	2024	2023	2022	2021	2020	2019	2018
Residencial							
Convencional	119.651	95.101	114.309	147.355	161.436	162.258	158.464
Residencial Baixa Renda	96.911	100.673	64.152	29.419	23.630	21.160	23.790
Industrial	521	242	247	289	342	347	369
Comercial	15.538	15.713	15.503	16.763	18.471	18.437	17.839
Outros	5.317	5.724	4.783	4.925	4.732	4.694	17.839
Total	237.938	217.453	198.994	198.751	208.611	206.896	4.500
Var.	9,4%	9,3%	0,1%	-4,7%	0,8%	0,9%	0,6%

O número total de consumidores aumentou 9,4% em relação ao ano de 2023, provocado principalmente pelos efeitos das ações de combate às perdas, em que houve um incremento de 20.788 consumidores na classe residencial.

Balanço energético

Balanço energético (MWh)	4T23	4T24	Var.	2023	2024	Var.
CEA						
Sistema interligado	537.681	515.634	(22.047)	1.968.362	1.984.757	16.394
Sistema isolado	14.390	15.606	1.215	51.932	57.382	5.450
Energia injetada pela Geração Distribuída	12.448	28.585	16.137	35.559	81.614	46.054
Energia injetada	564.520	559.825	(4.695)	2.055.854	2.123.752	67.898
Energia distribuída	341.052	382.594	41.542	1.204.798	1.412.203	207.406
Perdas totais	223.468	177.231	(46.237)	851.056	711.548	(139.508)
Perdas sem Geração Distribuída	221.106	171.407	(49.699)	844.004	695.279	(148.726)

Tarifas. As tarifas médias líquida e bruta de fornecimento de energia elétrica em 2024, atingiram R\$ 642,4 e R\$ 843,86, representando, respectivamente, redução de 0,21% e aumento de 0,21% em relação a 2023, respectivamente.

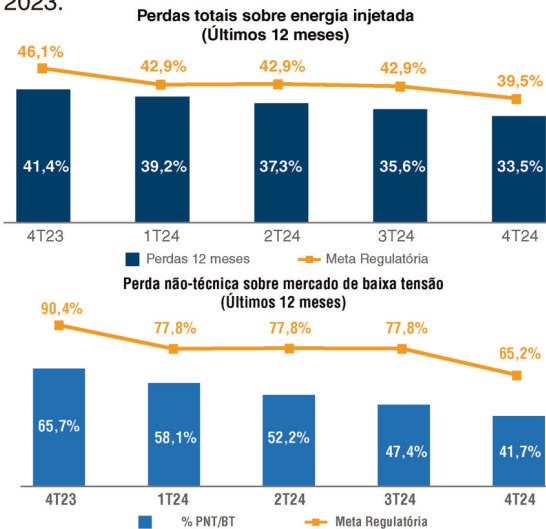
Tarifa Média Fornecimento (Líquida), em MWh

Mercado	2024	2023	2022	2021	2020	2019	2018
Residencial	630,81	641,20	529,92	505,45	519,53	545,98	528,17
Industrial	676,81	610,55	233,05	253,81	264,88	285,00	288,89
Comercial	687,71	675,31	452,14	445,03	453,71	470,23	445,49
Rural	680,28	694,77	495,66	428,69	413,91	394,48	381,23
Poder Público	680,21	667,15	406,63	397,76	421,36	441,02	405,94
Iluminação Pública	398,94	376,40	349,09	279,70	294,82	315,96	299,74
Serviço público	870,26	611,05	322,97	296,10	299,36	318,48	298,89
Consumo Próprio	732,45	714,14	531,15	494,57	523,35	535,01	521,28
Total	642,43	643,76	415,08	387,64	398,87	413,27	396,20
Var.	-0,21%	55,09%	7,08%	-2,81%	-3,49%	4,31%	27,29%

Tarifa Média Fornecimento (Bruta) em MWh

Mercado	2024	2023	2022	2021	2020	2019	2018
Residencial	835,33	845,70	678,34	637,45	639,92	679,98	661,54
Industrial	887,50	799,82	321,76	318,20	313,45	383,97	395,66
Comercial	915,89	893,87	595,09	577,60	574,23	604,00	581,16
Rural	883,84	894,09	618,32	530,33	500,50	482,62	470,29
Poder Público	820,05	796,08	478,33	459,07	485,60	509,36	472,27
Iluminação Pública	546,38	531,75	438,68	369,08	370,59	401,33	382,97
Serviço público	1.157,11	808,10	438,35	406,12	392,75	421,53	401,79
Consumo Próprio	971,64	941,37	689,75	640,87	658,48	679,40	664,49
Total	843,86	842,11	532,33	492,34	491,94	520,27	503,77
Var.	0,21%	58,19%	8,12%	0,08%	-5,45%	3,28%	28,35%

Gestão dos Negócios. Combate às perdas. Em 2024, a quantidade de energia elétrica requerida pelo sistema da Equatorial Energia CEA alcançou o patamar de 2.124 GWh, crescimento de 3,0% em relação a 2023, e a energia consumida atingiu 1.412 GWh, o que representou aumento de 17,2% na comparação com 2023. Desse modo, as perdas de energia registradas pela Companhia, em 2024, totalizaram 712 GWh, equivalente a 33,5% da energia requerida, implicando em redução de 7,9 p.p. do índice de perdas em relação ao fechamento de 2023.



O ano de 2024 para a Equatorial CEA representa a continuidade e o fortalecimento das ações de combate às perdas na rede elétrica, consolidando os avanços observados desde que a Equatorial assumiu o controle da concessão e implementou sua metodologia específica para esse desafio. Esse trabalho tem sido fundamental para a redução das perdas globais dentro da concessão. Com o uso de tecnologias avançadas, a distribuidora segue identificando com precisão os pontos da rede com maiores índices de perda e atuando prontamente para solucioná-los. Devido o resultado dessas iniciativas, a Equatorial CEA tem conseguido reduzir suas perdas e aprimorar a qualidade do serviço prestado aos consumidores. Além disso, em 2024, a distribuidora alcançou um marco significativo ao atingir o limite regulatório não flexibilizado, reforçando a consolidação do processo de combate às perdas no estado e demonstrando seu compromisso com a eficiência operacional e a sustentabilidade do fornecimento de energia. Apresentamos a seguir resumo/resultado das ações realizadas no plano de combate às perdas comerciais em 2024:

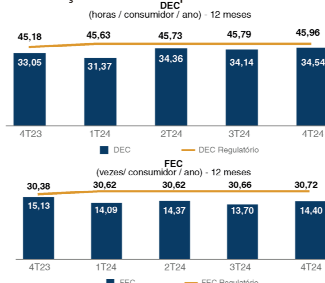
- Regularização de 546 clientes em área de gambiarra, sendo necessária a realização de extensões de redes de média e baixa tensão;
- Inspeção de 964 clientes com fornecimento de energia em média e alta tensão;
- Expansão do SMC (Sistema de Medição Centralizada) em 20,6 mil clientes de baixa tensão;
- Recadastramento do parque de Iluminação Pública de 9 municípios;
- Inspeção de 37,2 mil clientes com fornecimento de energia elétrica em baixa tensão;
- Regularização de 6,7 mil clientes clandestinos em área onde existia rede de energia;
- Regularização de 504 clientes desligados no sistema e auto religados de forma irregular;
- Identificação e regularização de 21,0 mil fraudes na medição em unidades consumidoras BT;
- Crescimento de 0,47 mil novas medições fiscais em transformadores de distribuição para fins de balanço energético. Hoje a Equatorial CEA possui 2,2 mil transformadores monitorados de maneira consistente, que correspondem a 43% do mercado de baixa tensão.

continua

* continuação

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ - CEA | CNPJ 05.965.546/0001-09

DEC e FEC. A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL utiliza alguns índices para verificação da qualidade dos serviços prestados pelas concessionárias de energia elétrica aos seus consumidores. Os principais são: DEC - Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor (medido em horas por consumidor por ano) e FEC - Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor (medido em número de vezes por consumidor por ano). O indicador de qualidade DEC apresentou um aumento de 4,51% em relação ao exercício anterior, o FEC apresentou uma queda de 4,82% em relação ao mesmo período.



Assuntos Regulatórios. Conforme Contrato de Concessão nº 01/2021, em 13 de dezembro de cada ano, a CEA deve aplicar novas tarifas, homologadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, para os consumidores conectados da rede de distribuição do Amapá. Em 2023, contudo, o processo tarifário não teve deliberação e assim, mesmo diante da prerrogativa contratual, a ANEEL não publicou novas tarifas para a CEA, que seguiu aplicando as tarifas homologadas no processo tarifário de 2022, por meio da Resolução Homologatória nº 3.163/2022. De forma a rever os efeitos da não homologação, a ANEEL, em 27 de fevereiro de 2024, pautou o processo tarifário de 2023 da CEA e aprovou, em reunião de diretoria colegiada, a RTE 2023 com aplicação de efeito tarifário de 0% aos consumidores e constituiu um ativo regulatório referente aos efeitos devidos, mas não aplicados, do índice de reajuste tarifário de 2023. Ato contínuo, em 09 de abril de 2024, foi editada a Medida Provisória nº 1.212/2024 que dentre outras providências, autorizou o direcionamento de recursos do Fundo Regional da Amazônia Legal à modicidade tarifária no Amapá. Essa determinação mitigou os efeitos contabilizados no ativo regulatório, que se referem à aplicação de 0% de reajuste do processo de 2023. Por fim, em 10 de dezembro de 2024, seguindo o rito regular, a ANEEL homologou o reajuste tarifário de 2024, que resultou num efeito, em média, de 13,7%, considerando, além dos efeitos do processo tarifário corrente, os efeitos remanescentes da RTE de 2023.

Relatório de Ações Sociais - O programa Jornada de Segurança, um dos pilares estruturantes da gestão de segurança do Grupo, continuou sua expansão ao longo de 2024, consolidando uma cultura organizacional voltada para a prevenção de riscos. O programa, que é baseado nos pilares Liderança, Comportamento, População, Capacitação e Fornecedores, tem como objetivo transformar a mentalidade das lideranças e equipes operacionais, promovendo uma atuação cada vez mais proativa na segurança do trabalho. Entre as ações realizadas em 2024, destacam-se: • 20.675 inspeções estáticas (nas bases); • 33.534 inspeções dinâmicas (blitz em campo); • Mais de 15.007 diálogos de segurança com as equipes; • 25 workshops de segurança com fornecedores âncoras e não âncoras; • Implementação de monitoramento por QR Code, garantindo o histórico de informações de

colaboradores e empresas. Paralelamente, o compromisso social da Companhia se fortaleceu com a criação do **Instituto Equatorial**, em julho de 2024. Concebido para ampliar o alcance e a efetividade das iniciativas sociais da Companhia, o Instituto fortalece projetos existentes e abre novas frentes de atuação, com foco em educação, inclusão social e desenvolvimento sustentável. A estruturação do Instituto foi um passo estratégico para consolidar as iniciativas de responsabilidade social do Grupo sob um modelo mais ágil e eficiente. Com CNPJ próprio e atuação no terceiro setor, a entidade permite uma gestão mais flexível dos recursos, facilitando parcerias e o desenvolvimento de projetos de longo prazo. A centralização das ações também trouxe maior governança e transparência, assegurando que os investimentos sociais estejam alinhados às diretrizes de sustentabilidade da Companhia. Desde sua criação, o Instituto Equatorial tem direcionado esforços para enfrentar desafios estruturais nos territórios onde o Grupo atua. Suas iniciativas se organizam em três frentes principais: • **Mobiliza:** Focado na capacitação profissional e no aumento da empregabilidade, promovendo oficinas, cursos profissionalizantes e workshops que auxiliam na inserção de grupos em situação de vulnerabilidade no mercado de trabalho. • **Tecendo Futuros:** Voltado para a educação, com ações que vão desde o combate ao analfabetismo até a melhoria da qualidade do ensino nas escolas públicas. • **Impulsiona:** Direcionado ao empreendedorismo e geração de renda, com programas que oferecem capacitação técnica e capital semente para pequenos negócios, muitas vezes com aporte de capital semente para viabilizar novas oportunidades, garantindo apoio prático para o desenvolvimento econômico local. Para os próximos anos, a meta é expandir suas frentes de atuação, fortalecer parcerias institucionais e aprimorar os mecanismos de avaliação de impacto, garantindo que cada ação contribua para um desenvolvimento dos locais onde o Grupo atua. Em relação à estratégia climática, o Grupo Equatorial demonstrou avanços significativos em 2024, com destaque para a obtenção de uma **nota B** no questionário do **CDP Clima**, refletindo progressos na gestão de riscos e impactos climáticos, no engajamento da cadeia de valor e na governança. A Companhia também fez avanços no desenvolvimento do Inventário de Resíduos e do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS), estruturando processos para aprimorar sistematização e monitoramento. A implementação do PGRS está prevista para 2025, com o objetivo de ampliar a rastreabilidade e garantir a eficácia das medidas adotadas. Atualmente, os materiais utilizados nas operações do Grupo não são provenientes de reciclagem, mas há iniciativas contínuas para otimizar a gestão de resíduos e implementar soluções responsáveis ao longo da cadeia produtiva. Além disso, a Equatorial iniciou um projeto para o consumo de combustível renovável em sua frota administrativa por meio da troca de combustível, de forma que o etanol seja o combustível padrão nos abastecimentos e seja utilizado em detrimento da gasolina e/ou diesel. A iniciativa rendeu à Companhia um aumento de mais de 7600% no consumo de etanol ao último ano, projeto que continuará a ser implementado em 2025.

Plataforma E+. A plataforma E+ integra todos os projetos sociais do Grupo Equatorial, com focos e iniciativas distintos. A pluralidade de temas permite ao Grupo promover simultaneamente diferentes eixos de atuação: comunidade, meio ambiente, eficiência energética e desenvolvimento socioeconômico. **E+ Comunidade.** O E+ Comunidade busca construir relações de colaboração mútua com a sociedade por meio de projetos como o Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE), um dos principais programas sociais do país. Em 2024, a CEA aumentou o número de clientes cadastrados com acesso à Tarifa Social, chegando a 672 novas famílias no ano. **E+ Educação.** Uma das principais estratégias de atuação social em que a empresa atua, o programa E+ Educação de-

senvolve ações nos municípios pertencentes à concessão. Em seu escopo foram realizadas 272 palestras, sensibilizando 8.227 alunos a respeito do caminho da energia, consumo consciente e segurança. **Desempenho Econômico-Financeiro.** **Receita líquida.** Em relação à Receita Líquida sem receita de construção, o total registrado no ano foi de R\$ 1,235 bilhões, 27,5% de aumento em relação à obtida no ano anterior. **Custos e despesas operacionais.** No ano de 2024, o total de custos e despesas operacionais, excluindo o custo de construção, depreciação e amortização foi de R\$ 742 milhões, crescimento de 5,27% na comparação com 2023. **EBITDA.** Em 2024, o EBITDA foi positivo em R\$ 493 milhões, 86,9% superior ao ano anterior que encerrou em R\$ 264 milhões. **Resultado financeiro.** Em 2024, o resultado financeiro líquido foi negativo em R\$ 259 milhões, contra R\$ 175 milhões negativos reportados em 2023. **Imposto de Renda e Contribuição Social.** Em 2024, a despesa apurada de IRPJ e CSLL foi de R\$ 296 mil, apresentando uma redução de 99% em relação a 2023, que foi de R\$ 22 milhões. **Lucro líquido.** Em 2024, a CEA - Equatorial Amapá apurou lucro líquido de R\$ 201 milhões, 161% maior do que o lucro apurado em 2023 de R\$ 77 milhões. **Endividamento.** No fechamento de 2024, o endividamento total consolidado da Companhia, incluindo os encargos, atingiu R\$ 3,014 bilhões, aumento de 51,4% em relação ao ano anterior.

Investimentos**Investimentos até Dezembro**

(R\$MM)	2023	2024	Abs	Var.
CEA	450	350	(100)	-22%
Ativos Elétricos	305	234	(72)	-23%
Obrigações Especiais	108	81	(27)	-25%
Ativos Não Elétricos	37	35	(2)	-6%

Em 2024, os investimentos da CEA - Equatorial Amapá, totalizaram R\$ 350 milhões, redução de R\$ 100 milhões em relação a 2023, que fechou em 450 milhões. Essa redução ocorreu principalmente devido ao término do ciclo de investimentos relacionados à RTE, que havia impulsionado um crescimento exponencial em 2023. Além disso, a mudança na modalidade de pagamento saiu de ações de disponibilidade para produtividade nos contratos com alguns fornecedores, isso impactou diretamente os ativos elétricos e as obrigações especiais, resultando em uma economia significativa em 2024. Outro fator relevante foi o início da 2ª tranche do MLA apenas em dezembro de 2024. Por outro lado, os investimentos em ativos não elétricos mantiveram-se estáveis, sem grandes variações em relação ao ano anterior.

Relacionamento com auditores externos

Em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480/09, os Diretores da Companhia Srs. Augusto Dantas Borges, Diretor-Presidente; Henderson Royay, Cristiano de Lima Logrado, José Silva Sobral Neto, André Luiz Barata Pessoa e Nierbeth Costa Brito, declaram que (i) revisaram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024; e (ii) revisaram, discutiram e concordam, sem quaisquer ressalvas, com as opiniões expressas no Relatório emitido em 26 de março de 2025 pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S. Ltda, auditores independentes da Companhia, com relação às demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

Diretoria Executiva: Augusto Dantas Borges - Diretor Presidente. Henderson Royay - Diretor. Cristiano de Lima Logrado - Diretor. André Luiz Barata Pessoa - Diretor. José Silva Sobral Neto - Diretor. Nierbeth Costa Brito - Diretor

Conselho de Administração: Augusto Miranda da Paz Júnior - Presidente. Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima - Diretor. Marcos Antônio Souza de Almeida - Diretor. Bruno Pinheiro Macedo Couto - Superintendente de Ativos e Contabilidade - Contador - CRC MA01842-O-3 S-AP.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais)

Ativo	Notas	2024	2023	Passivo	Notas	2024	2023
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	83.347	17.982	Fornecedores	14	182.344	201.694
Aplicações financeiras	6	878.538	469.622	Empréstimos e financiamentos	15	441.421	14.144
Contas a receber de clientes	7	353.355	335.823	Debêntures	16	57.085	45.717
Instrumentos financeiros derivativos	25.4	33.966	-	Instrumentos financeiros derivativos	25.4	-	2.044
Depósitos vinculados	19	809	-	Impostos e contribuições a recolher	17	117.195	109.066
Almoxarifado		7.652	5.469	Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher	18	288	518
Serviços pedidos		37.205	25.835	Obrigações e encargos sobre folha de pagamento		3.867	3.939
Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	8	-	15.495	Valores a devolver da parcela A e outros itens financeiros	8	122.585	-
Impostos e contribuições a recuperar	9	47.494	9.126	Contribuição de iluminação pública		4.270	5.201
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		21.605	20.625	Encargos setoriais		16.078	61.147
Subvenção CCC		11.347	10.364	Participação nos lucros		7.792	5.949
Outros créditos a receber		101.436	20.648	Provisão para riscos judiciais	19	125.172	134.155
Total do ativo circulante		1.576.754	930.989	PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores		-	3.226
Não circulante				Outras contas a pagar		29.411	21.080
Contas a receber de clientes	7	71.057	62.145	Total do passivo não circulante		1.107.508	607.880
Serviços pedidos		4.270	7.211	Não circulante			
Instrumentos financeiros derivativos	25.4	58.125	-	Empréstimos e financiamentos	15	508.850	731.953
Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	8	72.652	-	Debêntures	16	2.006.387	1.198.716
Impostos e contribuições a recuperar	9	117.026	143.879	Instrumentos financeiros derivativos	25.4	-	136.102
Depósitos vinculados	19	7.773	3.180	Valores a devolver da parcela A e outros itens financeiros	8	-	10.279
Outros créditos a receber		15.088	118	Impostos e contribuições a recolher	17	201.971	269.953
Ativo financeiro da concessão	11	55.288	32.042	Encargos setoriais		9.426	13.954
Intangível	12	733.006	688.399	Provisão para riscos judiciais	19	72.786	112.133
Ativo de contrato	13	536.685	340.975	Outras contas a pagar		12.324	6.347
Total do ativo não circulante		1.670.970	1.277.949	Total do passivo não circulante		2.811.744	2.479.437
Total do ativo		3.247.724	2.208.938	Passivo a descoberto			
				Capital social	20.1	1.517.876	1.517.876
				Reserva de capital		263	-
				Ajuste de avaliação patrimonial		28.775	23.166
				Prejuízos acumulados		(2.218.442)	(2.419.421)
				Total do passivo a descoberto		(671.528)	(878.379)
				Total do passivo e passivo a descoberto		3.247.724	2.208.938

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

continua →

* continuação

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ - CEA | CNPJ 05.965.546/0001-09

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)				Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)						
	Notas	2024	2023		Nota	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Total
Receita operacional líquida	21	1.584.664	1.418.558	Saldos em 31 de dezembro de 2022		1.517.876	15.466	—	(2.496.403)	(963.061)
Energia elétrica comprada para revenda	23	(568.531)	(518.182)	Lucro líquido do exercício		—	—	—	76.982	76.982
Custo de construção		(349.773)	(450.125)	Resultado abrangente do exercício		—	7.700	—	—	7.700
Custo da operação		(75.332)	(74.673)	Resultado de hedge accounting de fluxo de caixa 25.4		—	23.166	—	(2.419.421)	(878.379)
Custos de energia elétrica, construção e operação	22	(993.636)	(1.042.980)	Saldos em 31 de dezembro de 2023		1.517.876	—	—	200.979	200.979
Lucro bruto		591.028	375.578	Lucro líquido do exercício		—	—	—	—	—
Despesas operacionais				Resultado abrangente do exercício		—	5.609	—	—	5.609
Despesas com vendas	22	(61.867)	(52.053)	Resultado de hedge accounting de fluxo de caixa 25.4		—	—	—	—	—
Despesas gerais e administrativas	22	(49.613)	(47.390)	Valor justo das opções de compra Matching Shares (Vesting period)	20.2	—	—	263	—	263
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	22	1.284	(259.462)	Saldos em 31 de dezembro de 2024		1.517.876	28.775	263	(2.218.442)	(671.528)
Outras despesas operacionais, líquidas	22.1	(21.516)	213.685	As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.						
Total de despesas operacionais		(131.712)	(145.220)	Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)						
Resultado antes do resultado financeiro e impostos sobre lucro		459.316	230.358	Fluxo de caixa das atividades operacionais	2024	2023			2024	2023
Receitas financeiras	24	334.268	197.678	Lucro líquido no exercício	200.979	76.982			(95.758)	10.105
Despesas financeiras	24	(592.901)	(372.951)	Ajustes para:					(26.794)	(53.005)
Resultado financeiro, líquido	24	(258.633)	(175.273)	Amortização	33.820	33.454			(16.113)	(10.752)
Lucro antes de imposto de renda e da contribuição social		200.683	55.085	Baixa de intangível, financeiro e contratual	1.828	-			(59.557)	(134.607)
Imposto de renda e contribuição social - corrente	18	—	21.897	Atualização do ativo financeiro e contratual	(18.882)	(849)			(230)	1.723
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	18	296	—	Encargos de dívidas, juros, variações monetárias e cambiais líquidas	413.817	82.065			313.811	22.077
Impostos sobre o lucro		296	21.897	Provisão para riscos judiciais	5.242	6.253			(931)	1.892
Lucro líquido do exercício		200.979	76.982	Provisão e atualização para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(1.284)	259.462			(3.518)	(3.140)
Lucro por ação básico e diluído - R\$		0,13241	0,05072	Baixas (reversão) de recebíveis incobráveis	16.946	(256.688)			(67.287)	(3.625)
Ação ordinária		0,13241	0,05072	Provisão e atualização de encargos setoriais	17.690	15.212			(53.572)	(22.880)
Quantidade de ações ordinárias e preferenciais no final do período (em milhares de ações)		1.517.876	1.517.876	Perdas (ganhos) com instrumentos derivativos	(147.323)	121.028			12.124	9.781
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.				Valor justo das opções de compra de ações	2.274	546			Caixa utilizado nas atividades operacionais	152.783
				Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	(258.662)	(92.291)			Rendimentos de aplicações financeiras	55.813
				Imposto de renda e contribuição social correntes	-	(21.897)			Imposto de renda e contribuição social pagos	-
				Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	(296)	-			Juros pagos	(261.073)
				Participação nos lucros	5.361	6.612			Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	(52.477)
				Provisão para perda de estoque	9.562	28.500			Fluxo de caixa de atividades de investimento	(255.957)
				Ajuste a valor presente	250	999			Aplicações financeiras	(408.916)
				Encargos de geração distribuída	173	-			Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(664.873)
				Rendimentos de aplicações financeiras	(55.813)	(26.175)			Fluxo de caixa de atividades de financiamento	(664.873)
				Variações em:	225.682	233.213			Captação de empréstimos e financiamentos	-
				Contas a receber de clientes	(42.356)	(99.051)			Captação de debêntures	300.000
				Serviços pedidos	(8.429)	(22.400)			Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	782.715
				Depósitos vinculados	(5.402)	568			Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	65.365
				Almoarifado	(2.183)	(464)			Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	17.982
				Impostos e contribuições a recuperar	(14.741)	(17.426)			Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	83.347
				Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	(980)	11.286			Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	65.365
				Subvenção CCC	(983)	990				(76.338)
				As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.						
Demonstração do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)				Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)						

continua

* continuação

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ - CEA | CNPJ 05.965.546/0001-09

empréstimos e financiamentos e debêntures, conforme os prazos divulgados nas notas explicativas nº 15 e 16, respectivamente. A Companhia apresentou, em 31 de dezembro de 2024, lucro líquido de R\$ 200.979 (lucro líquido de R\$ 76.982 em 31 de dezembro de 2023), capital circulante líquido positivo de R\$ 469.246 (R\$ 323.109 positivo em 31 de dezembro de 2023), passivo a descoberto em R\$ 671.528 (R\$ 878.379 em 31 de dezembro de 2023), além de fluxo de caixa operacional negativo de R\$ 52.477 (R\$ 136.408, negativo, em 31 de dezembro de 2023). O resultado antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro foi de R\$ 459.316 (R\$ 230.358 em 31 de dezembro de 2023), motivado principalmente pelo aumento de volume de venda de energia faturada (1.347 GWh em 2024 e 1.176 GWh em 2023). A situação econômico-financeira atual indica que a Companhia está envidando esforços para reverter a situação de prejuízos históricos aliado a suas projeções. Com objetivo de fortalecer os seus fluxos de caixa operacionais, seus resultados e reverter os indicadores negativos, a Companhia estabeleceu, entre outras, as seguintes ações estruturantes: (i) Priorização de investimentos com impacto em incremento de consumidores, combate às perdas e melhoria da qualidade e continuidade do fornecimento, visando melhora do fluxo de caixa da Companhia; (ii) Fortalecimento das ações de cobrança e de combate às perdas; (iii) Liquidação dos recursos provenientes da 5ª, 6ª e 7ª Emissão de Debêntures Simples: Em 10 de junho de 2024, ocorreu a liberação dos recursos da 5ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografia, em série única, para distribuição pública, no valor de R\$ 270.000, ao custo de CDI + 1,20% a.a. e prazo de 5 anos, cujos recursos líquidos serão destinados à gestão ordinária. Em 11 de setembro de 2024, ocorreu a liberação dos recursos da 6ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografia, em série única, para distribuição pública, no valor de R\$ 275.000, ao custo de CDI + 1,20% a.a. e prazo de 5 anos, cujos recursos líquidos serão destinados à gestão ordinária. Em 20 de dezembro de 2024, ocorreu a liberação dos recursos da 7ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografia, em série única, para distribuição pública, no valor de R\$ 250.000, ao custo de IPCA + 7,9091% a.a. e prazo de 12 anos, cujos recursos serão destinados ao reembolso de despesa, dívidas ou gastos relacionados a projetos de infraestrutura. A Administração da Companhia acredita que as obrigações futuras serão cumpridas com fluxos de caixa operacionais ou captações alternativas de recursos e tem em seu controlador uma estrutura sólida para recorrer a aumento de capital, se necessário. Adicionalmente, o acionista controlador, através da Equatorial S.A., assegura as necessidades de caixa da Companhia na forma de capital ou adiantamentos para permitir a liquidação de obrigações futuras até que a operação atinja seu equilíbrio financeiro. **1.4 Reforma tributária sobre consumo.** Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132/2023, que instituiu a reforma tributária do consumo no Brasil. A reforma substitui os tributos PIS, COFINS, IPI, ICMS e ISS por um modelo de Imposto sobre Valor Adicionado (IVA) dual, composto pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência estadual e municipal. Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214/2025, estabelecendo as diretrizes iniciais para a implementação da reforma tributária. No entanto, aspectos operacionais e detalhes específicos ainda dependem de regulamentação complementar. Dessa forma, até 31 de dezembro de 2024,

não há impactos da reforma tributária nas demonstrações contábeis da Companhia. A administração segue acompanhando a evolução da regulamentação e avaliará os efeitos à medida que novas definições forem estabelecidas. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis: 2.1 Declaração de conformidade.** As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas nos Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro (MCSE) e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A Companhia preparou as demonstrações contábeis partindo do pressuposto de continuidade operacional. As demonstrações contábeis apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 26 de março de 2025. **2.2 Base de mensuração.** As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos; e (ii) perdas pela redução ao valor recuperável (“impairment”) de ativos. **2.3 Moeda funcional, moeda de apresentação e transações em moeda estrangeira.** As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado, com exceção de itens monetários designados como parte de um *hedge* de investimento líquido, sendo essas diferenças reconhecidas diretamente em outros resultados abrangentes até o momento da alienação do investimento líquido, quando são reconhecidas na demonstração do resultado. **2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas. 2.4.1 Julgamentos e estimativas.** Na preparação das demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. As estimativas e premissas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas de forma contínua pela Administração e os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e julgamentos significativos utilizados pela Companhia na preparação destas demonstrações contábeis estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

tos dos CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Os ativos e passivos cujos valores justos são mensurados e divulgados nas demonstrações contábeis são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir: **• Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos aos que a Companhia possa ter acesso na data de mensuração; **• Nível 2:** técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativamente observável; e **• Nível 3:** técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. Na determinação do valor justo, foi considerado o impacto de possíveis assuntos relacionados às mudanças climáticas, incluindo legislações, que podem afetar a mensuração do valor justo de ativos e passivos das demonstrações contábeis. Atualmente, o impacto dos assuntos associados às mudanças climáticas não é material para as demonstrações contábeis da Companhia. A Companhia reconhece, quando aplicável, as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 25.3 – Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros. **3. Políticas contábeis materiais:** As políticas contábeis materiais, descritas abaixo, são aquelas importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados da Companhia e foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis, exceto pela implementação das novas normas, interpretações e orientações incluídas na nota explicativa nº 3.18 – Principais mudanças nas políticas contábeis. **3.1 Receita operacional. 3.1.1 Reconhecimento de receita.** A Companhia reconhece as receitas, de acordo com o que estabelece o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, à medida que satisfaz a obrigação de *performance* ao transferir bens e serviços ao cliente. A receita é reconhecida à medida que o cliente obtém o controle do serviço de energia elétrica contratado, ou seja, quando consome a energia. A Companhia reconhece receita das principais fontes de receitas a seguir: **(i) Receita de Distribuição.** O faturamento e respectivo reconhecimento da receita de distribuição de energia elétrica são efetuados mensalmente de acordo com o calendário de leitura. Além disso, a Companhia reconhece a receita não faturada, que correspondente ao período entre a data da última leitura e o encerramento do mês, que é estimada e reconhecida como receita no mês em que a energia foi consumida. As receitas de distribuição são classificadas como: i) Fornecimento de energia elétrica para o consumidor; e ii) Energia elétrica no mercado de curto prazo. A receita é mensurada com base na contraprestação, precificada no contrato com o cliente, recebida ou a receber, líquidas de quaisquer contraprestações variáveis, tais como descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. **(ii) Receita pela disponibilidade – uso da rede elétrica.** A Companhia reconhece receita pela disponibilidade da infraestrutura da rede elétrica de distribuição a seus clientes livre e cativos. Tal receita é calculada conforme Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) definida pela ANEEL. **(iii) Receita de Construção.** A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção é nula, considerando que: (i) o modelo tarifário não prevê margem de lucro para atividade de construção da infraestrutura; (ii) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (iii) as construções são realizadas substancialmente por meio de serviços de terceiros; e (iv) não há previsão de ganhos em construção nos planos da Administração da Companhia. **(iv) Receita de remuneração dos ativos financeiros indenizáveis.** A receita de remuneração dos ativos regulatórios é reconhecida conforme o método dos juros efetivos, considerando a taxa regulatória estabelecida pela ANEEL, baseada no WACC regulatório (Custo Médio Ponderado de Capital) e registrada no grupo de receita líquida. Adicionalmente, também há receita advinda da atualização do ativo financeiro pela variação do IPCA. Este índice é utilizado para que o ativo financeiro melhor reflita o VNR (valor novo de reposição) na data de uma possível indenização da estrutura da concessão por parte do poder concedente, conforme descrito na nota 3.3. Ativo financeiro da concessão (ativo indenizável). **3.2 Caixa e equivalentes de caixa.** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. O saldo de caixa e equivalentes de caixa é apresentado sem considerar os saldos de contas garantidas, que são tratados separadamente na demonstração dos fluxos de caixa. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como “Empréstimos e financiamento”, no passivo circulante. **3.3 Ativo financeiro da concessão (ativo indenizável).** O Contrato de Concessão, celebrados entre a União (poder concedente – outorgante) e a Companhia (cessionária – operador) regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica pela Companhia, em que: **•** O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem (classe de consumidores) os serviços devem ser prestados; **•** O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e a melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores, e o operador tem como obrigação, na entrega da concessão, devolver a infraestrutura nas mesmas condições em que a recebeu na assinatura desses contratos. Para cumprir com

Tópico	Notas	Descrição
Geração Distribuída	4.6	Crédito a restituir ao consumidor referente ao saldo injetado e não consumido pelo preço médio de compra de energia.
Contas a receber de clientes	7	Estimativas dos montantes da receita sobre a energia consumida, porém não faturada.
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD)	7.2	Critérios de análise de risco de crédito para determinação da provisão para redução ao valor recuperável.
Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros	8	Critérios regulatórios e premissas sobre determinados itens.
Ativo financeiro da concessão	11	Critério de apuração e atualização do ativo financeiro da concessão.
Intangível	12	Cálculo da amortização do ativo intangível da concessão.
Ativos de contrato	13	Julgamento sobre aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão.
Imposto de renda e contribuições sociais a recolher e diferidos	18	Julgamento para determinar o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.
Provisão para riscos judiciais	19	Reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas por meio da avaliação da probabilidade de perda.
Transações de pagamento baseado em ações	20.2	Probabilidade de exercício de opções.
Receita operacional líquida	21	Julgamento sobre determinação e classificação de receitas por obrigação de performance, entre receita de implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de contrato e receita de operação e manutenção.
Instrumentos financeiros e valor justo de instrumentos financeiros derivativos	25	Definição do valor justo através de técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado, para ativos e passivos financeiros não obtidos em mercados ativos.

2.4.2 Mensuração do valor justo. A Companhia mensura instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo, ou seja, ao preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: **•** No mercado principal para o ativo ou passivo; e **•** Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível

pela Companhia. A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3. A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar se a conclusão de que tais avaliações atendem aos requisi-

continua

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ - CEA | CNPJ 05.965.546/0001-09

essas obrigações, são realizados investimentos constantes durante todo o prazo da concessão. Portanto, os bens vinculados à concessão podem ser repostos, algumas vezes, até o final da concessão; • Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e • O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido. Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01(R1) / IFRIC 12 – Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo: • Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão apurados com base no Valor Novo de Reposição (VNR) classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente. O VNR é determinado de acordo com a estimativa dos custos necessários para a substituição completa de um ativo por outros que tenham a mesma funcionalidade, qualidade de serviços e a mesma capacidade que o ativo existente, mensurado pelo valor justo por meio do resultado; e • Parcela remanescente do ativo financeiro (valor residual) apurada de acordo com a reavaliação do bem, classificada como um ativo intangível em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, através do consumo de energia pelos consumidores. A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição que estava originalmente representada pelo ativo financeiro e intangível da Companhia é recuperada através de dois fluxos de caixa: (i) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e (ii) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. De acordo com a Lei nº 12.783/2013, o cálculo do valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados, para fins de indenização, deve utilizar como base a metodologia de Valor Novo de Reposição (VNR), Base de Remuneração Regulatória (BRR), que é o critério utilizado pela ANEEL para determinar a tarifa de energia das distribuidoras. Bem como é reconhecida a remuneração da parcela dos ativos que compõe a base de remuneração, inclusive da parcela ainda não homologada pela ANEEL, sendo que esta última é calculada com base em estimativas, considerando, além do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), uma expectativa de glosas baseada na experiência da Administração e no histórico de glosas em homologações anteriores, o que reflete a melhor estimativa de valor justo do ativo. A Companhia contabiliza a atualização do ativo financeiro indenizável da concessão no grupo de receitas operacionais por refletir com mais propriedade o modelo de seu negócio de distribuição de energia elétrica e melhor apresentar sua posição patrimonial e o seu desempenho, conforme OCPC 05 – Contrato de Concessão. Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a revisão e atualidade do serviço concedido. A Companhia reconhece um ativo financeiro resultante de um contrato de concessão quando tem um direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro equivalente do poder concedente pelos serviços de construção ou melhorias prestadas. Caso a Companhia seja ressarcida pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber e, não são reclassificados após o seu reconhecimento inicial, a menos que a Companhia altere seu modelo de gestão para o ativo financeiro. **3.4 Ativos intangíveis. 3.4.1 Contratos de concessão de serviços e custos subsequentes.** A Companhia reconhece como um ativo intangível resultante de um contrato de concessão de serviços, quando ela tem um direito de cobrar pelo uso da infraestrutura de tal concessão. De acordo com o CPC 04 um ativo intangível recebido como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias em um contrato de concessão de serviços é mensurado pelo valor justo mediante o seu reconhecimento inicial. Após este reconhecimento tal ativo intangível é mensurado pelo seu custo, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução do seu valor recuperável. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios futuros econômicos associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. **3.4.2 Obrigações especiais.** Obrigações vinculadas à concessão e permissão do serviço público de energia elétrica, constituídas por valores e/ou bens recebidos de Municípios, de Estados, da União Federal e de consumidores em geral, relativos a doações e participação em investimentos realizados em parceria com a Companhia, não sendo admitida nenhuma baixa, a qualquer título, sem a prévia anuência do Órgão Regulador. Essa exigência garante a conformidade com as regulamentações e a supervisão do órgão regulador, assegurando que as obrigações sejam tratadas de acordo com as normas estabelecidas, conforme previsto na Lei nº 8.987/1995 e na Lei nº 12.783/2013. **3.4.3 Amortização.** A amortização é calculada sobre o custo de aquisição do ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual apurado. A amortização é reconhecida no resultado com base no

método linear e limitada ao prazo remanescente do contrato de concessão da Companhia ou a vida útil estimada dos ativos intangíveis, dos dois o menor, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. Este método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo, conforme estabelecido no CPC 04. A vida útil de um ativo intangível, em um contrato de concessão de serviço, é o período a partir do qual a Companhia tem a capacidade de cobrar do público pelo uso da infraestrutura até o fim da vida útil do bem, limitado ao final do período da concessão. Os métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos caso haja alterações deliberadas pelo órgão regulador. **3.5 Ativos de contrato.** Os ativos de contrato são direitos à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 – Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados de acordo com o escopo do ICPC 01 (R1) – Contratos da Concessão, devem ser classificados como ativos de contrato em face da Companhia ter o direito de cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos ou receber dinheiro ou outro ativo financeiro, pela reversão da infraestrutura do serviço público, apenas após a entrada desses bens em serviço (energização), e consequente transferência dos bens em construção (ativos de contrato) para intangível da concessão, onde a natureza da remuneração paga pelo Poder Concedente ao concessionário é determinada de acordo com os termos do contrato de concessão. Os ativos de contrato (infraestrutura em construção) são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição. **3.6 Custos de empréstimos.** Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um período de tempo substancial para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo, conforme estabelecido no CPC 20 (Custo de Empréstimos). Essa norma permite a capitalização de custos de empréstimos durante o período de construção ou produção. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no exercício em que são incorridos. Os custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo. **3.7 Valores a receber (devolver) de Parcela A e outros itens financeiros.** As tarifas de energia elétrica, conforme modelo tarifário em vigor, devem considerar uma receita suficiente de modo a garantir o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, conforme estabelecido pela Lei nº 8.987/1995. Nesse sentido, as distribuidoras de energia elétrica estão autorizadas a cobrar de seus consumidores: (i) reajuste tarifário anual; e (ii) a cada cinco anos, de acordo com cada concessão, a revisão periódica para efeito de recomposição de parte da Parcela B, e ajuste da Parcela A, conforme a Lei nº 12.783/2013. A tarifa de energia elétrica é composta por duas parcelas: • Parcela A (custos não gerenciáveis): esta parcela deve ser neutra em relação ao desempenho da Companhia, ou seja, os custos incorridos pela Companhia, classificáveis como Parcela A, são integralmente repassados ao consumidor ou suportados pelo Poder Concedente; e • Parcela B (custos gerenciáveis): composta pelos gastos com investimento em infraestrutura, gastos com a operação e a manutenção e pela remuneração aos provedores de capital. Essa parcela é aquela que efetivamente afeta o desempenho da entidade, pois possui risco intrínseco de negócios por não haver garantia de neutralidade tarifária para essa parte. Esse mecanismo de definição de tarifa pode originar diferença temporal que decorre da diferença entre os custos previstos (Parcela A e outros componentes financeiros) e incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber pela Companhia nos casos em que os custos previstos e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos previstos e incluídos na tarifa são superiores aos custos efetivamente incorridos. Essas diferenças são registradas pelo regime de competência com base em estimativa como receita, através de um ativo setorial ou de uma redução do ativo financeiro no caso de passivo setorial. Esses valores serão efetivamente liquidados no próximo período tarifário (quando do efetivo repasse à tarifa) ou, em caso de extinção da concessão, por qualquer motivo, com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista. Esta liquidação é apenas financeira, já que o efeito no resultado do exercício via ajuste de receita já foi reconhecido pelo regime de competência. **3.8 Subvenção e assistência governamentais.** Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável segurança de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício, objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo. Quando a Companhia receber benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração do resultado ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais. **(a) Benefícios fiscais.** Em 22 de julho de 2021, a Secretaria de Fazenda do Estado do Amapá (SEFAZ) e a Companhia firmaram o Termo de Acordo nº 001/2021, no qual o Estado concede o crédito presumido de 10% (dez por cento) calculados sobre o valor do faturamento bruto da Companhia no Amapá, no segundo mês anterior ao crédito que deverão ser utilizados, exclusivamente na liquidação de débitos vencidos e vincendos decorrentes do consumo de energia elétrica da Administração Pública Estadual, incluídas suas autarquias e fundações. **3.9 Imposto de renda e contribuição social.** O imposto de renda e a

contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. Quando aplicável, há compensação de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. **3.9.1 Imposto de renda e contribuição social corrente.** O imposto de renda e a contribuição social corrente são calculados sobre o lucro tributável ou prejuízo fiscal do exercício acrescidos de eventuais ajustes de exercícios anteriores. O montante dos tributos corrente a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo considerando a melhor estimativa quanto ao valor esperado a recolher ou a recuperar. A mensuração é realizada com base nas alíquotas vigentes na data do balanço. A Companhia compensa os ativos e passivos fiscais correntes se: • Tiver o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos; e • Pretender liquidar o passivo e realizar o ativo simultaneamente. Conforme orientações do ICPC 22 – Tributos sobre o lucro, a Companhia avalia a probabilidade de aceitação de tratamentos tributários incertos. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2024, no que diz respeito às incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro, a Companhia efetuou as avaliações e concluiu que é mais provável do que não que os tratamentos sejam aceitos pela autoridade fiscal. **3.9.2 Imposto de renda e contribuição social diferido.** Os tributos diferidos ativos e passivos são reconhecidos sobre os saldos acumulados de prejuízos fiscais, bases negativas e sobre as diferenças temporárias entre os valores contábeis constantes nas demonstrações contábeis e os montantes apurados conforme os critérios fiscais previstos na legislação tributária. Um ativo fiscal diferido é reconhecido na medida em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis contra os quais serão realizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, as reversões dessas diferenças serão limitadas aos lucros tributáveis futuros projetados conforme os planos de negócios da Companhia. O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas taxas vigentes na data do balanço. **3.10 Benefícios a empregados. 3.10.1 Benefícios de curto prazo a empregados.** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **3.10.2 Transações de pagamento baseado em ações.** A Equatorial S.A. concedeu plano de pagamento baseado em ações e opção de compra de ações a executivos e colaboradores da Companhia. A Companhia reconhece os produtos ou os serviços recebidos ou adquiridos em transação com pagamento baseado em ações quando ela obtiver os produtos ou à medida que receber os serviços. Em contrapartida, a Companhia reconhece o correspondente aumento do patrimônio líquido se os produtos ou serviços forem recebidos em transação com pagamento baseado em ações liquidadas em instrumentos patrimoniais, ou um passivo financeiro, correspondente ao pagamento baseado em ações liquidado em caixa (ou com outros ativos). O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamentos baseados em ações concedidos aos executivos e colaboradores é reconhecido como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido ou passivo, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço e de desempenho serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que efetivamente atendam às condições de serviço na data de aquisição (*vesting date*). Em situações em que títulos patrimoniais forem emitidos e alguns ou todos os bens ou serviços recebidos pela Companhia como contrapartida não puderem ser especificamente identificados, os bens ou serviços não identificados recebidos (ou a serem recebidos) são mensurados por meio da diferença entre o valor justo do pagamento baseado em ações e o valor justo de quaisquer produtos ou serviços recebidos na data de sua outorga. Entretanto, para transações liquidadas em caixa, o passivo deve ser remensurado ao término de cada período de reporte, até que ele seja liquidado. **3.11 Capital social. 3.11.1 Ações ordinárias.** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido, em conformidade com as orientações do CPC 39 (IAS 32) - Instrumentos Financeiros. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido com a dedução do valor captado, líquida de impostos. Essa prática garante que o valor líquido recebido pela emissão de ações seja apresentado de forma clara e precisa. **3.12 Instrumentos financeiros. 3.12.1 Ativos financeiros. (a) Ativos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração.** Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes são reconhecidas inicialmente na data

* continuação

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ - CEA | CNPJ 05.965.546/0001-09

em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e, neste caso, todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes (ORA). Essa escolha é feita para cada investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. **(b) Ativos financeiros - avaliação do modelo de negócio.** A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e

a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; • Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **(c) Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros.** Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: • Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; • Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na *performance* de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente, o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

(d) Ativos financeiros - mensuração subsequente e ganhos e perdas.

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada
Instrumentos patrimoniais a VJORA	utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

3.12.2 Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas. Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos e instrumentos financeiros derivativos. A Companhia classifica passivos financeiros que surgem de acordos de financiamento (risco sacado, *forfait* etc.) com fornecedores em Fornecedores no balanço patrimonial se eles tiverem natureza e função semelhantes às contas a pagar. Esse é o caso se o acordo de financiamento com fornecedores fizer parte do capital de giro usado no ciclo operacional normal da Companhia, o nível de segurança fornecido for semelhante às contas a pagar e os termos dos passivos que fazem parte do acordo de financiamento da cadeia de suprimentos não forem substancialmente diferentes dos termos das contas a pagar que não fazem parte do acordo. Os fluxos de caixa relacionados a passivos decorrentes de acordos de financiamento com fornecedores que são classificados em Fornecedores.

A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **3.12.3 Desreconhecimento. (a) Ativos financeiros.** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. **(b) Passivos financeiros.** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **3.12.4 Compensação.** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.12.5 Instru-**

mentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge. A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado, com exceção do *hedge* de fluxo de caixa, definido abaixo: **Hedge de fluxo de caixa.** Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* de fluxo de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes (ORA) e apresentada na conta de reserva de *hedge*. A porção efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em ORA limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de *hedge*, determinada com base no valor presente, desde o início do *hedge*. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado. Conforme CPC 48/ IFRS 9 – Instrumentos financeiros, no início de um relacionamento de *hedge*, a Companhia formalmente designam e documentam a relação de *hedge* à qual deseja aplicar a contabilidade de *hedge* e o objetivo e a estratégia de gerenciamento de risco para realizar o *hedge*. Para mais informações sobre a identificação do instrumento de *hedge*, do item protegido, da natureza do risco que está sendo protegido e de como a Companhia avalia se a relação de proteção atende aos requisitos de efetividade de *hedge*, incluindo sua análise das fontes de inefetividade de *hedge* e como determinar o índice de *hedge*, veja nota 25.4 – Instrumentos financeiros derivativos. **3.13 Redução ao valor recuperável (Impairment).** **3.13.1 Ativos financeiros não derivativos.** A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ativos de contrato. A Companhia utiliza uma matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber. A matriz de provisão baseia-se inicialmente nas taxas de perda histórica observadas pela Companhia. A Companhia revisa a matriz de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito. A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses: • Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; • Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial; • As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento; e • Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*). A Companhia elaborou um estudo que presume o tempo em que o risco de crédito de um ativo financeiro aumenta significativamente se este estiver em atraso. Nota explicativa nº 26.5.g – Risco de escassez de energia (Risco hidrológico) para maiores detalhes. A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando: • É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); • As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplimento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro; ou • As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses). O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito. **3.13.2 Ativos financeiros com problemas de recuperação.** Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; • Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias; • Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas normalmente; • A probabilidade de que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou • O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não identificou ativos financeiros sem expectativa de realização, exceto para o que a Companhia já reconhece como estimativa de perda para os ativos, como títulos do contas a receber, que possuem expectativa de perda de realização. **3.13.2.1 Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD) e perdas efetivas.** A Companhia adota a prática de estimativa de perda esperada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD), avaliando o risco de crédito dos valores a receber por faixa de atraso. Essa avaliação considera a mediana do percentual de não recebimento referente a cada faixa de atraso, apurada sobre o histórico de recebimento de 5 anos e sobre um faturamento

continua →

* continuação

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ - CEA | CNPJ 05.965.546/0001-09

de 24 meses obtidos no ano anterior ao primeiro ano do histórico de recebimento, com atualizações. A metodologia utilizada estabelece um percentual de estimativa das perdas esperadas para cada aging list, refletindo a experiência histórica de perdas de crédito da Companhia. A estimativa é demonstrada em uma matriz de provisão, que resulta do estudo do comportamento de pagamento das faturas de energia elétrica e do percentual de inadimplência dos parcelamentos de forma coletiva. Além disso, essa estimativa é ajustada para fatores prospectivos específicos, tanto para os consumidores inadimplentes quanto para o ambiente econômico, garantindo que os dados utilizados sejam relevantes e atualizados, conforme nota explicativa nº 25.5.a.ii. Após estudos desenvolvidos pela Companhia para avaliar quais as variáveis que apresentam o índice de correlação com o montante real de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, não foram identificados outros índices ou fatores macroeconômicos que impactassem de forma relevante ou que possuísssem correlação direta ao nível de inadimplência. Para os parcelamentos relevantes, a Companhia adota uma avaliação individual referente ao risco de crédito desde que são previstas no termo de confissão de dívida as garantias de liquidação dos títulos mensalmente. A Companhia entende que para as negociações com garantias de recebimento previstas, o risco de crédito é menor que o risco de crédito de título sem garantia de recebimento previsto nos termos. Para isso, a Companhia adota uma governança das negociações relevantes realizadas junto à Alta Administração para deliberação. Para o reconhecimento de perdas efetivas, a Companhia baixa do valor contábil bruto de um ativo financeiro que não tenha expectativa razoável de liquidação em sua totalidade ou em parte, sendo os títulos vencidos acima de 5 anos, baixados em sua integralidade. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. **3.13.3 Ativos não financeiros.** A Companhia possui uma Unidade Geradora de Caixa (UGC), que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. Adicionalmente, a Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros (exceto estoques, ativos de contrato e impostos diferidos) com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. A Companhia realizou avaliação de perda ao valor recuperável, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, conforme nota explicativa 12.2 – Avaliação de *impairment*, nos ativos não financeiros. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado e avaliado anualmente. **3.14 Ajuste a valor presente (AVP).** **3.14.1 Parcelamentos de contas a receber.** A Companhia utiliza 11,32%, como taxa de desconto que reflete juros compatíveis com a natureza, o prazo e os riscos relacionados à transação, levando-se em consideração, ainda, as taxas de mercado praticadas na data inicial da transação, para cálculo do ajuste a valor presente do total dos parcelamentos, em conformidade com o CPC 12 – Ajuste a valor presente. **3.14.2 Outros ativos e passivos.** Os ativos e passivos monetários de longo prazo, são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos, com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração. **3.15 Provisão para riscos judiciais.** As provisões para riscos judiciais são constituídas para todos os processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita, conforme as orientações do CPC 25 (IAS 37) - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.16 Demonstração de valor adicionado (DVA).** A Companhia elaborou a DVA nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme práticas contábeis adotadas no Brasil. **3.17 Questões climáticas.** A Companhia considera questões climáticas em estimativas e pressupostos, quando apropriado. Essa avaliação inclui uma ampla gama de possíveis impactos na Companhia devido a riscos tanto físicos quanto de transição. A Companhia está monitorando de perto mudanças e desenvolvimentos relevantes, como novas legislações relacionadas às mudanças climáticas, bem como uma possível transição para uma economia de baixo carbono. Os itens e considerações mais diretamente afetados pelas questões climáticas são: • Vida útil ativos: Ao revisar os valores residuais e as vidas úteis es-

peradas dos ativos, a Companhia considera questões climáticas, como legislações e regulamentações relacionadas às mudanças climáticas que podem restringir o uso de ativos ou exigir despesas de capital significativas. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: O valor em uso pode ser afetado de várias maneiras diferentes pelo risco de transição, como legislações e regulamentações relacionadas às mudanças climáticas. A Companhia monitora

constantemente possíveis efeitos climáticos em suas projeções de fluxo de caixa. **3.18 Principais mudanças nas políticas contábeis.** Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que são aderentes e potencialmente relevantes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes:

3.18.1 Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 2024

Norma	Descrição da alteração	Vigência
CPC 26 (R1) / IAS 1: Apresentação das Demonstrações Contábeis	Classificação e divulgação de um passivo com cláusulas de <i>covenants</i> como circulante ou não circulante, onde o passivo deve ser classificado como circulante quando a entidade não tem o direito no final do período de reporte de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após o período de reporte. Adicionalmente, apenas <i>covenants</i> cujo cumprimento é obrigatório antes do, ou, no final do período de reporte devem afetar a classificação de um passivo como circulante ou não circulante.	01/01/2024
CPC 06 (R2) / IFRS 16: Arrendamentos	Especificam que o vendedor-arrendatário deve mensurar subsequentemente o passivo de arrendamento derivado da transferência de ativo - que atende aos requisitos para ser reconhecida como receita de venda - e retro arrendamento (<i>Sale and Lease-back</i>) de forma que não seja reconhecido ganho ou perda referente ao direito de uso retido na transação.	01/01/2024
CPC 3 (R2) / IAS 7: Demonstração dos Fluxos de Caixa	Divulgação de operações de risco sacado que envolvem as entidades e seus fornecedores. Os novos requisitos de divulgação visam auxiliar os usuários das demonstrações contábeis a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento de fornecedores sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.	01/01/2024
Resolução CVM nº 199/ CPC 9 (R1): Demonstração do Valor Adicionado.	A Resolução CVM nº 199, esclarece determinados critérios para elaboração e apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), cujo objetivo principal é elucidar requisitos normativos e, por consequência, reduzir a abrangência de práticas contábeis adotadas na elaboração da DVA pelas companhias brasileiras.	01/01/2024

3.18.2 Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 2025

Norma	Descrição da alteração	Vigência
Resolução CVM nº 223 / OCP 10: Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (<i>allowances</i>) e Crédito de Descarbonização (CBIO).	Estabelecer os requisitos para o reconhecimento, mensuração e divulgação de créditos de carbono (tCO2e), permissões de emissão (<i>allowances</i>) e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado de capitais brasileiro. Consequentemente, visa reduzir a diversidade de práticas contábeis adotadas nas demonstrações contábeis.	01/01/2025
CPC 02 / IAS 21: Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis	As alterações exigem que as entidades apliquem uma abordagem consistente para determinar se uma moeda é trocável por outra moeda e a taxa de câmbio a vista a utilizar.	01/01/2025
CPC 48 / IFRS 9 e CPC 40 (R1) / IFRS 7: Classificação e mensuração de instrumentos financeiros	Estabelecem requerimentos relativos a: (i) liquidação de passivos financeiros por meio de sistema de pagamento eletrônico; (ii) avaliação das características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros, incluindo aqueles com características ambientais, sociais e de governança (ASG ou ESG); e (iii) alterações específicas na norma para abranger os contratos de eletricidade relacionada à natureza (fontes eólicas e solares).	01/01/2026
Pronunciamento Técnico CBPS nº 01 (IFRS S1): Divulgação e Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade Pronunciamento Técnico CBPS nº 02 (IFRS S2): Divulgação de Informações Climáticas	Os novos pronunciamentos abordam os requisitos e as diretrizes relacionados à sustentabilidade corporativa, alinhando-se aos padrões internacionais estabelecidos pelo IFRS S1 e IFRS S2. Essas normas visam promover maior transparência e padronização na divulgação de informações ambientais, sociais e de governança (ESG), bem como os impactos financeiros relacionados ao clima.	01/01/2026
IFRS 18: Apresentação e divulgação das Demonstrações Contábeis	A IFRS 18 introduz três categorias definidas para receitas e despesas – operacionais, de investimento e de financiamento – para melhorar a estrutura da demonstração de resultados e exige que todas as entidades forneçam novos subtópicos definidos, incluindo o lucro operacional. A estrutura melhorada e os novos subtópicos darão aos investidores um ponto de partida consistente para analisar o desempenho das companhias. A IFRS 18 também exige que as companhias divulguem explicações sobre as medidas específicas que estão relacionadas com a demonstração dos resultados, referidas como medidas de desempenho definidas pela Administração. Os novos requisitos irão melhorar a disciplina e a transparência das medidas de desempenho definidas pela Administração e provavelmente torná-las sujeitas a auditoria. A IFRS 18 substituirá a IAS 1/ CPC 26: Apresentação das Demonstrações Contábeis.	01/01/2027
IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	Permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS.	01/01/2027

A Companhia está em processo de análise dos impactos dos pronunciamentos acima e decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. **4. Assuntos regulatórios: 4.1 Revisão Tarifário Extraordinária (RTE) de 2023.** Mediante Resolução Homologatória (REH) nº 3.313 de 26 de março de 2024, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) homologou o resultado da Revisão Tarifária Extraordinária (RTE) de 2023 da CEA, com vigência entre 13 de abril de 2024 e 12 de dezembro de 2024. As tarifas de aplicação até então vigentes, constantes da Resolução Homologatória nº 3.163, de 13 de dezembro de 2022, foram reajustadas em 0,00% (zero por cento), correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores/usuários/agentes supridos da distribuidora. Neste processo, as CVA contabilizadas pela Companhia são validadas, devendo ser feita a baixa das diferenças apuradas entre o valor apurado pela Companhia e o concedido pela ANEEL no mesmo exercício. A apuração das diferenças desses diversos pontos é chamada de efeito da RTE na Companhia. **4.2 Reajuste Tarifário Anual (RTA) de 2024.** O reajuste e as revisões são mecanismos pelos quais as tarifas de energia elétrica podem ser alteradas. Estão previstos nos contratos de concessão e permitem a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro das concessionárias, conforme Lei 8987/1995. O Reajuste Tarifário Anual (RTA) tem por objetivo repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis. O reajuste acontece anualmente, na data de “aniversário” do contrato de concessão. Nos processos de reajuste ou revisão tarifária das distribuidoras, as Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” (CVA) contabilizadas pela Companhia são validadas, devendo ser feita a baixa das diferenças apuradas entre o valor apurado pela Companhia e o concedido pela ANEEL no mesmo exercício. A apuração

das diferenças desses diversos pontos é chamada de efeito do reajuste na Companhia. No ano de 2024, a ANEEL apurou o novo índice do reajuste da Companhia adequando suas despesas da Parcela A (custo não gerenciáveis, como compra de energia, encargos setoriais, encargos de transmissão) no processo de Reajuste Tarifário Anual (RTA). As tarifas de aplicação da Companhia, constantes da Resolução Homologatória nº 3.430, de 10 de dezembro de 2024, foram reajustadas, em média, 13,70%, correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores, usuários e agentes supridos da distribuidora. **4.3 Bandeiras tarifárias.** Conforme informações do Operador Nacional do Sistema (ONS), o sistema atravessou um período de redução acentuada nos níveis dos reservatórios, com início em julho de 2012 e término em novembro de 2021, com duração de 113 meses retornando ao aumento dos reservatórios a partir de então. Em 2024, as condições foram favoráveis com previsão de continuidade no ano de 2025. A tabela a seguir demonstra as bandeiras tarifárias que vigoraram em 2023 e 2024.

	Cor da bandeira	
	2024	2023
Janeiro	Verde	Verde
Fevereiro	Verde	Verde
Março	Verde	Verde
Abril	Verde	Verde
Maio	Verde	Verde
Junho	Verde	Verde
Julho	Amarela	Verde
Agosto	Verde	Verde
Setembro	Vermelha 1	Verde
Outubro	Vermelha 2	Verde
Novembro	Amarela	Verde
Dezembro	Verde	Verde

continua →

* continuação

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ - CEA | CNPJ 05.965.546/0001-09

4.4. Sobrecontratação de energia: As distribuidoras de energia elétrica são obrigadas a garantir 100% do seu mercado de energia por meio de leilões regulados pela ANEEL, tendo também a garantia do repasse às tarifas dos custos ou receitas decorrentes das sobras de energia elétrica, limitadas a 5% do requisito regulatório e dos custos decorrentes de déficits de energia elétrica, conforme estabelecido no Decreto nº 5.163/2004. Contudo, quando a distribuidora ultrapassar o referido limite e sendo este ocasionado de forma voluntária, fica exposta à variação entre o preço de compra e o de venda do montante excedente no mercado de curto prazo. Os valores apurados são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC e compensados nos processos tarifários subsequentes. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia participou dos Mecanismos de Compensação de Sobras e Déficits (MCSD) de Energia Existente e Energia Nova, conforme previsto na Resolução Normativa nº 1.009, de 22 de março de 2022, para adequar seu portfólio contratual para o nível regulatório de cobertura. Ressaltamos que tais mecanismos estão previstos nos procedimentos de comercialização, podendo a distribuidora declarar déficit ou sobras de energias dos seus contratos de compra de energia do ambiente regulado (CCEARs). A Companhia está com um nível de cobertura contratual de 110,08% sobre o nível regulatório em 31 de dezembro de 2024 (114,15% em 31 de dezembro de 2023). A sobrecontratação acima dos 105,0% pode gerar perda financeira. No entanto, no caso em tela não houve perda. Quando considerada a energia involuntária, a sobrecontratação ficou abaixo de 105,00%.

4.5. Encargos regulatórios. A receita de prestação de serviços de distribuição está sujeita aos seguintes impostos, taxas e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: • **Pesquisa e desenvolvimento (P&D) e Programa de eficiência energética (PEE)** – Percentuais mínimos a aplicar, estabelecidos pela Lei nº. 9.991/2000, alterada pela Lei nº 14.514/2022 (P&D e PEE) e a recolher (Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), Ministério de Minas e Energia (MME), Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (PROCEL) e Conta de desenvolvimento energético (CDE)), da tabela a seguir:

De 01/01/2024 até 31/12/2025						
P&D (% da ROL)				PEE (% da ROL)		
P&D/ANEEL	CDE	FNDCT	MME	PEE/ANEEL	CDE	PROCEL
0,14	0,06	0,20	0,10	0,28	0,12	0,10

• Conta de desenvolvimento energético (CDE); • Encargo de serviços do sistema (ESS); e • Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica (TFSEE). A receita já está apresentada líquida desses encargos na demonstração do resulta-

do. Nota explicativa nº 8 – Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros, para mais detalhes.

4.6. Marco Legal - Geração Distribuída. A Resolução Normativa ANEEL nº 1.059, de 07 de fevereiro de 2023, que regulamenta a Lei 14.300/2022, foi considerada o marco legal da Micro e Minigeração Distribuída (MMGD), sistema em que os consumidores geram sua própria energia elétrica, geralmente por meio de painéis solares ou pequenas turbinas eólicas. A Resolução abrange, entre outros, procedimentos relacionados à cobrança pelo uso da rede de distribuição e ao prazo para que a distribuidora realize as obras de conexão dos sistemas. A Resolução Homologatória nº 3.169, de 29 de dezembro de 2022, definiu os percentuais de redução, por distribuidora, a serem aplicados na Tarifa de Uso dos Sistemas de Distribuição (TUSD) e na Tarifa de Energia (TE). Esses percentuais são utilizados para estabelecer a tarifa de aplicação no faturamento do consumo associado ao Sistema de Compensação de Energia Elétrica (SCEE). A Companhia possui em sua carteira de clientes unidades consumidoras classificadas como MMGD. A Resolução Normativa ANEEL nº 1.000/2021 define o Sistema de Compensação de Energia Elétrica (SCEE) como um arranjo no qual a energia ativa injetada por uma unidade consumidora com MMGD é cedida à distribuidora local a título de empréstimo gratuito. Posteriormente, essa energia é compensada com o consumo da mesma unidade ou de outras unidades consumidoras. Quando a energia gerada em determinado mês é superior à quantidade necessária para abater o consumo naquele período, o consumidor acumula um excedente de energia, que é registrado como um crédito a ser compensado em futuras faturas. Esse crédito é considerado um passivo a restituir ao consumidor calculado com base no saldo injetado e não consumido multiplicado pelo preço médio de compra de energia da Companhia.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2024	2023
Caixa e depósitos bancários à vista	7.205	7.382
Equivalentes de caixa (a)		
Aplicação Direta		
Certificado de Depósito Bancário – CDB	1.088	921
Poupança	–	756
Fundo de Investimento		
Certificado de Depósito Bancário – CDB	3.009	953
Operações Compromissadas	72.125	7.934
Fundo de investimento aberto		36
Subtotal de equivalentes de caixa	76.142	10.600
Total	83.347	17.982

(a) Os equivalentes de caixa se referem a CDB - Certificados de Depósitos Bancários, Operações Compromissadas e

outros ativos de alta liquidez e com baixo risco de crédito. Tais aplicações estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, são ativos financeiros com liquidez imediata classificados como equivalentes de caixa, conforme CPC 03 (R2) - Demonstrações de Fluxo de Caixa.

A carteira da Companhia é remunerada pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e a rentabilidade média ponderada da carteira, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, equivale a 99,01% do CDI (99,98% do CDI em 31 de dezembro de 2023).

6. Aplicações financeiras

	2024	2023
Circulante		
Fundos de investimentos (a)		
Cotas de fundos de investimento	598.259	368.360
Cotas de fundos de investimento FIDC (b)	1.480	5.048
Títulos Públicos	118.378	19.733
Letra financeira	35.227	11.537
Fundo aberto (c)	125.194	64.944
Total	878.538	469.622

(a) Os fundos de investimentos representam operações de baixo risco em instituições financeiras de primeira linha e são compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDBs, de acordo com a norma de investimento da Companhia. Adicionalmente, a carteira de aplicações contém fundos, que são investimentos em cotas (FIC), administrados por instituições financeiras responsáveis por alocar os recursos em cotas de diversos fundos abertos. Logo, a Companhia não possui gestão e controle direto, tampouco participação relevante nesses fundos abertos (limite máximo de 10% do Patrimônio Líquido) conforme CPC 36 (R3) / IFRS 10 – Demonstrações Consolidadas.; (b) Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) sendo parte de seus recursos utilizados na operação de antecipação de títulos a pagar a fornecedores da Companhia, conforme descrito na nota explicativa nº 14 – Fornecedores – Risco sacado; e (c) Os fundos de investimentos abertos são compostos por ativos como operações compromissadas, títulos públicos, CDBs, depósitos a prazo e outros títulos de instrumentos financeiros. A carteira da Companhia é remunerada pela variação do CDI, logo, a rentabilidade média ponderada no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, equivale a 98,14% do CDI (102,15% do CDI em 31 de dezembro de 2023).

7. Contas a receber de clientes: 7.1. Composição dos saldos

	2024				2023			
	Vencidos				Vencidos			
	A vencer	Até 90 dias	Mais de 90 dias	Total	A vencer	Até 90 dias	Mais de 90 dias	Total
Residencial	36.910	41.599	199.795	278.304	32.246	50.474	262.309	345.029
Industrial	4.148	2.636	2.683	9.467	2.246	706	4.730	7.682
Comercial	20.923	7.708	28.150	56.781	20.134	10.756	35.641	66.531
Rural	258	636	4.368	5.262	136	616	5.113	5.865
Poder público	9.510	5.010	8.010	22.530	8.607	4.292	14.286	27.185
Iluminação pública	2.531	4.110	2.091	8.732	1.984	3.313	11.364	16.661
Serviço público	657	82	615	1.354	438	449	103	990
Contas a receber de consumidores faturados	74.937	61.781	245.712	382.430	65.791	70.606	333.546	469.943
Residencial	104.705	7.860	50.294	162.859	98.653	8.157	48.090	154.900
Industrial	4.592	267	8.778	13.637	1.677	3.451	2.736	7.864
Comercial	13.452	1.456	9.593	24.501	18.226	1.337	11.920	31.483
Rural	1.292	104	782	2.178	1.088	93	1.088	2.269
Poder público	21.663	1.621	4.964	28.248	19.763	4.559	4.603	28.925
Iluminação pública	11.017	1.125	1.446	13.588	8.564	1.369	17	9.950
Parcelamentos (a)	156.721	12.433	75.857	245.011	147.971	18.966	68.454	235.391
Contas a receber de consumidores não faturados (b)	34.582	–	–	34.582	25.602	–	–	25.602
Baixa renda (c)	6.615	–	–	6.615	7.221	–	–	7.221
Outras	8.683	–	–	8.683	15.280	–	–	15.280
Total	281.538	74.214	321.569	677.321	261.865	89.572	402.000	753.437
(-) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(39.422)	(17.081)	(196.406)	(252.909)	(41.269)	(19.867)	(294.333)	(355.469)
Total contas a receber clientes	242.116	57.133	125.163	424.412	220.596	69.705	107.667	397.968
Circulante				353.355				335.823
Não circulante				71.057				62.145

(a) Os parcelamentos são referentes às renegociações de faturas em atraso e possuem juros de até 1% a.m. Os valores apresentados no contas a receber referente aos parcelamentos estão líquidos do ajuste a valor presente, no montante de R\$ 6.030 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 5.780 em 31 de dezembro de 2023), em contrapartida ao resultado financeiro; (b) Corresponde à energia elétrica distribuída, mas não faturada para os consumidores e o seu faturamento é efetuado tomando como base os ciclos de leitura, que em alguns casos é após o período de encerramento contábil; (c) O Governo Federal, por meio das leis nº 12.212 e nº 10.438, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda.

7.2. Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

	2023	Provisões/ Reversões (b)	Baixas (c)	2024
Contas a receber de consumidores faturados	(245.980)	9.860	85.099	(151.021)
Parcelamentos	(98.612)	(12.004)	15.370	(95.246)
Contas a receber de consumidores não faturados	(978)	(436)	–	(1.414)
Outras (a)	(9.899)	3.864	806	(5.228)
Total	(355.469)	1.284	101.275	(252.909)

	2022	Provisões/ Reversões	Reversão de Baixas	2023
Contas a receber de consumidores faturados	(55.134)	(97.896)	(92.950)	(245.980)
Parcelamentos	(38.097)	(33.844)	(26.671)	(98.612)
Contas a receber de consumidores não faturados	(885)	(93)	–	(978)
Outras (a)	(1.891)	(6.610)	(1.398)	(9.899)
Total	(96.007)	(138.443)	(121.019)	(355.469)

(a) A rubrica de outras perdas estimadas é composta, principalmente, por: multas sobre o consumo irregular, auto religação e inadimplência, conforme previsto na Resolução ANEEL nº 456 de 29 de novembro de 2000; (b) A movimentação líquida do exercício, resultou em uma reversão de provisão, no montante de R\$ 1.284, com impacto no resultado operacional, conforme nota explicativa nº 22 – Custos do serviço e despesas operacionais. (c) Refere-se a baixa da PECLD sobre títulos considerados incobráveis pela Companhia, os quais foram efetivamente baixados do contas a receber.

continua →

* continuação

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ - CEA | CNPJ 05.965.546/0001-09

8. Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros

	2023	Consti- tuição	Amorti- zação	Atual- zação	Constitui- ções com efeito caixa	Reclassi- ficação	2024
Parcela A							
CDE - Conta de desenvolvimento energético (a)	180	(13.912)	(16.778)	(58)	—	—	(30.568)
PROINFA - Programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica	(3.320)	2.571	(110)	(248)	—	—	(1.107)
Rede básica	8.476	(6.548)	521	620	—	—	3.069
Compra de energia CVA (b)	(35.014)	30.496	42.895	351	—	—	38.728
ESS - Encargos do serviço do sistema (c)	15.607	(20.132)	9.929	1.589	—	—	6.993
	(14.071)	(7.525)	36.457	2.254	—	—	17.115
Itens financeiros							
Sobrecontratação de energia (d)	4.908	(42.241)	56.954	1.509	(28.210)	—	(7.080)
Neutralidade (g)	8.400	(7.753)	(29.501)	(1.724)	—	—	(30.578)
Ultrapassagem de demanda e reativo excedente	(3.583)	(3.164)	3.318	74	—	—	(3.355)
Risco Hidrológico (h)	(27.769)	29.239	(33.179)	(1.576)	—	—	(33.285)
CDE Modicidade tarifária (e)	(2.128)	6.466	(4.329)	(590)	(4.338)	611	(4.308)
Compensação créditos PIS/COFINS	7.512	—	(9.315)	—	—	2.131	328
Outros (f)	31.947	410.209	(153.074)	6.153	(224.327)	(59.678)	11.230
	19.287	392.756	(169.126)	3.846	(256.875)	(56.936)	(67.048)
	5.216	385.231	(132.669)	6.100	(256.875)	(56.936)	(49.933)
Total							
Circulante							
Valores a receber	107.016						
Valores a devolver	(91.521)						98.619
Efeito líquido ativo (passivo)	15.495						(221.204)
							(122.585)
Não circulante							
Valores a receber	3.795						149.851
Valores a devolver	(14.074)						(77.199)
Efeito líquido ativo (passivo)	(10.279)						72.652
Efeito líquido total	5.216						(49.933)

	2022	Consti- tuição	Amorti- zação	Atual- zação	Créditos de PIS/ COFINS	Constitui- ções com efeito caixa	Reclas- sificação	2023
Parcela A								
CDE - Conta de desenvolvimento energético (a)	15.769	668	(17.258)	1.001	—	—	—	180
PROINFA - Programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica	5.270	(2.655)	(6.220)	285	—	—	—	(3.320)
Rede básica	4.415	4.712	(1.291)	640	—	—	—	8.476
Compra de energia CVA (b)	165.933	(21.736)	(185.003)	5.792	—	—	—	(35.014)
ESS - Encargos do serviço do sistema (c)	41.782	14.815	(43.459)	2.469	—	—	—	15.607
(-) Repasses da Conta-Covid – Parcela A	(1.281)	—	1.356	—	—	(75)	—	—
	231.888	(4.196)	(251.875)	10.187	—	(75)	—	(14.071)
Itens financeiros								
Sobrecontratação de energia (c)	12.180	12.541	9	127	—	(19.949)	—	4.908
Neutralidade (g)	(12.785)	7.455	12.800	930	—	—	—	8.400
Ultrapassagem de demanda e reativo excedente	(2.063)	(3.161)	1.837	(196)	—	—	—	(3.583)
Risco Hidrológico (h)	(25.631)	—	(800)	(1.338)	—	—	—	(27.769)
CDE Modicidade tarifária (e)	(17.137)	—	20.112	(2.246)	—	(2.857)	—	(2.128)
Empréstimo escassez hídrica	—	—	135.816	—	—	—	(135.816)	—
Compensação créditos PIS/COFINS	—	—	56.625	—	(49.113)	—	—	7.512
Outros (f)	(202.337)	473	97.140	51	—	804	135.816	31.947
	(247.773)	17.308	323.539	(2.672)	(49.113)	(22.002)	—	19.287
	(15.885)	13.112	71.664	7.515	(49.113)	(22.077)	—	5.216
Total								
Circulante								
Valores a receber	397.763							107.016
Valores a devolver	(399.114)							(91.521)
Efeito líquido ativo (passivo)	(1.351)							15.495
Não circulante								
Valores a receber	19.810							3.795
Valores a devolver	(34.344)							(14.074)
Efeito líquido ativo (passivo)	(14.534)							(10.279)
Efeito líquido total	(15.885)							5.216

(a) O saldo da CVA CDE foi afetado pelas seguintes variações: (i) constituição negativa da CVA de R\$ 30.825, devido a quitação do empréstimo CDE Covid e Escassez conforme o DSP nº 3.056/24 e pelo efeito positivo de R\$16.913 do processo tarifário, totalizando um movimento de constituição passiva de R\$ 13.912 e; (ii) o impacto da amortização negativa do período foi de R\$ 16.778, onde R\$ 14.107 refere-se ao efeito negativo do processo tarifário. (b) O saldo da Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" (CVA) de energia teve como movimentação: (i) as constituições dos custos com efeito disponibilidade, risco hidrológico e exposição financeira repassados às distribuidoras para atendimento do mercado, gerando uma CVA ativa no exercício, de R\$ 44.799; (ii) custos com os contratos de Energia Leilão que se realizaram menos em relação a cobertura tarifária, gerando uma CVA passiva no exercício, de R\$ 14.099, o que totaliza a constituição passiva de R\$ 30.700, um efeito negativo do processo tarifário de R\$ 204, resultando em um movimento de constituição de R\$ 30.496; (iii) O impacto da amortização positiva do componente financeiro desse item para o exercício foi de R\$ 42.895, sendo que desse valor, R\$ 16.490 é referente ao efeito positivo do processo tarifário. (c) O ESS está relacionado ao pagamento de usinas térmicas despachadas e que operam com o preço de compra acima do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD). O Operador Nacional do Sistema (ONS) aciona despachos das térmicas de forma a garantir a segurança energética do sistema. No processo tarifário da Companhia, o valor de previsão desse encargo concedido pela ANEEL foi inferior aos custos efetivamente pagos, com isso, até o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a conta de Encargos de Serviços de Sistema (ESS) resultou em uma constituição negativa de R\$ 20.132, referente à constituição da CVA ESS passiva, sendo que desse valor, R\$ 8.516 é referente ao efeito negativo do processo tarifário. O impacto positivo da amortização no exercício foi de R\$ 9.929 sendo que desse valor, R\$ 23.907 é referente ao efeito positivo do processo tarifário; (d) No ano de 2024, os valores correspondentes a esta categoria totalizaram um saldo líquido negativo de R\$ 7.080. Devido a sobrecontratação de 2022 e 2023 ainda não reconhecido pela ANEEL nos quais a companhia contabilizou glosa negativa, constata-se constituição negativa para o exercício de R\$ 42.241, sendo que desse valor, R\$ 28.745 é referente ao efeito negativo do processo tarifário. Amortização positiva no exercício foi de R\$ 56.954; (e) A Companhia registrou

a entrada de recursos no montante de R\$ 4.338, conforme Despacho Aneel nº 1.239 de 23 de abril de 2024, que fixou os valores dos recursos da Conta de Desenvolvimento Energético- CDE referentes aos valores aportados pela Eletronbras ou por suas subsidiárias nos termos da Resolução CNPE nº 15, de 2021, a serem repassados às concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica, até 30 de abril de 2024. Esse aporte se alinha à política de Modicidade Tarifária, viabilizada pelo repasse de recursos do Fundo da CDE. O objetivo primordial é mitigar o impacto dos custos de energia elétrica para os consumidores finais, promovendo condições mais favoráveis nas tarifas de energia. A política de Modicidade Tarifária da CDE é uma ferramenta essencial para a sustentabilidade econômico-financeira do setor elétrico e para a proteção do consumidor, garantindo a equidade na distribuição dos encargos setoriais e a moderação das tarifas de energia. A Companhia contabilizou um impacto negativo de R\$ 4.329 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, resultante da amortização do componente

Outros créditos a receber – (bens materiais)		Notas	2024	2023
Entidade é membro do mesmo grupo econômico			Ativo (passivo)	Efeito no resultado receita (despesa)
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(a)	—	—	985
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(a)	—	—	1.572
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(a)	—	—	476
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.	(a)	—	—	9
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D	(a)	4	—	12
Concessionária de Saneamento do Amapá SPE S.A.	(a)	13	80	—
E-Nova Geração Distribuída S.A.	(b)	51	194	64
Total		68	274	3.118
Outros créditos a receber				
Entidade é membro do mesmo grupo econômico				
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(c)	482	1.246	242
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(c)	696	1.725	523
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(c)	239	690	168
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(c)	162	472	101
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D)	(c)	239	710	138
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	(c)	4	11	3
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	(c)	4	11	3
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	(c)	5	15	5
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	(c)	18	38	7

financeiro associado a esses repasses, sendo que desse valor, R\$ 7.072 é referente ao efeito negativo do processo tarifário; (f) O saldo total de amortização de outros foi afetado principalmente pelas amortizações da Quitação da Conta COVID negativo em R\$ 100.984, pelo Empréstimo de Escassez hídrica negativo em R\$ 28.922, pela Neutralidade COVID negativa em R\$ 20.975. Os demais itens somados totalizam positivamente um valor de R\$ 2.193 e inclui financeiros como Reversão do recálculo provisório de CVA, Financeiro de Bandeira de Escassez Hídrica, Spread COVID, Reversão de Créditos Associados a REN 376 e 414, entre outros. (g) A neutralidade dos encargos refere-se ao cálculo das diferenças mensais, apuradas entre os valores de cada item dos encargos setoriais, faturados no período de referência e os respectivos valores contemplados no processo tarifário anterior, devidamente atualizados pela taxa SELIC. Para esse exercício foi constituído o montante negativo de R\$ 7.753. O impacto negativo da amortização do componente financeiro desse item para o período foi de R\$ 29.501, sendo que R\$16.678 se refere ao efeito negativo do processo tarifário; e (h) Refere-se ao reconhecimento antecipado dos custos de compra de energia elétrica associados aos riscos hidrológicos, conforme previsto no PRORET Submódulo 4.4 - Demais Componentes Financeiros, item 5.11. A previsão de risco hidrológico definida no processo tarifário será revertida no processo tarifário subsequente, devidamente atualizada, performando uma constituição positiva de R\$ 29.239 e uma amortização negativa de R\$ 33.179, sendo que R\$ 28.954 é referente ao efeito negativo do processo tarifário. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 23.136 (R\$ 4.483 em 31 de dezembro de 2023) de bandeira tarifária, sendo que R\$ 16.368 (R\$ (406) em 31 de dezembro de 2023) obtidos por meio de bandeira tarifária via faturamento junto aos clientes, e R\$ 6.767 (R\$ 4.890 em 31 de dezembro de 2023) recebido via CCRBT. A bandeira tarifária foi criada por meio do Decreto nº 8.401/2015 e administrada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

9. Impostos e contribuições a recuperar

	2024	2023
Circulante		
ICMS a recuperar (CIAP) (a)	28.045	38
Neutralidade PIS e COFINS (b)	19.377	9.039
PIS e COFINS a recuperar (ICMS)	—	6
PIS e COFINS	72	43
Total circulante	47.494	9.126
Não circulante		
Neutralidade PIS e COFINS (b)	63.905	63.905
ICMS (c)	53.121	79.974
Total não circulante	117.026	143.879
Totais impostos e contribuições a recuperar	164.520	153.005

(a) O saldo refere-se ao processo nº 0000168-97.2021.8.03.0101, que versa sobre compensação de créditos tributários, tendo como interessados o Estado do Amapá e a Companhia. O referido acordo tem embasamento legal no Convênio CONFAZ ICMS nº 102/2013, no Convênio ICMS nº 139/2016 e na Lei Estadual em vigor nº 2.206/2017, cuja sentença foi deferida em 24 de março de 2021, e teve como objeto a resolução de débitos líquidos vencidos e vincendos, decorrentes do consumo de energia elétrica dos órgãos da Administração Pública Estadual, incluídas suas autarquias e fundações com o ICMS devido pela CEA, até o limite para a concessão de crédito presumido de até 10% do faturamento mensal, autorizado pelos Convênios supracitados, com o objetivo de extinção mútua das obrigações entre as partes, entre o período de janeiro de 2018 a março de 2021. Após apuração dos valores a recuperar e a recolher de ICMS, bem como a compensação das contas a receber do Estado, foi identificado um crédito a recuperar de R\$ 28.045; (b) Refere-se, principalmente, ao reconhecimento de neutralidade de PIS e COFINS sobre os saldos de RGR, empréstimo aprovado pela ANEEL, cujo repasse foi realizado atendendo ao disposto na Portaria MME-CJ nº 697 de dezembro de 2016 e a obrigação do pagamento foi extinta, em 1º de março de 2021, pela Lei nº 14.120. A amortização do curto prazo está sendo realizada pela recuperação da neutralidade do exercício vigente; e (c) A variação no saldo deve-se, principalmente, a compras do ativo imobilizado, em que o crédito é apropriado para realização mensal de 1/48 avos. **10. Partes relacionadas:** Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia possui transações com partes relacionadas referentes, principalmente, aos contratos de compartilhamentos, com as empresas descritas abaixo:

2024		2023	
Ativo	Efeito no resultado receita (despesa)	Ativo	Efeito no resultado receita (despesa)
(passivo)		(passivo)	
—	—	985	—
—	—	1.572	—
—	—	476	—
—	—	9	—
4	—	12	—
13	80	—	53
51	194	64	64
68	274	3.118	117
482	1.246	242	775
696	1.725	523	1.080
239	690	168	541
162	472	101	324
239	710	138	441
4	11	3	9
4	11	3	9
5	15	5	13
18	38	7	22

continua →

* continuação

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ - CEA | CNPJ 05.965.546/0001-09

	Notas	2024		2023	
		Ativo (passivo)	Efeito no resultado receita (despesa)	Ativo (passivo)	Efeito no resultado receita (despesa)
Outros créditos a receber					
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	(c)	4	12	3	10
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.	(c)	5	13	4	11
Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.	(c)	—	—	4	12
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	(c)	8	22	5	15
Integração Transmissora de Energia S.A. (INTESA)	(c)	—	—	5	15
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.	(c)	593	1.070	—	—
Total		2.459	6.035	1.211	3.277

	Notas	2024		2023	
		Ativo (passivo)	Efeito no resultado receita (despesa)	Ativo (passivo)	Efeito no resultado receita (despesa)
Fornecedores					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(d)	(546)	—	(272)	—
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(d)	—	—	(89)	—
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(d)	(45)	—	(509)	—
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D	(d)	(27)	—	—	—
Equatorial Serviços S.A.	(e)	(1.292)	(5.822)	(1.480)	(5.577)
Instituto Equatorial	(f)	(307)	—	(68)	(797)
Equatorial Telecomunicações S.A.	(e)	(202)	(504)	(38)	(477)
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	(g)	(17)	(118)	(11)	—
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	(g)	(15)	(115)	(10)	—
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	(g)	(22)	(169)	(16)	—
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	(g)	(48)	(301)	(35)	—
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	(g)	(12)	(122)	(12)	—
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.	(g)	(23)	(173)	(15)	—
Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.	(g)	—	—	(10)	—
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	(g)	(19)	(191)	(18)	—
E-Nova Geração Distribuída S.A.	(d)	—	(337)	—	—
Integração Transmissora de Energia S.A. (INTESA)	(g)	—	—	(11)	—
Total		(2.575)	(7.852)	(2.594)	(6.851)

Outras contas a pagar					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial S.A.	(h)	(9.271)	(20.936)	(6.437)	(14.366)
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(c)	(891)	(3.344)	(661)	(2.341)
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(c)	(405)	(1.586)	(93)	(963)
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(c)	(149)	(516)	(78)	(321)
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(c)	(223)	(649)	(80)	(404)
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D)	(c)	(241)	(564)	(95)	(460)
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	(c)	(2)	(4)	—	(1)
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	(c)	(3)	(7)	(1)	(3)
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	(c)	(1)	(4)	—	—
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	(c)	(26)	(90)	(19)	(51)
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	(c)	(2)	(4)	(1)	(1)
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.	(c)	(1)	(3)	—	—
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	(c)	(4)	(10)	(1)	(2)
Integração Transmissora de Energia S.A. (INTESA)	(c)	—	—	(4)	(7)

Entidade é plano de benefício pós-emprego					
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.	(c)	(586)	(1.023)	—	—
Total		(11.805)	(28.740)	(7.471)	(18.923)

Investimento em serviço (bens em comodato)		Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(i)	18	(18)	2.144	(2.144)
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(j)	251	(251)	—	—
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(k)	5	(5)	—	—
Total		274	(274)	2.144	(2.144)

(a) Os valores entre *intercompanies* são provenientes a vendas de bens materiais; (b) O saldo é referente ao contrato de arrendamento, no qual a Companhia atua como arrendador e a E-Nova como arrendatária de terrenos e a Concessionária de Saneamento do Amapá SPE S.A. como arrendatária do prédio que é utilizado para sede no Amapá que pertence a CEA. (c) Refere-se ao contrato de compartilhamento de Recursos Humanos e Infraestrutura administrativa, cujo reembolso resulta do compartilhamento das despesas condominial, de informática e telecomunicações e, de despesas de recursos humanos, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo nº 12 do módulo V da Resolução Normativa da ANEEL nº 948/2021; (d) Os valores entre *intercompanies* são provenientes de compra de bens materiais; (e) Saldo referentes a serviços de fornecimento de internet pela Equatorial Telecomunicações S.A. e Equatorial Serviços S.A.; (f) Os valores com o Instituto de Ciência e Tecnologia Grupo Equatorial referem-se à projetos de P&D e PEE, de gestão corporativa; (g) Valores referem-se a serviços prestados pelas transmissoras de energia, do mesmo grupo econômico da Companhia, por meio da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST); (h) Em 16 de setembro de 2022, foi assinado Instrumento Particular de Remuneração pela Prestação de Garantia Corporativa (fiança/aval), entre a Companhia de Eletricidade do Amapá – CEA (Contratante) e a Equatorial S.A. (Contratada), com o objetivo de remunerar as garantias prestadas sob forma de fiança/aval em contratos. A prestação da garantia, terá uma remuneração equivalente a 1% (um por cento) ao ano, *pro rata*, incidente sobre o saldo devedor do título ou contrato garantido; (i) Relação de ativos cedidos em comodato nos exercícios de 2021 e 2022, da Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A. para a Companhia, em caráter emergencial e de forma não onerosa pelo prazo de 06 (seis) meses, 11 (onze) meses e 24 (vinte e quatro) meses, conforme descrito no Termo de Comodato e prorrogado até 29 de novembro de 2024, 31 de outubro de 2024 e 29 de novembro de 2024 conforme Termo Aditivo de Comodato, podendo sua devolução acontecer antes a critério das partes; (j) Relação de ativos cedidos em comodato da Equatorial Piauí

Distribuição de Energia S.A de forma não onerosa pelo prazo de 5 (cinco) meses conforme descrito no Termo de Comodato, podendo sua devolução acontecer antes a critério das partes; e (k) Relação de ativos cedidos em comodato no exercício de 2022, da Equatorial Pará Distribuição de Energia S.A de forma não onerosa pelo prazo de 12 (doze) meses conforme descrito no Termo de Comodato, prorrogado até 29 de novembro de 2024 conforme Termo Aditivo de Comodato, podendo sua devolução acontecer antes a critério das partes.

10.1. Remuneração de pessoal-chave da Administração. O pessoal-chave da Administração inclui os conselheiros de Administração, o Presidente e Diretores. A remuneração anual total foi fixada em até R\$ 5.900, conforme Assembleia Geral Ordinária, realizada em 26 de abril de 2024 (R\$ 3.700 em 27 de abril de 2023). Os diretores da Companhia não mantêm nenhuma operação de empréstimos, adiantamentos e outros com a Companhia, além dos seus serviços normais. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não possui para suas pessoas chave da Administração remuneração na categoria de benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou benefícios pós emprego. Proporção de cada elemento na remuneração total paga, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024:

	2024	%
Remuneração fixa anual	559	13%
Salário ou Pró-labore	459	11%
Benefícios diretos e indiretos	100	2%
Remuneração variável	1.346	32%
Bônus	1.346	32%
Benefício pós-emprego	18	0%
Remuneração baseada em ações	2.337	55%
Valor total da remuneração	4.260	100%

10.2. Garantias: A Equatorial S.A., controladora indireta da Companhia, presta garantia como avalista ou fiadora da Companhia com ônus⁽¹⁾ nos contratos de empréstimos, emissões de debêntures e apólices de seguros, conforme listado abaixo:

Instituição	Valor		% do aval	Início	Término	Valor	
	Contratado					liberado	2024 (a)
1ª Emissão de Debêntures	500.000		100	30/12/2021	28/07/2028	500.000	647.922
2ª Emissão de Debêntures	195.000		100	07/08/2023	15/07/2030	195.000	208.174
3ª Emissão de Debêntures	200.000		100	20/10/2023	29/09/2026	200.000	205.861
4ª Emissão de Debêntures	200.000		100	28/12/2023	15/12/2033	200.000	203.571
5ª Emissão de Debêntures	270.000		100	10/06/2024	14/05/2029	270.000	272.939
6ª Emissão de Debêntures	275.000		100	11/09/2024	09/09/2029	275.000	283.771
7ª Emissão de Debêntures	250.000		100	20/12/2024	15/12/2036	250.000	241.234
Sumitomo Mitsui	250.000		100	07/02/2022	07/02/2025	250.000	295.149
Scotiabank	250.000		100	29/12/2021	29/12/2026	250.000	271.659
Citibank	300.000		100	06/02/2023	06/02/2026	300.000	383.463
Apólice Seguros	219.192		100	29/11/2021	19/01/2028	N/A	N/A
Total	2.909.192					2.690.000	3.013.743

⁽¹⁾ Referente à remuneração dos avalistas em 1% a.a. sobre o saldo devedor. (a) Os valores atualizados dos empréstimos e debêntures, estão líquidos do custo de captação.

11. Ativo financeiro da concessão. A movimentação dos saldos referentes ao ativo financeiro da concessão está conforme a seguir demonstrada:

	Atualização do ativo financeiro		Transferências (b) ativos de contrato		Reclassificações (c)	
	2023	(a)	2023	(b)	2024	(c)
Ativo financeiro	32.042	18.882	4.364	18.646	73.934	
Obrigações especiais	—	—	—	(18.646)	(18.646)	
Ativo financeiro	32.042	18.882	4.364	—	55.288	

	Atualização do ativo financeiro		Transferências (b) ativos de contrato		Reclassificações (c)	
	2022	(a)	2022	(b)	2023	(c)
Ativo financeiro	10.832	849	20.361	—	32.042	
Ativo financeiro	10.832	849	20.361	—	32.042	

A concessão da Companhia não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao poder concedente. O valor do ativo financeiro foi considerado no teste de recuperabilidade como “*carrying amount*” da unidade geradora de caixa, conforme nota explicativa nº 12.2 – Avaliação de *impairment*. (a) Visando a melhor estimativa da indenização ao final da concessão, o valor justo do ativo financeiro é revisado mensalmente, considerando a atualização do IPCA, por ser este um dos principais critérios de atualização anual utilizados pelo regulador nos processos de reajuste tarifário. Conforme previsto no contrato de concessão, regido pelo submódulo 2.3 do PRORET (Base de Remuneração Regulatória), nos processos de RTP – Revisão Tarifária Periódica - os ativos são valorados considerando a metodologia de VNR – Valor novo de Reposição. Em função da RTE com data base de junho 2023 e homologada em abril de 2024, houve um reconhecimento de atualização no ativo financeiro de R\$ 15.775; (b) Correspondem às transferências (bifurcação) dos ativos de contrato para o ativo financeiro da concessão; e (c) O valor de R\$ 18.646 corresponde ao reconhecimento de sobras físicas do laudo de avaliação homologado, pois de acordo o OFÍCIO Nº 84/2021–SFF/ANEEL, que trata dos Procedimentos contábeis para reconhecimento das Sobras Físicas e do Ativo Imobilizado em Curso – AIC, no âmbito da Medida Provisória nº 998/2020. O ingresso contábil dos ativos no patrimônio da concessionária deverá estar em consonância com as informações contidas no laudo de avaliação, com os efeitos da metodologia de valoração de ativos (VNR), o Capítulo III Art. 8º, § 2º da Lei nº 12.783, de 2013 que determina que o cálculo do valor da indenização correspondente às parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, utilizará como base a metodologia de valor novo de reposição, conforme critérios estabelecidos em regulamento do Poder Concedente.

12. Intangível. O ativo intangível está constituído conforme a seguir demonstrado:

	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização	(-) Obrigações vinculadas à concessão	Valor líquido
Em serviço	4,56%	1.373.685	(472.852)	(167.827)	733.006
Total		1.373.685	(472.852)	(167.827)	733.006

	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	2023			Valor líquido
		Custo	Amortização	(-) Obrigações vinculadas à concessão	
Em serviço	4,13%	1.195.164	(428.134)	(78.631)	688.399
Total		1.195.164	(428.134)	(78.631)	688.399

O ativo intangível é composto pelo direito de uso dos bens vinculados ao contrato de serviço de concessão amortizáveis pela vida útil do bem e limitado à data do contrato de concessão até novembro de 2051, conforme ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão.

até novembro de 2021, conforme Lei 9.311 (11) – Contratos de Concessão.

12.1 Movimentação do ativo intangível

	2023	Adições	Baixas	Transferência de ativos de contrato (a)	2024
Em serviço	1.195.164	–	(10.028)	188.549	1.373.685
(-) Amortização	(428.134)	(52.916)	8.198	–	(472.852)
Total em serviço	767.030	(52.916)	(1.830)	188.549	900.833
Obrigações especiais (b)	(91.495)	–	–	(108.294)	(199.789)
(-) Amortização	12.864	19.098	–	–	31.962
Total em obrigações especiais	(78.631)	19.098	–	(108.294)	(167.827)
Total	688.399	(33.818)	(1.830)	80.255	733.006

continua →

* continuação

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ - CEA | CNPJ 05.965.546/0001-09

	2022	Adições	Baixas	Transferência de ativos de contrato (a)	2023
Em serviço	790.915	—	(14.640)	418.889	1.195.164
(-) Amortização	(404.237)	(38.537)	14.640	—	(428.134)
Total em serviço	386.678	(38.537)	—	418.889	767.030
Obrigações especiais (b)	(47.470)	—	(28)	(43.997)	(91.495)
(-) Amortização	7.753	5.083	28	—	12.864
Total em obrigações especiais	(39.717)	5.083	—	(43.997)	(78.631)
Total	346.961	(33.454)	—	374.892	688.399

(a) Correspondem às transferências (bifurcação) dos ativos de contrato para o intangível em serviço e ativo financeiro da concessão; e (b) Obrigações especiais representam substancialmente recursos da União Federal, dos Estados e dos Municípios e pela participação de consumidores, vinculados à realização de investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica.

12.2 Avaliação de impairment. **12.2.1 Análise de recuperabilidade para os ativos com vida útil definida.** A Administração revisa anualmente seus ativos tangíveis e intangíveis de vida útil definida com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda do valor recuperável de suas unidades geradoras de caixa. A Companhia realizou o teste de valor recuperável em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e considera, entre outros fatores, a existência de prejuízos acumulados e capital circulante líquido negativo, quando efetua revisão para identificar indicativos de perda por redução ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre o seu valor em uso e o seu valor justo de venda, líquido dos custos necessários para a realização da venda. O valor em uso corresponde aos fluxos de caixa descontados, antes dos impostos, gerados pela utilização do ativo durante a sua vida útil. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi realizado teste de recuperabilidade por meio de cálculo baseado no valor em uso a partir de projeções de fluxos de caixa, aprovados pela Alta Administração, durante o período da Concessão. Como resultado dessa análise, a Administração concluiu sobre a não necessidade de reconhecimento de provisão para redução ao valor recuperável em 31 de dezembro de 2024. **12.2.2 Principais premissas utilizadas nos testes de perda ao valor recuperável dos ativos. (a) Taxa de desconto.** Os fluxos de caixa futuros foram descontados com base na taxa representativa do custo de capital (WACC). O valor em uso é calculado com base no período entre a data-base e o fim da concessão (27 anos). A taxa de desconto representa a avaliação de riscos no atual mercado, levando em consideração o valor do dinheiro pela passagem do tempo e os riscos individuais dos ativos relacionados que não foram incorporados nas premissas incluídas no modelo de fluxo de caixa. O cálculo da taxa de desconto é baseado em circunstâncias específicas da Companhia, sendo derivado do custo médio de ponderado de capital (WACC). O WACC leva em consideração tanto a dívida quanto o patrimônio. O custo do patrimônio é derivado do rendimento esperado sobre o investimento efetuado pelos investidores da Companhia. O custo de dívida é baseado nos financiamentos sujeitos a juros que a Companhia é obrigado a honrar. O risco específico do segmento é incorporado mediante aplicação de fatores individuais beta. Os fatores beta são avaliados anualmente com base nos dados de mercado disponíveis para o público. A taxa de desconto, antes dos impostos, utilizada foi de 11,70%, em 31 de dezembro de 2024 (11,25% em 31 de dezembro de 2023). **(b) Sensibilidade.** As projeções de fluxo de caixa consideraram crescimento real para os próximos dez anos e crescimento de acordo com índices inflacionários e crescimento do PIB para os demais anos até o final da concessão. Com base no cenário provável, foi construída análise de sensibilidade para um acréscimo ou redução de 10% percentual na taxa de desconto e na taxa de crescimento. Em qualquer combinação, o valor do fluxo de caixa foi superior ao seu valor contábil. Como resultado dessa análise, não foi identificada necessidade de registrar provisão para redução ao valor recuperável desses ativos. **(c) Receita Operacional Líquida.** A projeção da receita operacional líquida da distribuidora é calculada com base no volume de mercado estimado que leva em consideração dados históricos, perspectivas macroeconômicas, climáticas e regulatórias. Considera-se também a tarifa de energia elétrica projetada de acordo com as expectativas dos processos tarifários (anuais ou periódicos) que serão realizados em conformidade com as normas vigentes da ANEEL (órgão regulador), observando as projeções de inflação, nível de eficiência operacional, Receita de construção (CAPEX) e Despesas (OPEX). Considerando as informações de mercado e tarifa de energia elétrica estima-se o montante das deduções que é composto pelos encargos do setor elétrico e os impostos incidentes sobre a receita, conforme legislação fiscal vigente. **(d) Custo do Serviço.** As estimativas relacionadas a aquisição de energia consideram os contratos de energia como sendo 102% do mercado projetado de energia e as despesas de CVA contabilizadas, sendo reajustadas anualmente pelo IPCA. As estimativas de encargos consideram o histórico contabilizados nas CVA's e as projeções dependem do tipo de encargo. Os encargos, no geral, são estimados conforme valores definidos em resolução específica. CDE COVID, Escassez Hídrica, CDE Eletrobras e Proinfra tem os valores e fluxos de pagamento definidos em resolução, enquanto a CDE Uso considera o valor definido em Consulta Pública e é atualizado anualmente pela inflação e crescimento de mercado das distribuidoras. Os encargos de ESS e ERR são calculados a partir da média histórica enquanto a TFSEE considera o valor homologado pela Aneel com réplica da metodologia para cálculos futuros. Encargos de P&D e PEE são calculados como um percentual da ROL, conforme regulamentação. Custos de transmissão são estimados a partir dos valores históricos realizados de Montante de Uso da Transmissão (MUST) e projeções enviadas para o ONS, enquanto a despesa considera reajuste anual pelo IPCA 12 meses em julho de cada ano, conforme reajuste das transmissoras. Dados de CUSD são calculados a partir do histórico com reajuste da despesa a partir do processo tarifário de cada distribuidora com a qual é realizada o contrato de uso. **(e) Despesas Operacionais (OPEX).** Para a projeção das despesas operacionais considerou-se premissas de crescimento do número de consumidores e a projeção dos indicadores de inflação, além do esforço necessário para manutenção dos indicadores de DEC e FEC e Perdas aos patamares regulatórios. **(f) Índice de arrecadação (IAR).** O índice de arrecadação de receita foi projetado considerando a implementação das metodologias e políticas de cobrança da Companhia e os resultados esperados para a realidade da distribuidora. **(g) Investimentos (CAPEX).** O CAPEX foi estimado com base nas projeções de Quota de Reintegração Regulatória (QRR) e Custo anual das instalações móveis e imóveis (CAIMI) homologadas e projetadas de acordo com a metodologia ANEEL para os ciclos tarifários subsequentes.

13. Ativos de contrato. A movimentação dos ativos de contrato está conforme a seguir demonstrado:

	Transferências (b)			
	2023	Adições (c)	Ativo intangível	Ativo financeiro
Ativos de contrato	403.586	349.773	(188.549)	(4.364)
Obrigações especiais (a)	(62.611)	(69.444)	108.294	—
Total	340.975	280.329	(80.255)	(4.364)
	2022	Adições (c)	Ativo intangível	Ativo financeiro
Ativos de contrato	392.711	450.125	(418.889)	(20.361)
Obrigações especiais (a)	(49.279)	(57.329)	43.997	—
Total	343.432	392.796	(374.892)	(20.361)

(a) Obrigações especiais representam, substancialmente, recursos da União Federal, dos Estados e dos Municípios e pela participação de consumidores, vinculados à realização de investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica; (b) Correspondem às transferências (bifurcação) dos ativos de contrato para o intangível em serviço e ativo

financeiro da concessão. Neste período, foram capitalizadas obras do programa Mais Luz para a Amazônia (MLA) no valor total de R\$ 86.437; e (c) O montante de R\$ 280.329 refere-se às adições líquidas de ativos de contrato reconhecidas no exercício, em que R\$ 237.408 impactou o caixa da Companhia, R\$ 7.444 refere-se às adições em contrapartida de fornecedores, R\$ 16.041 refere-se às adições em contrapartida de obrigações sociais e trabalhistas, conforme nota explicativa nº 26.1 – Transações não envolvendo caixa, R\$ 8.987 refere-se a provisão para perda de estoque líquidos, conforme nota explicativa nº 22.1 – Outras receitas (despesas) operacionais e R\$ 10.449 refere-se à capitalização de juros de empréstimos ligados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis de acordo com as regras do CPC 20 (R1) – Custos de Empréstimos, ver informações na nota explicativa nº 15.2 – Movimentação de empréstimos e financiamentos. A Companhia avaliou o impacto e concluiu como baixo o risco de não recebimento e perda associada aos ativos de contrato, pois os mesmos serão remunerados, a partir da entrada em serviço, (i) por meio do incremento da tarifa cobrada dos clientes, através dos ciclos de Revisão Tarifária Periódica, compondo a receita de tarifa faturada aos consumidores, ou ainda (ii) pelo direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público. O valor do ativo de contrato foi considerado no teste de recuperabilidade como *“carrying amount”* da unidade geradora de caixa, conforme nota explicativa nº 12.2 – Avaliação de impairment.

14. Fornecedores

	2024	2023
Circulante		
Suprimento de energia elétrica	94.281	91.019
Materiais e serviços (a)	72.738	92.747
Encargos de uso da rede elétrica	12.750	15.334
Partes relacionadas - nota explicativa nº 10	2.575	2.594
Total (b)	182.344	201.694

(a) A composição corresponde, substancialmente, a despesas de fornecedores de materiais e serviços, atinentes ao custeio operacional e aos investimentos realizados na infraestrutura da área de concessão da Companhia no decorrer do período em referência. A variação observada nesse período é atribuída, principalmente, a serviços técnicos comerciais e ao fornecimento de materiais para as obras da Rede de Distribuição; e (b) Alguns fornecedores da Companhia efetuaram operações de antecipação de direito de recebimento com instituições financeiras. No entanto, não houve nenhuma alteração de prazo ou condição de pagamento para a Companhia. Assim, a essência original da transação comercial não foi alterada e continua sendo classificada como atividade operacional, ou seja, permanece como contas a pagar para fornecedores. **14.1 Fornecedores - Risco Sacado.** Com o propósito de fortalecer as relações comerciais com seus fornecedores, a Companhia autorizou a realização de cessão de crédito junto a terceiros e, para os títulos cedidos, a Companhia realizará o pagamento destes diretamente ao seu detentor, na data de vencimento e montantes que foram anteriormente acordados com seus fornecedores originais (“passivo original”), não havendo postergação de prazo pela Companhia ou incidência de juros sobre os títulos cedidos, garantias, ou existência de cláusulas contratuais que possam requerer vencimentos antecipados. A Companhia não possui influência sobre as negociações entre o fornecedor e a instituição financeira. Atualmente, a transação é operacionalizada por um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), através de uma plataforma 100% digital, gerenciada pelo próprio FIDC (não sendo parte relacionada da Companhia). A Companhia disponibiliza ao FIDC as faturas performadas e este, por sua vez, adiciona estas faturas na plataforma. O fornecedor acessa a plataforma, selecionando as faturas que deseja antecipar e a liquidação é feita pelo FIDC no mesmo dia. A Companhia não possui operações de risco sacado com saldo vencido e o fechamento da operação entre o FIDC e o fornecedor fica a livre critério deste último, sem participação da Companhia, sendo a participação no acordo de financiamento opcional para os fornecedores. Se os fornecedores optarem por receber o pagamento antecipado, pagarão uma taxa à instituição financeira, da qual a Companhia não é parte. A Companhia quita a fatura original, pagando ao FIDC de acordo com a data de vencimento original mencionada. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de fornecedores – risco sacado é de R\$ 4.382 (R\$ 4.973 em 31 de dezembro de 2023), sendo estes montantes integralmente liquidados pelo FIDC nas referidas datas, ou seja, quando um fornecedor adere a esta modalidade o mesmo recebe de imediato o valor de sua fatura, e portanto, não há faturas a pagar de posse do operador do FIDC. Os pagamentos dessas transações impactaram o fluxo de caixa da Companhia em R\$ 55.164 durante o ano de 2024 (R\$ 89.713 em 31 de dezembro de 2023). O prazo médio de pagamento destes títulos é de 52 dias (38 em 31 de dezembro de 2023), enquanto o prazo médio para fornecedores que não aderiram a modalidade é de 49 dias (54 dias em 31 de dezembro de 2023).

15. Empréstimos e financiamentos. 15.1 Composição do saldo

	Custo da dívida (% a.a.)	Garantias	Principal e encargos		
			Circulante	Não circulante	Total
Moeda estrangeira (US\$)					
Scotiabank (a)	CDI + 1,85%	Aval/Fiança	135.839	135.820	271.659
Sumitomo Mitsui (a)	CDI + 1,48%	Aval/Fiança	295.149	—	295.149
Citibank (a)	CDI + 1,38%	Aval/Fiança	10.433	373.030	383.463
Total empréstimos e financiamentos			441.421	508.850	950.271

	Custo da dívida (% a.a.)	Garantias	Principal e encargos		
			Circulante	Não circulante	Total
Moeda estrangeira (US\$)					
Scotiabank (a)	CDI + 1,85%	Aval/Fiança	2.721	212.375	215.096
Sumitomo Mitsui (a)	CDI + 1,48%	Aval/Fiança	2.783	227.933	230.716
Citibank (a)	CDI + 1,38%	Aval/Fiança	8.640	291.645	300.285
Total empréstimos e financiamentos			14.144	731.953	746.097

(a) Considera-se no custo da dívida do Scotiabank, Sumitomo Mitsui e Citibank, o custo da ponta passiva do swap, para mais detalhes, vide nota explicativa nº 25.4 – Instrumentos financeiros derivativos. **15.2 Movimentação de empréstimos e financiamentos.** A movimentação da conta de Empréstimos e financiamentos está conforme a seguir demonstrada:

	Moeda estrangeira (US\$)		
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	14.144	731.953	746.097
Encargos (a)	41.131	—	41.131
Variação monetária e cambial	41.390	162.866	204.256
Transferência	385.969	(385.969)	—
Pagamentos de juros	(41.213)	—	(41.213)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	441.421	508.850	950.271
	Moeda estrangeira (US\$)		
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	3.016	474.541	477.557
Ingressos	—	300.000	300.000
Encargos (a)	31.167	—	31.167
Variação monetária e cambial	—	(42.588)	(42.588)
Pagamentos de juros	(20.039)	—	(20.039)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	14.144	731.953	746.097

continua

* continuação

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ - CEA | CNPJ 05.965.546/0001-09

(a) O montante de R\$ 41.131 em 2024 e R\$ 31.167 em 2023 refere-se a encargos reconhecidos no exercício. Deste total, R\$ 30.682 em 2024 e R\$ 28.609 em 2023 impactaram o resultado financeiro da Companhia, e R\$ 10.449 em 2024 e R\$ 2.558 em 2023 são referentes à capitalização de juros de empréstimos ligados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis, de acordo com as regras do CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos. Ver informações na nota explicativa nº 13 - Ativos de contrato.

15.3 Cronograma de amortização da dívida. Em 31 de dezembro de 2024, as parcelas relativas aos empréstimos e financiamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

	2024	
	Valor	%
Vencimento		
Circulante	441.421	46%
2026	508.850	54%
Não circulante	508.850	54%
Total	950.271	100%

15.4. Covenants dos empréstimos e financiamentos. Os empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia possuem garantias fidejussórias e *covenants* não financeiros e financeiros (apurados pela controladora indireta, Equatorial S.A.), cujo não cumprimento durante o exercício de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos. Abaixo estão apresentados os *covenants* financeiros presentes nos contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia:

Covenants Empréstimos	Scotiabank	SMBC	Citibank
1ª Dívida líquida/EBITDA: <= 4,5	3,6	3,3	3,6

Os indicadores acima, obedecem fidedignamente aos conceitos de dívida líquida contratual e EBITDA contratual, conforme conceitos acordados e expressos nos documentos

16.2 Ingressos

Emissão	Ingresso	Data do Ingresso	Pagamento de Juros	Amortização	Destinação de Recurso	Encargo Financeiro (a.a.)	Taxa Efetiva com Derivativo (a.a.)
5ª Emissão				Anual após carência	Capital de Giro	CDI + 1,20%	Não se aplica
Debêntures	270.000	jun-24	Semestral				
6ª Emissão				Anual após carência	Capital de Giro	CDI + 1,20%	Não se aplica
Debêntures	275.000	set-24	Semestral				
7ª Emissão				Anual após carência	Investimento	IPCA + 7,9091%	CDI + 0,51%
Debêntures	250.000	dez-24	Semestral				
Total	795.000						

16.3 Cronograma de amortização da dívida. As parcelas relativas às debêntures e os seus vencimentos estão programados conforme descrito a seguir:

	2024	
	Valor	%
Vencimento		
Circulante	57.085	3%
2026	200.000	10%
2027	617.247	30%
2028	272.500	13%
2029	376.025	18%
Até 2036	563.478	27%
Subtotal	2.029.250	98%
(-) Custo de captação (Não circulante)	(22.863)	-1%
Não circulante	2.006.387	97%
Total debêntures	2.063.472	100%

16.4 Características das debêntures

Emissão	Característica das debêntures	Garantias	Série	Valor da emissão	Custo nominal	Data da emissão	Vencimento	Passivo circulante	Passivo não circulante	Saldo líquido do custo de captação
1ª	(1)/(3)/(4)/(6)	Aval/Fiança	Única	500.000	CDI + 1,80% a.a.	dez/21	jul/28	32.199	615.724	647.923
2ª	(1)/(3)/(4)/(5)/(6)	Aval/Fiança	Única	195.000	IPCA + 6,50% a.a.	ago/23	jul/30	5.299	202.876	208.175
3ª	(1)/(3)/(4)/(6)	Aval/Fiança	Única	200.000	CDI + 1,60% a.a.	out/23	set/26	5.992	199.869	205.861
4ª	(1)/(3)/(4)/(5)/(6)	Aval/Fiança	Única	200.000	IPCA + 6,75% a.a.	dez/23	dez/33	(190)	203.761	203.571
5ª	(1)/(3)/(4)/(6)	Aval/Fiança	Única	270.000	CDI + 1,20% a.a.	jun/24	mai/29	3.707	269.233	272.940
6ª	(1)/(3)/(4)/(6)	Aval/Fiança	Única	275.000	CDI + 1,20% a.a.	set/24	set/29	9.625	274.145	283.770
7ª (a)	(1)/(3)/(4)/(5)/(6)	Aval/Fiança	Única	250.000	CDI + 0,51% a.a.	dez/24	dez/36	453	240.779	241.232
								57.085	2.006.387	2.063.472

(1) Emissão pública de debêntures simples; (3) Não conversíveis em ações; (4) Espécie Quirografária; (5) Debêntures Incentivadas; e (6) Garantia Fidejussória; (7) Garantia Real. (a) Considera-se no custo da 7ª Debêntures o custo da ponta passiva do *swap*. As emissoras das debêntures incentivadas, conforme o artigo 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, alterada pelo Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016 e posteriormente pelo Decreto nº 11.964, de 26 de março de 2024, tem como obrigatoriedade aplicar a totalidade dos recursos captados nas emissões das debêntures no custeio das despesas já incorridas e/ou a incorrer relativas aos projetos enquadrados ou protocolos junto ao MME – Ministério de Minas e Energia. A finalidade das debêntures incentivadas é captar recursos destinados a projetos de infraestrutura e todos os recursos obtidos foi utilizado pela Companhia para esse fim.

16.5 Covenants das debêntures. As debêntures contratadas pela Companhia possuem garantias fidejussórias e *covenants* não financeiros e financeiros (apurados por seu controlador final, Equatorial S.A.), cujo não cumprimento durante o exercício de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos. Abaixo estão apresentados os *covenants* financeiros presentes nos contratos de debêntures da Companhia:

Covenants debêntures	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	e 7ª debêntures
1ª Dívida líquida/EBITDA ajustado: <= 4,5			3,3				

Os indicadores acima, obedecem fidedignamente aos conceitos de dívida líquida contratual e EBITDA contratual, conforme conceitos acordados e expressos nos documentos contratuais. Estas informações visam unicamente dar conhecimento acerca dos indicadores apurados em conformidade com as definições ora acordadas. Não há diferenças conceituais relevantes entre os indicadores mencionados e as definições contábeis de dívida líquida e EBITDA. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia manteve-se em cumprimento de todas as obrigações e dentro dos limites estipulados nos contratos.

contratuais. Estas informações visam unicamente dar conhecimento acerca dos indicadores apurados em conformidade com as definições ora acordadas. Não há diferenças conceituais relevantes entre os indicadores mencionados e as definições contábeis de dívida líquida e EBITDA. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia manteve-se em cumprimento de todas as obrigações e dentro dos limites estipulados nos contratos.

16. Debêntures. 16.1 Movimentação de debêntures. A movimentação das debêntures do exercício está conforme a seguir demonstrada:

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	45.717	1.198.716	1.244.433
Ingressos	-	795.000	795.000
Encargos	156.713	-	156.713
Transferências	(5.289)	5.289	-
Pagamentos de juros	(142.555)	-	(142.555)
Variação monetária	-	19.667	19.667
Custo de captação	2.499	(12.285)	(9.786)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	57.085	2.006.387	2.063.472
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	-	569.255	569.255
Ingressos	-	595.000	595.000
Encargos	45.717	47.992	93.709
Variação monetária	-	2.335	2.335
Custo de captação	-	(15.866)	(15.866)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	45.717	1.198.716	1.244.433

Social sobre Lucro Líquido (CSLL) debitada em resultado, dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, está demonstrada a seguir:

	2024	2023		
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro contábil antes do IRPJ e CSLL	200.683	200.683	55.085	55.085
Alíquota fiscal	25%	9%	25%	9%
Pela alíquota fiscal	(50.171)	(18.061)	(13.771)	(4.958)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro				
Outras adições (reversões) permanentes	(1.178)	(89)	10.836	4.042
Pesquisa e Desenvolvimento e eficiência energética (P&D)	-	-	147	53
Atualização de Indébito tributário	254	-	-	-
Reversão de provisão	1.373	91	719	259
Incentivo PAT	-	494	12.732	4.583
IRPJ Subvenção	-	-	9.470	-
Parcelamento IRPJ/CSLL (anos anteriores)	218	78	17.926	7.326
Diferença temporária não reconhecidos	81.300	29.080	(10.639)	(3.979)
Prejuízo fiscal e base Negativa não conhecidos	(31.578)	(11.516)	(9.728)	(3.354)
IRPJ e CSLL correntes/diferido no resultado (a)	218	78	17.925	3.972
Alíquota efetiva com ativo fiscal diferido	0%	0%	-33%	-7%
Imposto Corrente	-	-	17.925	3.972
Imposto Diferido	218	78	-	-

(a) A Companhia aderiu ao parcelamento da autorregularização incentivada, instituído pela Lei nº 14.740, de 29 de novembro de 2023. Este programa oferece condições especiais para regularização de pendências tributárias, permitindo à Companhia quitar seus débitos de forma parcelada e com benefícios fiscais. A companhia optou por utilizar o crédito de Prejuízo fiscal e base negativa para abatimento de 50% do débito regularizado, conforme estabelecido pela Lei, e procedeu com devidas contabilizações de baixa do diferido.

18.3 Impostos diferidos não reconhecidos. A Companhia não constituiu Impostos diferidos sobre base negativa e prejuízos fiscais pois está em fase de afirmação do período de *turnaround* e, consequentemente, aguardando a confirmação das projeções elaboradas pela Administração em relação a expectativa de lucros futuros tributáveis. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou o saldo de R\$ 1.174.317(R\$ 1.243.077 em 31 de dezembro de 2023) a realizar de impostos diferidos sobre prejuízos fiscais, base negativa e diferenças temporárias:

	2024	2023		
	Valor	Efeito Tributário	Valor	Efeito Tributário
Prejuízos fiscais acumulados	3.403.176	850.794	3.281.527	820.382
Base Negativa de CSLL	3.393.785	305.441	3.270.490	294.344
Diferenças temporárias	53.182	18.082	377.504	128.351
Total de tributos diferidos	6.850.143	1.174.317	6.929.521	1.243.077

Não há prazo de validade para uso dos saldos de prejuízos fiscais e bases negativas, porém, o uso desses prejuízos acumulados de anos anteriores é limitado a 30% dos lucros anuais.

19. Provisão para riscos judiciais e depósitos vinculados: A Companhia é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões fiscais, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base nas experiências anteriores referentes às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme a seguir demonstrado:

continua

* continuação

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ - CEA | CNPJ 05.965.546/0001-09

	2024		2023	
	Provisão	Depósitos vinculados	Provisão	Depósitos vinculados
Cíveis	92.840	4.467	142.858	3.180
Fiscais	17.387	4.115	11.927	—
Trabalhistas	72.131	—	70.486	—
Regulatórias	15.600	—	21.017	—
Total	197.958	8.582	246.288	3.180
Circulante	125.172	809	134.155	—
Não circulante	72.786	7.773	112.133	3.180

19.1 Movimentação dos riscos no exercício

	2023			2024		
	Saldo inicial	Adições	Utilização (1)	Reversão de provisão (2)	Atualização (3)	Saldo final
Cíveis (a)	142.858	8.803	(40.888)	(11.893)	(6.040)	92.840
Fiscais (b)	11.927	4.116	—	—	1.344	17.387
Trabalhistas (c)	70.486	7.436	(5.258)	(4.234)	3.701	72.131
Regulatórios (d)	21.017	1.250	(7.426)	—	759	15.600
Total contingências	246.288	21.605	(53.572)	(16.127)	(236)	197.958

	2022			2023		
	Saldo inicial	Adições	Utilização (1)	Reversão de provisão (2)	Atualização (3)	Saldo final
Cíveis (a)	154.803	14.239	(10.664)	(23.544)	8.024	142.858
Fiscais (b)	11.010	—	—	(186)	1.103	11.927
Trabalhistas (c)	71.245	6.354	(5.678)	(3.585)	2.150	70.486
Regulatórios (d)	25.857	—	(6.538)	—	1.698	21.017
Total contingências	262.915	20.593	(22.880)	(27.315)	12.975	246.288

(1) Gastos efetivos (pagamentos) com contingências judiciais; (2) Reversões realizadas no exercício; e (3) Atualizações monetárias mensais pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC acrescido de 1% da taxa Selic. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, as provisões foram revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Adicionalmente, a Companhia possui processos de natureza trabalhista, cível e fiscal em andamento, cuja probabilidade de perda foi estimada como possível, não requerendo a constituição de provisão. O total dos referidos processos demonstrado abaixo:

	2024	2023
Cíveis (a)	125.741	45.131
Fiscais	2.530	2.338
Trabalhistas	1.194	143
Total	129.465	47.612

Dentre os processos relevantes cujo risco de perda é considerado provável e possível destacamos, respectivamente:

a) Cíveis: A Companhia figura como ré em 6.352 processos cíveis em 31 de dezembro de 2024 (6.920 processos em 31 de dezembro de 2023), sendo eles 6.208 processos com probabilidade de perda provável, os quais, em sua grande maioria, referem-se aos pleitos de danos materiais e morais, incluindo ressarcimento de valores pagos por consumidores, envolvendo ações indenizatórias questionando acidentes com a rede de distribuição, falha no fornecimento, morte por descarga elétrica ou danos decorrentes da rescisão de contratos com fornecedores, no montante total de R\$ 92.840 (R\$ 142.858 em 31 de dezembro de 2023). Os processos cíveis mais significativos envolvem ações indenizatórias questionando acidentes com a rede de distribuição, falha no fornecimento, morte por descarga elétrica ou danos decorrentes da rescisão de contratos com fornecedores. Dentre as provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável, destacam-se as ações cíveis de execução de título extrajudicial decorrente de termos de confissão de dívida formalizados pela Companhia antes da aquisição pela Companhia, no montante de R\$ 3.873 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 34.459 em 31 de dezembro de 2023), e a ação de cobrança em face da CEA por inadimplemento do contrato nº 15/2013, referente à implantação das linhas de subtransmissão e da subestação do município de Laranjal do Jari, no montante de R\$ 7.347, atualizado até o exercício findo de 31 de dezembro de 2024 (R\$ 5.108, em 31 de dezembro de 2023).

Contingências cíveis (prognóstico provável de perda)

	2024	2023
Cobrança	5.858	15.244
Quebra de contrato	7.736	5.454
Morte por eletroplessão	23.302	22.483
Falha no fornecimento	10.884	11.434
Apagão	19.095	21.095
Falha no atendimento	12.265	11.535
Cobrança indevida	2.691	3.217
Fraude questionada	1.469	2.202
Acidente com terceiros	222	5.211
Execução de Título Extrajudicial	3.873	34.459
Outras	5.445	10.524
Total	92.840	142.858

Além dos processos provisionados, existem outras contingências cíveis cuja possibilidade de perda em 31 de dezembro de 2024 é avaliada pela Administração, com base na avaliação da gerência jurídica como possíveis. Destacam-se a ação ajuizada pelo ELETRONORTE, tendo como objeto a discussão sobre informações pertinentes à 2ª tranche do PLPT no Estado do Amapá, em um valor associado em 31 de dezembro de 2024 de R\$ 81.452 (0 em 31 de dezembro de 2023) e a ação ajuizada pelo Município de Macapá em 2017, afirmando que a Companhia estava retendo valores de receita com iluminação pública com base em dados unilaterais. Requereu, assim, o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) assinado pelas partes no âmbito do Ministério Público, a fim de que a Companhia repasse ao município a totalidade do percentual consignado, um valor associado em 31 de dezembro de 2024 de R\$19.791 (R\$ 17.903 em 31 de dezembro de 2023).

Contingências cíveis (prognóstico possível de perda)

	2024	2023
Cobrança indevida	22.946	21.089
Quebra de Contrato	20.583	20.875
Morte por eletroplessão	—	875
Apagão	173	1.759
Falha no fornecimento	252	247
Outras	81.787	286
Total	125.741	45.131

b) Fiscais: A Companhia figura como ré em 24 processos fiscais em 31 de dezembro de 2024 (12 processos em 31 de dezembro de 2023), os quais versam em sua grande maioria sobre autuações fiscais.

Contingências fiscais (prognóstico provável de perda)

	2024	2023
Execução Fiscal Fazenda Nacional	13.193	11.858
TLF/TVS/IPTU	4.116	—
Cobrança	78	69
Total	17.387	11.927

Existem outros processos cuja possibilidade de perda é avaliada como possível pela Administração, com base na avaliação da gerência jurídica, no montante de R\$ 2.530 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 2.338 em 31 de dezembro de 2023) para as quais não foi constituída provisão.

Contingências fiscais (prognóstico possível de perda)

	2024	2023
Execução Fiscal - Tributos Federais	2.530	2.338
Total	2.530	2.338

c) Trabalhistas: O passivo trabalhista em 31 de dezembro de 2024 é composto por 265 reclamações ajuizadas (188 reclamações ajuizadas em 31 de dezembro de 2023) por ex empregados contra a Companhia, com pedidos que variam entre horas extras, periculosidade, equiparação e/ou reenquadramento salarial, entre outros, assim como por ações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas (responsabilidade subsidiária), que pleiteiam, em sua maioria, verbas rescisórias. Dentre as provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável, destaca-se a ação trabalhista de execução, cujo objeto são os reflexos de verbas salariais intituladas progressão por antiguidade, suprimidas entre os anos de 2013 e 2019. Atualmente, o processo aguarda julgamento de Agravo de Instrumento em Recurso de Revista de Agravo de Petição. O Recurso de Revista em Agravo de Petição da CEA foi parcialmente admitido. Valor provisionado de R\$ 30.556 até o exercício findo de 31 de dezembro de 2024 (R\$ 28.620 em 31 de dezembro de 2023).

Contingências trabalhistas (prognóstico provável de perda)

	2024	2023
Reflexo das diferenças salariais	32.099	33.786
Auxílio alimentação	11.700	14.041
PCCS	9.393	11.033
Verbas rescisórias	2.758	4.665
Acidente de trabalho	1.149	1.069
Outros	15.032	5.892
Total	72.131	70.486

Além dos processos provisionados, existem outras contingências trabalhistas cuja possibilidade de perda, em 31 de dezembro de 2024, é avaliada pela Administração com base na avaliação da gerência jurídica, como possíveis, no montante de R\$ 1.195 (R\$ 143 em 31 de dezembro de 2023).

Contingências trabalhistas (prognóstico possível de perda)

	2024	2023
PCCS	—	—
Responsabilidade Subsidiária	345	—
Auxílio Alimentação	73	66
Outros	777	77
Total	1.195	143

c) Regulatórios: O valor de R\$ 15.600 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 21.017 em 31 de dezembro de 2023) corresponde a 8 prováveis penalidades a serem aplicadas contra a Companhia, referente a Termos de Notificação e Auto de Infração da ANEEL, bem como penalidade de Medição de fronteira na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). **20. Passivo a descoberto. 20.1 Capital social:** O capital social da Companhia integralizado e subscrito em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é de R\$ 1.517.876, dividido em 8.944.122.995.640 de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, e sua composição por classe de ações e principais acionistas está demonstrada conforme a seguir:

	Ações ordinárias	%
Equatorial Participações e Investimentos II S.A.	8.944.122.804	99,9
Município de Mazagão (minoritário)	192	0,1
Total	8.944.122.996	100

Em 25 de junho de 2021, foi realizado o Edital do Leilão, promovido pelo BNDES, por meio do qual foi alienado, pelo Estado de Amapá, o controle acionário da Companhia. De acordo com o Estatuto social, independentemente de reforma estatutária, o capital social autorizado da Companhia é de R\$ 2.500.000. As ações são consideradas indivisíveis e a cada ação ordinária corresponderá um voto nas deliberações das Assembleias. **20.2 Planos de opção de compra de ações:** A Companhia instituiu Planos de Opção de Compra das ações a colaboradores dedicados ao Grupo Equatorial (“Grupo”), que representam, direitos de compra de ações emitidas pela Companhia, e reconhecer a transação com correspondente aumento do capital social e a emissão de novas ações para refletir o exercício das opções de compra outorgadas aos beneficiários. Conforme item 8, do CPC 10 (R1), os produtos ou serviços recebidos ou adquiridos em transação com pagamento baseado em ações que não se qualifiquem para fins de reconhecimento como ativos, devem ser reconhecidos como despesa do exercício. Os planos são administrados pelo Conselho de Administração da Companhia, por intermédio do Comitê de Pessoas, Governança e Sustentabilidade, dentro dos limites estabelecidos nas Diretrizes de Elaboração e Estruturação de cada Plano e na legislação aplicável e são compostos da seguinte forma: **20.2.1 Plano de outorga de “Phantom Shares” – Contrato 2019:** Com base na apuração parcial das métricas de performance definidas, a Companhia fez jus ao referido programa. Abaixo, encontra-se a quantidade de ações para Equatorial S.A., caso as métricas de performance fossem atingidas:

	Média ponderada do preço de exercício	
	Número de Opções	2024
Existentes em 1º de janeiro	—	—
Outorgadas durante o período	50.000	—
Existentes ao fim do período	50.000	31,15

Para o plano de “Phantom shares”, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi reconhecida uma provisão de R\$ 2.056, em contrapartida a rubrica de outras contas a pagar (R\$ 0 em 30 de dezembro de 2023), e refere-se ao valor justo reconhecido durante o vesting period que é avaliado em cada data base. Ressalta-se que este plano de opção é classificado como instrumento financeiro passivo líquido em caixa. As quantidades acima podem variar conforme a performance e serem multiplicadas por um percentual entre 90 e 110%. **O plano de “Phantom shares” está atrelado ao percentual efetivo da quantidade de ações que os beneficiários terão direito de receber pelo plano, que depende da Taxa Interna de Retorno (TIR) obtida no projeto, ao qual suas metas de performance estão vinculadas.** **20.2.2 Plano de outorga de “Phantom Shares” – Contrato 2023:** Em 09 de novembro de 2023, a Companhia criou o programa de pagamento baseado em ações com liquidação em caixa (“Programa”). O Programa visa atingir os seguintes objetivos: (a) o alinhamento dos interesses dos acionistas da Companhia aos dos Beneficiários contemplados pelo Programa; (b) a retenção dos Beneficiários, e (c) o foco de longo prazo na valorização e potencial de crescimento na Companhia. O Programa concede aos beneficiários selecionados pelo Conselho de Administração da Equatorial S.A. e suas subsidiárias adquirir direitos a “Phantom Shares”, mediante o atendimento cumulativo das condições a seguir: (i) 25% (vinte e cinco por cento) serão pagas no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data de término do 1º Período de Carência; (ii) 25% (vinte e cinco por cento) serão pagas no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data de término do 2º Período de Carência, desde que o Beneficiário cumpra a Condição de Serviço no 2º Período de Carência; (iii) 25% (vinte e cinco por cento) serão pagas no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data de término do 3º Período de Carência, desde que o Beneficiário cumpra a Condição de Serviço no 3º Período de Carência; e (iv) 25% (vinte e cinco por cento) serão pagas no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data de término do 4º Período de Carência, desde que o Beneficiário cumpra a Condição de Serviço no 4º Período de Carência. A Companhia deverá calcular o valor adicional a que o Beneficiário faz jus ao final de cada Período de Carência, correspondente ao valor dos Proventos Acumulados até então em relação à quantidade de “Phantom Shares” Vestidas a que o Beneficiário faz jus, após verificação das Metas de Performance sobre a Quantidade Alvo nos termos acima. **a. Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco:** O Preço das “Phantom Shares” outorgadas nos termos do Plano será determinado pelo Comitê de Administração do Plano, com base na média da cotação das Ações da Equatorial S.A. na B3, ponderada pelo volume de negociação, nos 60 pregões anteriores que antecederem a cada período de carência, ou seja, imediatamente anteriores a: (i) até o 1º (primeiro) aniversário da Data de Outorga (“1º Período de Carência”); (ii) até o 2º (segundo) aniversário da Data de Outorga (“2º Período de Carência”); (iii) até o 3º (terceiro) aniversário da Data de Outorga (“3º Período de Carência”); e (iv) até o 4º (quarto) aniversário da Data de Outorga (“4º Período de Carência”). **b. Forma de cálculo da despesa do programa:** O valor da ação foi calculado pelo preço dos 60 pregões anteriores ao término do exercício de 31 de dezembro de 2024, ponderado pelo volume negociado. Com base na apuração parcial das métricas de performance definidas, a Companhia, fez jus ao referido programa. Abaixo, encontra-se a quantidade de ações para Equatorial S.A., caso as métricas de performance fossem atingidas:

continua

★ continuação

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ - CEA | CNPJ 05.965.546/0001-09

<

* continuação

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ - CEA | CNPJ 05.965.546/0001-09

foram aprovadas na Resolução Homologatória nº 3.217 de 04 de julho de 2023 com vigência a partir de julho de 2023 até junho de 2024 e Resolução Homologatória nº 3.349 de 16 de julho de 2024 com vigência a partir de julho de 2024 até junho de 2025 as quais são relacionadas à Rede Básica e Conexão, assim como o aumento da contratação do MUST (Montante de Uso do Sistema de Transmissão). (e) Os valores referem-se ao impacto da contabilização dos custos de geração distribuída, cujo valor é determinado pela energia (kWh) gerada por consumidores de GD, valorizada pelo PMIX (Preço Médio de Compra de Energia). Esse impacto é reconhecido em contrapartida em outras contas a pagar, com impacto dos encargos de geração distribuída no resultado financeiro. (*) não auditado.

24. Resultado financeiro

	2024	2023
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras (a)	55.813	26.175
Valores a receber/devolver - Parcela A	26.997	15.873
Operações com instrumentos financeiros derivativos (b)	224.780	37.148
Acréscimo moratório de energia vendida	2.792	13.781
Receita Financeira de AVP	4.620	2.746
Atualização de eficiência e contingências (e)	236	-
Variação monetária e cambial da dívida (c)	15.080	58.269
PIS/COFINS sobre receita financeira	(4.102)	(2.682)
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	4.768	-
Outras receitas financeiras	3.284	46.368
Total de receitas financeiras	334.268	197.678
Despesas financeiras		
Encargos da dívida (d)	(189.894)	(122.318)
Valores a receber/devolver parcela A	(20.897)	(8.358)
Operações com instrumentos financeiros derivativos (b)	(77.457)	(158.176)
Variação monetária e cambial da dívida (c)	(239.003)	(18.016)
Despesa financeira de AVP	(4.870)	(3.745)
Atualização de contingências (e)	-	(12.975)
Multas	(422)	(27)
Encargos regulatórios	(5.800)	(6.875)
Descontos concedidos	(8.511)	-
Outras despesas financeiras	(45.874)	(42.461)
Encargos de geração distribuída	(173)	-
Total de despesas financeiras	(592.901)	(372.951)
Resultado financeiro líquido	(258.633)	(175.273)

(a) Aumento nos rendimentos financeiros ocorreu principalmente em função da melhora das disponibilidades da Companhia em 97,3%, em comparação com o exercício de 2023; (b) Refere-se à contratação de operação de swap, designada como hedge de fluxo de caixa, que troca Dólar+spread por CDI+spread, na qual a principal variação refere-se ao câmbio sobre essas operações. No exercício findo de 31 de dezembro de 2024 o principal efeito refere-se à variação cambial, que gerou receita com a alta do dólar em 27,9%, saindo de R\$ 4,84 em 31 de dezembro de 2023, para R\$ 6,19 em 31 de dezembro de 2024. No exercício findo de 31 de dezembro de 2023, o principal efeito refere-se à variação cambial, que gerou despesa com a queda do dólar em 7,21%, saindo de R\$ 5,21 em 31 de dezembro de 2022 para R\$ 4,84 em 31 de dezembro de 2023; (c) A despesa foi gerada pela variação cambial, devido à valorização do dólar em 27,9%, saindo de 4,84 em 31 de dezembro de 2023, para 6,19 em 31 de dezembro de 2024. Em 31 de dezembro de 2023, houve uma receita com a queda do dólar em 7,21%, saindo de R\$ 5,21 em 31 de dezembro de 2022 para R\$ 4,84 em 31 de dezembro de 2023; (d) O principal impacto no crescimento dos encargos, foi o aumento do saldo da dívida em 51,4% em relação ao exercício anterior; e (e) Refere-se à atualização monetária das contingências prováveis, calculadas de acordo com os critérios de atualização, definidos pela Companhia e que estão em consonância com os índices previstos nos respectivos processos e com as legislações pertinentes, anteriormente não registradas pela CEA. 25. Instrumentos financeiros: 25.1. Considerações gerais. A Companhia efetuou análise dos instrumen-

tos financeiros, que incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, da concessão, fornecedores, empréstimos e financiamentos, valores a receber (devolver) parcela A e outros itens financeiros, debêntures e derivativos, procedendo as devidas adequações em sua contabilização, quando necessário. A administração desses instrumentos financeiros é por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Administração faz uso dos instrumentos financeiros visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos e proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio e obedecer aos índices financeiros constituídos em seus contratos de financiamento (covenants), conforme notas explicativas nº 15.4 - Covenants dos empréstimos e financiamentos e 16.5 - Covenants das debêntures. 25.2. Norma de utilização de derivativos. A Companhia poderá utilizar-se de operações com derivativos (swap), apenas para conferir proteção às oscilações de indexadores macroeconômicos e conferir proteção às oscilações de cotações de moedas estrangeiras. Estas operações não são realizadas em caráter especulativo. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia possuía operações de instrumentos financeiros derivativos contratados. 25.3. Categoria e valor justo dos instrumentos financei-

			2024	2023		
Ativo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Caixa e depósito bancários	—	Custo amortizado	7.205	7.205	7.382	7.382
Caixa e equivalentes de caixa	1	Valor justo por meio do resultado	76.142	76.142	10.600	10.600
Aplicações financeiras	2	Valor justo por meio do resultado	878.538	878.538	469.622	469.622
Contas a receber de clientes	—	Custo amortizado	424.412	424.412	397.968	397.968
Instrumentos financeiros derivativos	2	Valor Justo por meio de resultado	92.091	92.091	—	—
Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros	—	Custo amortizado	72.652	72.652	15.495	15.495
Ativo financeiro da concessão	3	Valor justo por meio do resultado	55.288	55.288	32.042	32.042
Total do ativo			1.606.328	1.606.328	933.109	933.109
			2024	2023		
Passivo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Fornecedores	—	Custo amortizado	182.334	187.292	201.694	201.694
Empréstimos e financiamentos	2	Custo amortizado	950.271	934.325	746.097	731.702
Debêntures	2	Custo amortizado	2.063.472	2.068.224	1.244.433	1.403.689
Instrumentos financeiros derivativos	2	Valor justo por meio do resultado	—	—	138.146	138.146
Valores a devolver de parcela A e outros itens financeiros	—	Custo amortizado	122.585	122.585	10.279	10.279
Total do passivo			3.323.620	3.312.426	2.340.649	2.485.510

• **Caixa - Depósitos bancários** - são classificados como custo amortizado e estão registrados pelos seus valores originais. • **Caixa e equivalentes de caixa** - são classificados como custo amortizado e estão registrados pelos seus valores originais. Para fundos de investimentos, são classificados como valor justo por meio do resultado. Nível 2 na hierarquia de valor justo; • **Aplicações financeiras** - são classificados como de valor justo por meio do resultado. Em sua maioria, são aplicados em fundos. Os fatores relevantes para avaliação ao valor justo são publicamente observáveis, tais como CDI. Nível 2 na hierarquia de valor justo; • **Contas a receber de clientes** - decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como custo amortizado, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável; • **Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros** - são decorrentes de custos não gerenciáveis a serem repassados integralmente ao consumidor ou suportados pelo Poder Concedente. Classificados como custo amortizado; • **Ativo financeiro de concessão** - são classificados como VJR, são ativos financeiros que representam o direito incondicional de receber uma determinada quantia ao final do prazo de concessão. Os fatores relevantes para avaliação ao valor justo são publicamente observáveis, como IPCA existentes em mercado

ros. Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. A Companhia reconhece, quando aplicável, as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças. Para exercício findo em 31 de dezembro de 2024 não ocorreram mudanças nas hierarquias e nas técnicas de avaliação do valor justo, em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, conforme descrito no item a seguir. a) **Mensuração do valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os saldos contábeis e os valores justos dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro 2023 estão identificados conforme a seguir:

	2024		2023	
instrumentos	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
do	7.205	7.205	7.382	7.382
meio do resultado	76.142	76.142	10.600	10.600
meio do resultado	878.538	878.538	469.622	469.622
do	424.412	424.412	397.968	397.968
meio de resultado	92.091	92.091	—	—
do	72.652	72.652	15.495	15.495
meio do resultado	55.288	55.288	32.042	32.042
	1.606.328	1.606.328	933.109	933.109
	2024		2023	
instrumentos	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
do	182.334	187.292	201.694	201.694
do	950.271	934.325	746.097	731.702
do	2.063.472	2.068.224	1.244.433	1.403.689
meio do resultado	—	—	138.146	138.146
do	122.585	122.585	10.279	10.279
	3.323.620	3.312.426	2.340.649	2.485.510

ativo e a taxa de depreciação que é definida pela resolução da ANEEL, sendo sua classificação nível 3 na hierarquia do valor justo; • **Fornecedores** - decorrem diretamente da operação da Companhia e são classificados como passivo ao custo amortizado; • **Empréstimos e financiamentos** - tem o propósito de gerar recursos para financiar os programas de investimentos da Companhia e eventualmente gerenciar necessidades de curto prazo. São classificados como passivo ao custo amortizado e estão contabilizados pelos seus valores amortizados. Nível 2 na hierarquia de valor justo; • **Debêntures** - são classificadas como passivo ao custo amortizado e estão contabilizados pelo seu valor amortizado. Para fins de divulgação, as debêntures tiveram seus valores de mercado calculados com base em taxas de mercado, divulgadas pela B3 e ANBIMA. Nível 2 na hierarquia de valor justo; e • **Instrumentos financeiros derivativos** - são classificados pelo VJR e de ORA, tendo como objetivo a proteção às oscilações de taxa de juros e moeda estrangeira. Para as operações de swaps, a determinação do valor de mercado foi realizada utilizando as informações de mercado disponíveis. Nível 2 na hierarquia de valor justo. 25.4. Instrumentos financeiros derivativos: Apresentamos abaixo os valores dos instrumentos derivativos da Companhia, vigentes em 31 de dezembro de 2024 e 2023, que podem ser assim resumidos:

Instituição financeira	Ingresso	Vencimento	Valor contratado (USD)	Valor contratado (BRL)	Amortização	Tipo	Juros	Indexadores	2024			2023		
									Ponta ativa	Ponta passiva	Total	Ponta ativa	Ponta passiva	Total
Scotiabank	29/12/2021	29/12/2026	US\$ 43.867	R\$ 250.000	anual	Câmbio	Semestral	US\$ + 2,52% a.a./ CDI + 1,85% a.a.	258.160	(256.454)	1.706	203.182	(278.373)	(75.191)
Sumitomo Mitsui	07/02/2022	07/02/2025	US\$ 47.081	R\$ 250.000	bullet	Câmbio	Semestral	US\$ + 3,05% a.a./CDI + 1,48% a.a.	293.899	(262.502)	31.397	224.434	(267.416)	(42.982)
Citibank	06/02/2023	06/02/2026	US\$ 36.000	R\$ 179.280	bullet	Câmbio	Semestral	US\$ + Sofr + 0,84% a.a./CDI + 1,38% a.a.	228.442	(190.579)	37.863	181.721	(193.657)	(11.936)
Citibank	06/02/2023	06/02/2026	US\$ 24.240	R\$ 120.720	bullet	Câmbio	Semestral	US\$ + Sofr + 0,84% a.a./CDI + 1,38% a.a.	153.824	(128.328)	25.496	122.364	(130.401)	(8.037)
ABC	20/12/2024	15/12/2036	-	R\$ 250.000	anual	Juros	Semestral	IPCA + 7,9091% a.a./ CDI + 0,51% a.a.	255.852	(260.223)	(4.371)	-	-	-
Total									1.190.177	(1.098.086)	92.091	731.701	(869.847)	(138.146)
Ativo (passivo) circulante											33.966			(2.044)
Ativo (passivo) não circulante											58.125			(136.102)
Efeito líquido total											92.091			(138.146)

Os valores relativos aos itens designados como instrumentos de hedge, na Companhia, foram os seguintes:

Risco cambial	Rubrica no balanço patrimonial em que instrumento de hedge está incluído	31/12/2024			31/12/2023			Alterações no valor do instrumento de hedge reconhecidas em ORA	
		Valor nominal	Ativo	Passivo	Valor nominal	Ativo	Passivo		
Contrato de Swap Hedge para empréstimos em moeda estrangeira	Instrumentos financeiros derivativos	1.050	92.091	-	800.000	-	(138.146)	5.609	7.700

25.5. Gerenciamento dos riscos financeiros. O Conselho de Administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de riscos. Os riscos descritos a seguir são uma compilação dos riscos apontados pelas diversas áreas em suas áreas de especialidades. A Administração define a forma de tratamento e os responsáveis por acompanhar cada um dos riscos levantados, para sua prevenção e controle. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites de riscos

e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas suas atividades. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações. O Comitê de Auditoria da Controladora Equatorial S.A., supervisiona a forma como a Administração da Companhia monitora a aderência aos procedimentos de gerenciamento

de risco, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos aos quais está exposta. O Comitê de Auditoria é auxiliado pelo time de auditoria interna na execução de suas atribuições. A auditoria interna realiza revisões regulares e esporádicas nos procedimentos de gerenciamento de risco, e o resultado é reportado para o Comitê de Auditoria. a) **Risco de crédito:** O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao reconhecimento de perdas. A Companhia está exposta ao risco de crédito em

continua

* continuação

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ - CEA | CNPJ 05.965.546/0001-09

suas atividades operacionais (principalmente com relação às contas a receber) e de financiamento, incluindo caixa e equivalentes de caixa e outros instrumentos financeiros
b) Caixa e equivalentes de caixa: A Companhia detém caixa e equivalentes de caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 no montante de R\$ 83.347 (R\$ 17.982 em 31 de dezembro de 2023). O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem rating entre AA- e AA+, baseado na agência de rating Fitch Ratings e Standard & Poors. A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos ratings de crédito externos das contrapartes. Quando da aplicação inicial do CPC 48 - Instrumentos financeiros, a Companhia julgou não ser necessário a constituição de provisão. **(ii) Contas a receber:** As contas a receber são compostas pelas faturas de energia elétrica, de consumidores não faturados e pelos parcelamentos de débitos das contas do fornecimento de energia vencidos de consumidores inadimplentes, e a representatividade é influenciada pelas características da área de concessão. A Companhia estabelece as políticas de cobrança para as classes de clientes para reduzir os níveis de inadimplência, e consequentemente, a recuperação dos valores recebíveis. Todas as políticas de cobrança estabelecidas estão em consonância com a legislação e regulamentação específicas, no caso do setor de energia elétrica a Resolução Normativa nº 414 emitida pela ANEEL. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a exposição máxima ao risco de crédito para contas a receber de clientes por classe consumidora estava assim apresentada:

2024					
Classe consumidora	Consumidores faturados	Consumidores não faturados	Parcelamentos	Total	%
Residencial	278.304	27.979	162.859	469.142	71%
Industrial	9.467	236	13.637	23.340	4%
Comercial	56.781	4.540	24.501	85.822	13%
Rural	5.262	263	2.178	7.703	1%
Poder público	22.530	1.389	28.248	52.167	8%
Iluminação pública	8.732	110	13.588	22.430	3%
Serviço público	1.354	65	-	1.419	0%
Total	382.430	34.582	245.011	662.023	100%

2023					
Classe consumidora	Consumidores faturados	Consumidores não faturados	Parcelamentos	Total	%
Residencial	345.029	20.113	154.900	520.042	71%
Industrial	7.682	97	7.864	15.643	2%
Comercial	66.531	3.791	31.483	101.805	14%
Rural	5.865	226	2.269	8.360	1%
Poder público	27.185	1.220	28.925	57.330	8%
Iluminação pública	16.661	47	9.950	26.658	4%
Serviço público	990	108	-	1.098	0%
Total	469.943	25.602	235.391	730.936	100%

A Companhia registrou uma provisão para perda que representa sua melhor estimativa de perdas referentes à Contas a receber de clientes, conforme apresentado nas notas explicativas nº 7.2 e 3.13.2.1 - Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa e perdas efetivas.

Perda esperada de crédito de liquidação duvidosa

Faixa (em dias)	Saldo contábil bruto Parcelamentos	%Taxa média ponderada da perda média do Parcelado	Saldo PECLD	Saldo contábil bruto faturados	%Taxa média ponderada da perda média do Faturado	Saldo PECLD
A Vencer	156.721	22,22%	34.823	74.936	4,09%	3.064
Vencido 1 a 30	6.247	22,22%	1.388	36.817	11,38%	4.190
Vencido 31 a 60	3.666	34,39%	1.261	15.577	23,90%	3.723
Vencido 61 a 90	2.521	49,16%	1.239	9.386	33,91%	3.183
Vencido 91 a 120	2.091	55,04%	1.151	6.906	38,67%	2.671
Vencido 121 a 150	2.018	57,84%	1.167	4.785	41,01%	1.962
Vencido 151 a 180	2.641	60,21%	1.590	5.260	42,84%	2.253
Vencido 181 a 210	2.065	60,21%	1.243	5.806	42,84%	2.487
Vencido 211 a 240	1.757	62,40%	1.096	4.215	44,13%	1.860
Vencido 241 a 270	4.899	64,11%	3.141	4.733	44,13%	2.089
Vencido 271 a 300	2.013	65,12%	1.311	4.707	44,13%	2.077
Vencido 301 a 330	4.908	67,21%	3.299	5.193	44,13%	2.292
Vencido 331 a 360	1.537	68,47%	1.052	4.859	44,13%	2.144
Vencido 361 a 390	1.615	69,57%	1.124	5.329	44,13%	2.352
Vencido 391 a 420	1.658	69,57%	1.153	7.010	44,41%	3.113
Vencido 421 a 450	1.712	70,86%	1.213	5.985	44,41%	2.658
Vencido 451 a 630	12.036	75,29%	9.062	29.289	46,40%	13.590
Vencido 631 a 720	4.272	75,76%	3.236	11.985	48,12%	5.767
Vencido 721 a 810	3.504	76,84%	2.692	9.748	48,12%	4.691
Vencido 811 a 990	7.347	80,73%	5.931	16.032	51,79%	8.303
Vencido 991 a 1080	2.319	83,11%	1.927	8.739	58,53%	5.115
Vencido 1081 a 1170	2.751	86,72%	2.386	14.335	67,95%	9.741
Vencido 1171 a 1350	3.991	86,72%	3.461	26.159	67,95%	17.775
Vencido 1351 a 1530	3.555	86,72%	3.083	21.552	67,95%	14.645
Vencido 1531 a 1710	3.627	86,72%	3.145	19.586	67,95%	13.309
Vencido maior 1710	3.540	86,78%	3.072	23.501	67,94%	15.967
Total	245.011		95.246	382.430		151.021

Aging parcelamentos saldos a vencer

	2024				
	2025	2026	2027	Após 2028	Total
Residencial	50.113	26.860	15.532	12.200	104.705
Industrial	1.739	1.247	712	894	4.592
Comercial	6.758	3.373	1.937	1.384	13.452
Rural	629	326	200	137	1.292
Poder público	7.899	5.334	4.034	4.396	21.663
Iluminação pública	4.660	1.684	882	3.791	11.017
Total	71.798	38.824	23.297	22.802	156.721

Aging de parcelamentos vencidos há mais de 90 dias

	2024				
	Venc. 91 a 360 dias	Venc. de 361 a 720 dias	Venc. de 721 a 1080 dias	Venc. de 1081 a 1530 dias	Venc. a mais de 1530 dias
Residencial	14.787	13.779	8.772	7.720	5.236
Industrial	3.309	4.272	581	335	281
Comercial	2.000	2.144	1.921	2.013	1.515
Rural	168	151	151	215	97
Poder público	2.218	948	1.744	13	41
Iluminação pública	1.446	-	-	-	-
Total	23.928	21.294	13.169	10.296	7.170

PECLD não faturados

Faixa	Saldo contábil bruto não faturados	%Taxa média ponderada da perda média do não faturado	Saldo PECLD
A Vencer	34.582	4.09%	1.414

PECLD Outros

Faixa (em dias)	Outros faturados	%Taxa média ponderada da perda média do Faturado	Saldo PECLD outros faturados
A Vencer	2.962	4,09%	121
Vencido 1 a 30	1.823	11,38%	207
Vencido 31 a 90	2.079	42,84%	891
Vencido 91 a 180	1.652	60,47%	999
Vencido 181 a 360	1.069	72,78%	778
Vencido 360 a 720	1.823	80,13%	1.461
Vencido acima 721 a 1890	916	84,17%	771
Total	12.324		5.228

(iii) Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros e ativo financeiro da concessão: A Administração da Companhia considera reduzido o risco desses créditos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente: (i) referente a custos não recuperados por meio de tarifa (ativo financeiro setorial); e (ii) referente aos investimentos em curso e efetuados em infraestrutura e que não foram amortizados até o vencimento da concessão (ativo contratual e ativo financeiro da concessão). **(iv) Instrumentos financeiros derivativos:** Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras que possuem rating entre AA- e AA+, baseado nas agências de rating Fitch Ratings e Standard & Poors. **b) Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentadas nas notas explicativas nº 15 - Empréstimos e financiamentos e nº 16 - Debêntures. A Companhia tem obtido recursos a partir da sua atividade comercial e do mercado financeiro, destinando-os principalmente ao seu programa de investimentos e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros. A gestão dos investimentos financeiros tem foco em instrumentos de curto prazo, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos. A geração de caixa da Companhia e sua pouca volatilidade nos recebimentos e obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano, prestam à Companhia estabilidade nos seus fluxos, reduzindo o seu risco de liquidez. A Companhia busca manter o nível de seu caixa e equivalentes de caixa e outros investimentos com mercado ativo em um montante superior às saídas de caixa para liquidação de endividamento para os próximos 12 meses. O índice de disponibilidade por dívida de curto prazo é de 1,93 em 31 de dezembro de 2024 (8,15 em 31 de dezembro de 2023). **(i) Exposição ao risco de liquidez:** A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação:

	2024					
	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual total	2 meses ou menos	2-12 meses	1-2 anos	2-5 anos
Passivos financeiros não derivativos						
Empréstimos bancários com garantia	950.271	961.148	317.647	181.295	462.206	-
Títulos de dívida emitidos com garantia (Debêntures)	2.063.472	3.220.837	46.435	175.829	415.974	1.673.841
Fornecedores	182.344	182.344	116.899	65.445	-	-
Total passivos financeiros derivativos	3.196.087	4.364.329	480.981	422.569	878.180	1.673.841

Os fluxos de entradas/(saídas), divulgados na tabela acima, representam os fluxos de caixa contratuais não descontados relacionados aos passivos financeiros mantidos para fins de gerenciamento de risco e que normalmente não são encerrados antes do vencimento contratual. Adicionalmente, conforme divulgado nas notas explicativas nº 15 - Empréstimos e financiamentos e nº 16 - Debêntures, a Companhia possui operações financeiras com cláusulas contratuais restritivas (covenants). O não cumprimento futuro desta cláusula contratual restritiva pode exigir que a Companhia liquide a dívida antes da data prevista. Estas cláusulas contratuais restritivas são monitoradas regularmente pela diretoria financeira e reportada periodicamente para a Administração para garantir que o contrato esteja sendo cumprido. Não gerando qualquer expectativa futura de que as condições acordadas não sejam cumpridas. **(c) Riscos de mercado:** Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros, compreendendo ainda os limitadores de endividamento definidos em contratos, cujo descumprimento pode implicar em vencimento antecipado, conforme descritos a diante desta nota explicativa. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pelo Comitê de Gerenciamento de Risco. Geralmente, a Companhia busca aplicar hedge accounting para gerenciar a volatilidade no resultado. **d) Risco de taxa de câmbio:** Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações no câmbio. Determinados passivos financeiros estão suscetíveis a variações cambiais em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre aqueles saldos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente o dólar. Atualmente a exposição ao câmbio é de 31,5% (37,5% em 31 de dezembro de 2023), de sua dívida (respectivo a empréstimos e financiamentos, debêntures, credores financeiros de recuperação judicial e ajuste a valor presente de credores financeiros em moeda estrangeira). A Companhia monitora continuamente as taxas de câmbio e de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade da contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas. A Companhia possui duas dívidas em moeda estrangeira, e ambas possuem Swap para proteção contra as oscilações de câmbio, conforme nota explicativa nº 25.4 - Instrumentos financeiros derivativos. A sensibilidade da dívida foi demonstrada em cinco cenários, um cenário com a taxa projetada para 12 meses (Cenário Provável); mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) da cotação da moeda estrangeira considerada. Incluímos ainda mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a redução de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V). O método de avaliação dessa análise de sensibilidade para 31 de dezembro de 2024 não foi alterado com relação ao que foi utilizado no exercício anterior. A moeda utilizada na análise de sensibilidade e os seus respectivos cenários estão demonstrados a seguir:

continua

* continuação

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ - CEA | CNPJ 05.965.546/0001-09

Operação		Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à variação cambial						
		Impacto no resultado						
		Saldo em R\$ (ex- posição)	Cenário Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%	Cenário IV -25%	Cenário V -50%	
Passivos financeiros								
Empréstimos, financia- mentos e debêntures	US\$	(950.271)	(1.031.635)	(1.289.544)	(1.547.453)	(773.726)	(515.818)	
Impacto no resultado			(81.364)	(257.909)	(515.818)	257.909	515.818	
Swap - Ponta Ativa	US\$	934.325	1.014.324	1.267.904	1.521.485	760.742	507.162	
			1.031.635	1.289.544	1.547.453	773.726	515.818	
Impacto em outros re- sultados abrangentes			(1.365)	(4.328)	(8.656)	4.328	8.656	
Referência para ativos e passivos financeiros			Taxa projetada	Taxa em 31/12/2024	+25%	+50%	-25%	-50%
Dólar US\$ R\$ (% 12 meses)			6,72	6,19	8,40	10,08	5,04	3,36

Fonte: B3. e) Risco de taxa de juros: As variações das taxas de juros da economia afetam tanto os ativos quanto os passivos financeiros da Companhia. A seguir são demonstrados os impactos dessas variações na rentabilidade dos investimentos financeiros e no endividamento em moeda nacional da Companhia. A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros da Companhia foi demonstrada em cinco cenários, em conformidade com o CPC 48, um cenário com a taxa projetada para 12 meses (Cenário Provável); mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) da cotação da moeda estrangeira considerada. Foi incluído ainda mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a redução de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V) desses indexadores.

		Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros					
		Impacto no resultado					
Operação	Risco	Saldo em R\$ (exposição)	Cenário Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%	Cenário IV 25%	Cenário V -50%
Ativos Financeiros							
Aplicações financeiras	CDI	954.680	1.101.796	1.138.575	1.175.354	1.065.017	1.028.238
Impacto no resultado				39.779	73.558	(36.779)	(73.558)
Passivos financeiros							
Empréstimos, financiamentos e debêntures	CDI	(1.665.675)	(1.922.356)	(1.986.526)	(2.050.696)	(1.858.185)	(1.794.015)
	IPCA	(423.451)	(450.721)	(457.539)	(464.356)	(443.904)	(437.086)
		(2.089.126)	(2.373.077)	(2.444.065)	(2.515.052)	(2.302.089)	(2.231.101)
Impacto no resultado				(70.988)	(141.975)	70.988	141.975
Swap - Ponta Passiva	CDI	(837.864)	(966.979)	(870.143)	(902.421)	(805.585)	(773.307)
Impacto em outros resultados abrangentes				(428)	(857)	428	857
Impacto no resultado do exercício				(31.850)	(63.701)	31.850	63.701
Impacto líquido no resultado				(66.059)	(132.118)	66.059	132.118
Referência para ativos e passivos financeiros		Taxa projetada	Taxa em				
			31/12/2024	+25%	+50%	-25%	-50%
CDI (% 12 meses)		15,41%	10,88%	19,26%	23,12%	11,56%	7,71%
IPCA (%12 meses)		6,44%	4,87%	8,05%	9,066%	4,83%	3,22%

Fonte: B3. f) Risco de vencimento antecipado: A Companhia possui debêntures com *covenants* que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses índices pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. A Administração acompanha suas posições, bem como projeta seu endividamento futuro para atuar preventivamente aos limites de endividamento mencionados na nota explicativa nº 15 - Empréstimos e financiamentos e 16 - Debêntures. **g) Risco de escassez de energia (Risco hidrológico):** O sistema de produção de energia elétrica do Brasil é um sistema hidro-termo-eólico de grande porte, com predominância de usinas hidrelétricas, o que o torna suscetível às variações nos reservatórios em função das chuvas. Um período prolongado de escassez de chuva, por exemplo, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Dessa maneira, com a finalidade de incentivar o uso racional da energia, o governo mediante Decreto nº 8.401/2015, criou a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (CCRBT - conta bandeiras) visando repassar mais adequadamente aos consumidores finais sinal de custo associado às condições de geração de eletricidade. Como consequência da situação hidrológica desfavorável de 2021, foi criada a Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética (CREG) (Medida Provisória nº 1.055/2021), com competência para definir diretrizes obrigatórias relativas ao estabelecimento de condições excepcionais e temporárias para enfrentamento da situação hidrológica. Mensalmente, a CREG realizou reuniões de acompanhamento, sendo respaldada pelos estudos elaborados por diversos entes do setor elétrico brasileiro, como a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), Operador Nacional do Sistema (ONS) e Ministério de Minas e Energia (MME). A Medida Provisória nº 1.055/2021 teve sua vigência encerrada em 17 de novembro de 2021. Conforme informações do Operador Nacional do Sistema (ONS), o sistema atravessou um período de deplecionamento acentuado dos reservatórios, com início em julho de 2012 e término em novembro de 2021, com duração de 113 meses retornando ao aumento dos reservatórios a partir de então. Em 2024, as condições foram favoráveis com previsão de continuidade no ano de 2025. **h) Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento:** Os Processos de Revisão e Reajuste Tarifários são garantidos por contrato e empregam metodologias previamente definidas. Alterações na metodologia vigente devem ser amplamente discutidas via Participação Pública e contarão com contribuições da Companhia, concessionárias e demais agentes do Setor. Em caso de evento imprevisível que venha a afetar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, poderá a Companhia justificar e requerer ao regulador a abertura de uma Revisão Tarifária Extraordinária, ficando a realização desta a critério do regulador, conforme previsto em Procedimento de Regulação Tarifária (Submódulo 2.9 do Proret). A própria ANEEL também poderá proceder de ofício Revisões Tarifárias Extraordinárias, caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para seu repasse às tarifas. **i) Risco ambiental:** A Companhia baliza suas ações em sua Política de Sustentabilidade, que prevê, em nossas Concessões, o atendimento aos requisitos legais ambientais nas 3 esferas de governo (Federal, Estaduais e Municipais), visando a preservação ambiental e o respeito à sociedade, em especial, às populações tradicionais. Para controle dos processos e atividades com impactos ambientais, utilizamos um Sistema de Gestão Ambiental balizado na ISO 14001, que vincula os processos e atividades a seus possíveis impactos, bem como o correlaciona à legislação vigente. Para tais processos, temos procedimentos

específicos, que visam o controle preventivo quanto aos impactos ambientais, que envolvem os colaboradores próprios e terceiros, bem como os demais *Stakeholders*. O Controle do Sistema de Gestão Ambiental que tem como principais macroprocessos: • Licenciamento Ambiental; • Gestão de Limpeza de Faixa, Podas e Supressão de Vegetação; • Gestão de Resíduos; • Educação e Conscientização Ambiental; • Gestão de Requisitos Legais; • Gestão de Recursos Hídricos; e • Normatização e Controle do Sistema de Gestão Ambiental (SGA). Dentro destes macroprocessos, fazemos gestão de centenas de processos de licenças e autorizações ambientais para implantação, manutenção e operação de ativos e processos, em especial, no que se refere a implantação de Subestações, Linhas e Redes de Distribuição de Energia. Também trabalhamos com os órgãos ambientais competentes na obtenção de autorizações de poda, limpeza de faixa e supressão de vegetação, atendendo a legislação e evitando riscos ao sistema elétrico. Em nosso SGA, temos a etapa de Integração Ambiental para implantação de obras. Este processo consiste em alinhamento com os fornecedores/executores de obras, quanto ao licenciamento e autorizações recebidas dos órgãos ambientais. Nas reuniões de Integração Ambiental são repassados aos gestores e executores das obras, todo processo que foi ambientalmente licenciado, bem como as obrigações legais relacionadas ao cumprimento das condicionantes e da legislação vigente, visando assim minimizar os riscos ambientais associados a implantação das obras. Também visando reduzir impactos ambientais, utilizamos em nossas áreas de concessão cabos protegidos ou compactos que minimizam as ações e intensidades de podas, em especial, em áreas urbanas com alta densidade de árvores de grande porte. **25.6. Gestão de capital.** A política da Administração da Companhia é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e do mercado e o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e o nível de dividendos para os acionistas. A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de alavancagem e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável, estabelecendo e acompanhando as diretrizes dos níveis de endividamento e liquidez, assim como as condições de custo e prazo dos financiamentos contratados.

26. Demonstrações dos fluxos de caixa. 26.1 Transações não envolvendo caixa: O CPC 03 (R2) - Demonstrações de Fluxo de Caixa, em sua revisão, trouxe que as transações de investimento e financiamento que não envolvem o uso de caixa ou equivalente de caixa devem ser excluídas das demonstrações de fluxo de caixa e apresentadas separadamente em nota explicativa. Todas as demonstrações que não envolveram o uso de caixa ou equivalente de caixa, ou seja, que não estão demonstradas nas demonstrações de fluxo de caixa, estão demonstradas na tabela abaixo:

	Efeito não caixa
Atividades de investimento	
Adição de ativos de contrato com contrapartida de fornecedores (a)	7.444
Adição de ativos de contrato com contrapartida de obrigações trabalhistas (a)	16.041
Transferências entre ativo financeiro e ativos de contrato (b)	4.364
Transferências entre ativos de contrato e intangível (b)	80.255
Total de atividades de investimento	108.104
Atividades de financiamento	
Capitalização de juros de empréstimos (c)	10.449
<i>Hedge accounting</i> de fluxo de caixa (d)	5.609
Total de atividades de financiamento	16.058
Total	124.162

(a) Correspondem às adições com contrapartida em fornecedores e obrigações e encargos sobre folha de pagamento, conforme apresentado na nota explicativa nº 13 - Ativos de contrato; (b) Correspondem às transferências (bifurcação) de ativos de contrato para o intangível em serviço e ativo financeiro da concessão, além de ajustes entre contas de imobilizado e intangível e ativos de contrato e valores da Parcela A; (c) Capitalização de juros de empréstimos ligados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis registrados nos ativos de contrato de acordo com as regras do CPC 20 (R1) - Custos de empréstimos; e (d) Proteção contra exposições a variações de fluxos de caixa que sejam atribuíveis a riscos específicos associados com ativos ou passivos ou que possa afetar o resultado, conforme nota explicativa nº 25.4 - Instrumentos financeiros derivativos. **26.2 Mudanças nos passivos de atividades de financiamento**

		Paga- mento	Mudança		
	Fluxo	de juros	no valor	Outros	
	2023	de caixa	(*)	justo	2024
Empréstimos e financia- mentos	746.097	-	(41.213)	-	245.387
Debêntures	1.244.433	782.715	(142.555)	-	178.879
Instrumentos financeiros derivativos	138.146	-	(77.305)	(5.609)	(147.323)
Totais	2.128.676	782.715	(261.073)	(5.609)	276.943

(*) A Companhia classifica juros pagos como fluxos de caixa das atividades operacionais; e (**) As movimentações incluídas na coluna de "Outros" incluem os efeitos das apropriações de encargos de dívidas, juros, variações monetárias e cambiais líquidas e capitalização de juros.

27 Compromissos futuros: Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo são os seguintes:

	Vigência	2025	2026	2027	Após 2027 (*)
Energia contratada (R\$ Mil)	2025 a 2036	452.470	525.850	637.350	8.210.649
Energia contratada (MWh)	2025 a 2036	2.131.617	2.143.115	2.169.793	23.376.145
Sistemas isolados (R\$ Mil)	2025 a 2027	140.905	150.412	157.555	800.082
Sistemas isolados (MWh)	2025 a 2027	56.136	50.256	50.769	234.898

(*) estimado 9 anos após 2027. Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cujas vigências variam de 6 a 30 anos, representam o volume total contratado pelo preço atualizado de acordo com a cláusula dos contratos de compra de energia do ambiente regulado (CCEAR), e foram homologados pela ANEEL

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Augusto Miranda da Paz Júnior - Presidente
Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima
Marcos Antônio Souza de Almeida

DIRETORIA EXECUTIVA

Augusto Dantas Borges - Presidente
Henderson Rovay
Cristiano de Lima Logrado
André Luiz Barata Pessoa
José Silva Sobral Neto
Nierbeth Costa Brito

Bruno Pinheiro Macedo Couto
Superintendente de Ativos e Contabilidade
Contador - CRC MA-011842/O-3 S-AP

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ - CEA | CNPJ 05.965.546/0001-09

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração e Diretoria da **Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA** Macapá - AP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia. **Controles gerais de tecnologia de informação:** A Companhia, devido ao elevado número de transações, utilizam-se de uma complexa estrutura de sistemas e controles de tecnologia da informação, sejam eles manuais, automatizados e dependentes dos sistemas integrados de gestão. A eficácia no desenho e na operação destes controles é de suma importância para que os registros contábeis e, por consequência, as demonstrações contábeis estejam livres de erros materiais. Essa estrutura encontra-se em diferentes níveis de maturação e os riscos relacionados aos processos de tecnologia da informação relevantes para as transações processadas nos diferentes sistemas podem resultar em informações críticas incorretas, inclusive as utilizadas na elaboração das demonstrações. Devido à importância dos controles gerais de tecnologia da informação, consideramos essa área como relevante para a nossa auditoria. Como nossa auditoria conduziu esse assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, (i) a avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles gerais de TI ("ITGCs") implementados pela Companhia para os sistemas considerados relevantes para o processo de auditoria; (ii) analisamos, em bases amostrais, o processo de autorização e concessão de usuários, de revogação tempestiva de acesso a colaboradores transferidos ou desligados e de revisão periódica de usuários; (iii) avaliamos as políticas de senhas, configurações de segurança e acesso aos recursos de tecnologia; (iv) avaliamos se as mudanças nos sistemas foram devidamente autorizadas e aprovadas conforme o desenho dos referidos controles; (v) analisamos o processo de gestão das operações, com foco nas políticas para realização de salvaguarda de informações e a tempestividade no tratamento de incidentes. Esses procedimentos, quando necessário, foram executados com o envolvimento dos nossos profissionais de tecnologia. A combinação das deficiências dos controles internos encontradas no processo de gestão de acessos e mudanças representou uma deficiência significativa e, portanto, alteraram a nossa avaliação quanto à natureza, época e ampliou a extensão de nossos procedimentos substantivos planejados para obtermos evidências de auditoria suficientes e adequadas no tocante às contas contábeis envolvidas. Os nossos procedimentos adicionais incluíram, dentre outros, a avaliação substantiva da integridade dos relatórios produzidos pelos sistemas relacionados e utilizados em nossos procedimentos de auditoria. Com base nos resultados dos procedimentos acima, consideramos aceitáveis as informações extraídas dos sistemas da Companhia para planejamento e execução dos nossos testes no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Reconhecimento da receita de energia distribuída, mas não faturada:** As receitas de fornecimento de energia elétrica são reconhecidas quando do consumo da energia, conforme regime

de competência, independente do seu faturamento, uma vez que o faturamento é efetuado tomando como base ciclos de leitura que em alguns casos se sucedem ao período de encerramento contábil. O saldo de contas a receber derivado do fornecimento não faturado totaliza R\$ 34.582 mil em 31 de dezembro de 2024 e está divulgado na nota explicativa nº 7 às demonstrações contábeis. O cálculo da receita não faturada foi considerado um assunto significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos e às especificidades atreladas ao processo de estimativa, o qual leva em consideração dados históricos, parametrização de sistemas, além de julgamentos por parte da diretoria acerca da estimativa de consumo por parte dos consumidores, a fim de garantir que a receita seja mensurada de forma acurada e contabilizada na competência correta. Como nossa auditoria conduziu esse assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a compreensão e documentação do processo de estimativa, com revisão das premissas adotadas por parte da Diretoria; (ii) recálculo por consumidor da estimativa de receita não faturada com base nos dados do relatório extraído do sistema de faturamento, (iii) teste de detalhe em base amostral dos dados do relatório extraído do sistema de faturamento, que são utilizados na realização dos cálculos da estimativa de receita não faturada, (iv) procedimentos analíticos para desenvolver uma expectativa independente baseada no comportamento histórico dos saldos em análise; (v) reconciliação do saldo de receita de fornecimento de energia não faturada com os registros contábeis; e (vi) comparação da premissa de consumo médio estimado pela Companhia com o consumo médio real conforme relatório extraído da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a receita não faturada, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que as políticas de mensuração e reconhecimento adotadas pela Companhia, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Teste de recuperabilidade de ativo intangível:** Anualmente a Companhia realiza o teste da redução ao valor recuperável (teste de *impairment*) dos saldos de ativo intangível, conforme divulgados na nota explicativa nº 12 às demonstrações contábeis. As projeções preparadas para realização dos testes de recuperabilidade envolvem um elevado grau de julgamento e a necessidade de que sejam desenvolvidas estimativas dos valores em uso baseadas em cálculos e premissas relacionados ao desempenho futuro dos negócios. Em razão do alto grau de julgamento envolvido, e ao impacto que a definição das premissas tem nas demonstrações contábeis, consideramos este um assunto significativo para nossa auditoria. Como nossa auditoria conduziu esse assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) revisão do modelo utilizado para mensurar o valor recuperável e das premissas e metodologias utilizadas pela Companhia, em particular aquelas relacionadas às projeções de receitas futuras, taxa de crescimento, taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa e margem de lucro para a unidade geradora de caixa; e (ii) revisão das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações contábeis sobre as premissas utilizadas nos cálculos de recuperabilidade dos referidos ativos. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste de valor recuperável do ativo intangível, de acordo com o CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos, que está consistente com a avaliação da Diretoria, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável do ativo intangível preparados pela Diretoria, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Outros assuntos. Demonstração do valor adicionado:** A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado, foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas**

demonstrações contábeis: A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejar nossos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Fortaleza, 26 de março de 2025.
ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC CE-001042/F
Nathália Araújo Domingues
Contador - CRC CE-020833/O





Concessionária de Saneamento do Amapá SPE S.A.

CNPJ 44.109.598/0001-27

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024

A Administração da CSA - Concessionária de Saneamento do Amapá, em cumprimento às disposições legais e de acordo com a legislação societária vigente, apresenta a seguir o Relatório da Administração, suas demonstrações contábeis, com as respectivas notas explicativas e o Relatório dos auditores independentes, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023. As informações não financeiras da CSA - Concessionária de Saneamento do Amapá, assim como as expectativas da Administração quanto ao desempenho futuro da Companhia não foram examinadas pelos auditores independentes.

Destques de 2024:

- O volume de água e esgoto faturada no ano foi de 24,3 milhões de m³.
- As Economias faturadas atingiram o total de 95.431 em 2024.
- A Receita Operacional Líquida (ROL) sem receita de construção totalizou R\$ 91 milhões.
- O Prejuízo foi de R\$ -202 milhões em 2024, redução de 13,7% frente aos R\$ -234 milhões em 2023.
- Os investimentos da CSA - Concessionária de Saneamento do Amapá somaram R\$ 127 milhões em 2024.
- O número de perdas na distribuição de água encerrado no ano de 2024 atingiu 63,21% da água produzida.

Mensagem do Presidente: Em 2024 trabalhamos fortes com foco na mobilização e integração das equipes, nas oportunidades de melhorias operacionais e implantação e expansão da cultura na companhia com o objetivo de reestruturar e transformar a CSA em referência no setor de saneamento, com entrega da nova estação de tratamento de água no município de Santana, expansão e renovação do parque de hidrômetros, consolidação dos projetos Se Liga na Rede e Pontes para o Futuro, os quais trazem benefícios para a comunidade de acesso ao abastecimento de água. Acreditamos que com a expertise do Grupo Equatorial e da SAM Ambiental e com a continuidade dos processos e padrões já implementados desde a assunção, teremos sucesso aqui no Amapá.

Augusto Dantas Borges - Diretor-Presidente.

Cenário, Ambiente Econômico e Perspectivas no Amapá
Ambiente econômico e perspectivas no Estado do Amapá



Fonte: Atlas das UC's no Amapá - SEMA/IBAMA 2008

AMAPÁ	
Capital	Macapá
Área (km²)	142.470,76
% da Região Norte	3,70%
% do Brasil	1,67%
Número de Municípios	16
População Estimada [2024] (hab)	802.837
% da População Nacional	0,38%
Densidade Demográfica (hab/km²)	5,64
PIB [2021]	20,1 (R\$ bilhões)
% do PIB Brasileiro	0,20%

Fonte: IBGE. Indicadores Econômicos do Amapá - 2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ap.html>. Acesso em: 6 mar. 2025.

Número de consumidores

Economias	2022	2023	2024
Residencial	82.113	77.160	90.737
Comercial	5.270	3.605	4.021
Industrial	108	23	12
Poder público	1.286	698	661
Total	88.777	81.486	95.431
Var.		-8%	17%

Em 2024, o total de economias foi de 95.431, com crescimento de 17% em relação a 2023. A categoria residencial representou 95,08% do total. Esse aumento decorre do avanço no cadastro de novos clientes, especialmente nas categorias residencial e comercial, também da migração entre categorias ocorridas por atualização de cadastro.

Assuntos Regulatórios: Em 11 de julho de 2024 a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Amapá (ARSAP) homologou o reajuste tarifário da CSA - Concessionária de Saneamento do Amapá - CSA em 5,48% (cinco vírgula quarenta e oito por cento), conforme Resolução Nº 006/2024, a ser percebido pelos consumidores da Concessionária no período de 30 de agosto de 2024 a 29 de agosto de 2025.

Relatório de Ações Sociais: O programa Jornada de Segurança, um dos pilares estruturantes da gestão de segurança do Grupo, continuou sua expansão ao longo de 2024, consolidando uma cultura organizacional voltada para a prevenção de riscos. O programa, que é baseado nos pilares Liderança, Comportamento, População, Capacitação e Fornecedores, tem como objetivo transformar a mentalidade das lideranças e equipes operacionais, promovendo uma atuação cada vez mais proativa na segurança do trabalho. Entre as ações realizadas em 2024, destacam-se:

- 20.675 inspeções estáticas (nas bases);
- 33.534 inspeções dinâmicas (blitz em campo);

• Mais de 15.007 diálogos de segurança com as equipes;

- 25 workshops de segurança com fornecedores âncoras e não âncoras;
- Implementação de monitoramento por QR Code, garantindo o histórico de informações de colaboradores e empresas. Paralelamente, o compromisso social da Companhia se fortaleceu com a criação do Instituto Equatorial, em julho de 2024. Concebido para ampliar o alcance e a efetividade das iniciativas sociais da Companhia, o Instituto fortalece projetos existentes e abre novas frentes de atuação, com foco em educação, inclusão social e desenvolvimento sustentável. A estruturação do Instituto foi um passo estratégico para consolidar as iniciativas de responsabilidade social do Grupo sob um modelo mais ágil e eficiente. Com CNPJ próprio e atuação no terceiro setor, a entidade permite uma gestão mais flexível dos recursos, facilitando parcerias e o desenvolvimento de projetos de longo prazo. A centralização das ações também trouxe maior governança e transparência, assegurando que os investimentos sociais estejam alinhados às diretrizes de sustentabilidade da Companhia. Desde sua criação, o Instituto Equatorial tem direcionado esforços para enfrentar desafios estruturais nos territórios onde o Grupo atua. Suas iniciativas se organizam em três frentes principais:
- Mobiliza: Focado na capacitação profissional e no aumento da empregabilidade, promovendo oficinas, cursos profissionalizantes e workshops que auxiliam na inserção de grupos em situação de vulnerabilidade no mercado de trabalho.
- Tecendo Futuros: Voltado para a educação, com ações que vão desde o combate ao analfabetismo até a melhoria da qualidade do ensino nas escolas públicas.
- Impulsiona: Direcionado ao empreendedorismo e geração de renda, com programas que oferecem capacitação técnica e capital semente para pequenos negócios, muitas vezes com aporte de capital semente para viabilizar novas oportunidades, garantindo apoio prático para o desenvolvimento econômico local. Para os próximos anos, a meta é expandir suas frentes de atuação, fortalecer parcerias institucionais e aprimorar os mecanismos de avaliação de impacto, garantindo que cada ação contribua para um desenvolvimento dos locais onde o Grupo atua. Em relação à estratégia climática, o Grupo Equatorial demonstrou avanços significativos em 2024, com destaque para a obtenção de uma nota B no questionário do CDP Clima, refletindo progressos na gestão de riscos e impactos climáticos, no engajamento da cadeia de valor e na governança. A Companhia também fez avanços no desenvolvimento do Inventário de Resíduos e do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS), estruturando processos para aprimorar sistematização e monitoramento. A implementação do PGRS está prevista para 2025, com o objetivo de ampliar a rastreabilidade e garantir a eficácia das medidas adotadas. Atualmente, os materiais utilizados nas operações do Grupo não são provenientes de reciclagem, mas há iniciativas contínuas para otimizar a gestão de resíduos e implementar soluções responsáveis ao longo da cadeia produtiva. Além disso, a Equatorial iniciou um projeto para o consumo de combustível renovável em sua frota administrativa por meio da troca de combustível, de forma que o etanol seja o combustível padrão nos abastecimentos e seja utilizado em detrimento da gasolina e/ou diesel. A iniciativa rendeu à Companhia um aumento de mais de 7600% no consumo de etanol ao último ano, projeto que continuará a ser implementado em 2025.

Desempenho Econômico-Financeiro:

Receita líquida: Em relação à Receita Líquida sem receita de construção, o total registrado em 2024 foi de R\$ 91 milhões contra 77,1 milhões em 2023, representando um aumento de R\$ 13,9 milhões ou 18%. Custos e despesas operacionais. No ano de 2024, o total de custos e despesas operacionais, excluindo custo de construção, depreciação e amortização, foi de R\$ 97,4 milhões, em comparação aos R\$ 115 milhões em 2023. Representando uma redução de R\$ 17,6 milhões ou 15,3%.

EBITDA: Em 2024, o EBITDA fechou negativo em R\$ 6,4 milhões, mostrando uma melhora significativa em relação aos R\$ 37,9 milhões negativos registrados em 2023.

Resultado financeiro: Em 2024, o resultado financeiro líquido foi negativo em R\$ 166,1 milhões, apresentando uma leve redução em comparação aos R\$ 167,2 milhões negativos reportados em 2023.

Imposto de Renda e Contribuição Social: Em 2024 não houve despesas de IRPJ e CSLL, assim como em 2023.

Lucro líquido / Prejuízo: Em 2024, a CSA - Concessionária de Saneamento do Amapá apurou um prejuízo líquido de R\$ 201,9 milhões, o que representa uma redução de 13,7% em relação ao prejuízo de R\$ 234 milhões registrado em 2023.

Endividamento: No fechamento de 2024, o endividamento total consolidado da Companhia, incluindo os encargos, atingiu R\$ 1,594 bilhões, um aumento de 9,48% em relação aos R\$ 1,456 bilhões registrados em 2023.

Investimentos	2022	2023	2024
Projetos em Construção	26	33	84
Manutenção, renovação e melhorias	8	30	30
Outros Investimentos	27	10	13
Total	61	73	127

Em 2024, os investimentos da CSA - Concessionária de Saneamento do Amapá totalizaram R\$ 127 milhões. Sendo direcionados 66% em projetos em construção com, 24% em manutenção, renovação e melhorias, 10% com outros investimentos.

• **Projetos em construção:** Ênfase para a ampliação e construção da nova estação de tratamento de água de Santana triplicando seu fornecimento de água, readequações nas demais estações de tratamento de água que compõe a capital e os interiores, o alto desempenho dos Projetos Se Liga na Rede e Pontes para o Futuro trouxe como resultado o aumento de clientes hidrometrados e interligados na rede, com atuação completa ou em andamento em 12 municípios do estado e 2 novos reservatórios de grande porte foram adquiridos para início dos projetos de reservação em Macapá em Santana.

• **Manutenção, renovação e melhorias:** O avanço em redes novas atribuiu 68km de extensão/substituição de rede no decorrer do ano, com foco nas melhorias e busca pela redução das perdas de água nos sistemas, foram adquiridos 46 novos medidores de vazão, atendendo 9 municípios.

• **Outros investimentos:** Dentro deste foram estabelecidos os serviços de segurança predial em vigilância eletrônica nas bases de captação de Macapá e Santana e a continuidade das consultorias voltadas à elaboração de projetos e à execução de serviços de engenharia para os sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, incluindo a realização de serviços topográficos essenciais para o suporte aos projetos e obras.

Relacionamento com auditores externos: Em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480/09, os Diretores da Companhia Srs. Augusto Dantas Borges, Diretor-Presidente; Henderson Rovay, Fernando Retteiro Neto e Bruno Pinheiro Macedo Couto, declaram que (i) revisaram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024; e (ii) revisaram, discutiram e concordam, sem quaisquer ressalvas, com as opiniões expressas no Relatório emitido em 26 de março de 2025 pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S. Ltda, auditores independentes da Companhia, com relação às demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

Diretoria Executiva: Augusto Dantas Borges - Diretor Presidente; Henderson Rovay - Diretor; Fernando Retteiro Neto - Diretor.

Conselho de Administração: Augusto Miranda da Paz Júnior; Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima; José Ailton Rodrigues; André Pentagna Guimarães Salazar.

continues A

Concessionária de Saneamento do Amapá SPE S.A.

CNPJ 44.109.598/0001-27

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Valores expressos em milhares de reais)

1 Contexto operacional. A Concessionária de Saneamento do Amapá SPE S.A. ("Companhia" ou "CSA"), é uma sociedade anônima de propósito específico, de capital fechado, com sede na cidade Macapá, no Estado do Amapá, controlada pela Equatorial Participações e Investimentos III S.A. ("Equatorial Participações III"), tendo por controladora final a Equatorial S.A. Constituída em 21 de dezembro de 2021, a Companhia esteve em fase de operação assistida até 12 de julho de 2022, iniciando suas atividades operacionais em 13 de julho de 2022, com objeto único e exclusivo de exploração dos serviços de captação, tratamento, distribuição e abastecimento de água e esgotamento sanitário, além de atividades acessórias ou associadas previstas, atendendo em 31 de dezembro de 2024, 95.431 (*) consumidores em conformidade com as condições e especificações do Contrato de Concessão, celebrado entre o Poder Concedente e a Companhia. (*) Referente ao total de consumidores. Informação não auditada. **1.1 Contrato de concessão.** O Contrato de Concessão da Prestação Regionalizada dos Serviços Públicos de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário e dos Serviços Complementares dos Municípios do Estado do Amapá (Contrato de concessão), assinado em 21 de dezembro de 2021, foi celebrado entre o Estado do Amapá (Estado) e a Companhia e possui vencimento em 12 de julho de 2057, podendo ser renovado por igual período a critério do Poder Concedente. **1.2 Continuidade operacional.** Quando da elaboração das demonstrações contábeis, a administração avaliou a capacidade operacional da Companhia para os próximos 12 meses. Conforme mencionado anteriormente, a Companhia foi constituída em dezembro de 2021 e esteve em fase de operação assistida até julho de 2022, de forma que os resultados apurados foram melhores que o esperado, frente ao desafio para a construção e entrada em operação da empresa, assumindo a concessão plena dos serviços de água e esgoto no Amapá, buscando entregar qualidade aos usuários do sistema. A Companhia apresentou prejuízo líquido em 31 de dezembro de 2024, no montante de R\$ 201.921 (R\$ 234.079 em 31 de dezembro de 2023), passivo a descoberto de R\$ 423.979 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 282.568 em 31 de dezembro de 2023) e capital circulante negativo de R\$ 132.544 (negativo R\$ 228.515 em 31 de dezembro de 2023). No entanto, com objetivo de fortalecer os seus fluxos de caixa operacionais e seus resultados a Companhia estabeleceu, entre outras, as seguintes ações estruturantes: (i) Priorização de investimentos com impacto em geração de receita, aumento de arrecadação, combate às perdas e melhoria da qualidade e continuidade do fornecimento, visando melhorar o fluxo de caixa da Companhia; (ii) Prospecção de novos consumidores, visando o aumento da base atual; (iii) Fortalecimento das ações de cobrança e de combate às perdas; e (iv) Manutenção do suporte financeiro, através da controladora final Equatorial S.A., para sua continuidade operacional. A Administração da Companhia acredita que as obrigações futuras serão cumpridas com fluxos de caixa operacionais ou captações alternativas de recursos e tem em seu controlador uma estrutura sólida para recorrer a aumento de capital, se necessário. Adicionalmente, o acionista controlador, através da Equatorial S.A., assegura as necessidades de caixa da Companhia na forma de capital ou adiantamentos para permitir a liquidação de obrigações futuras até que a operação atinja seu equilíbrio financeiro. **1.3 Reforma tributária sobre o consumo.** Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132/2023, que instituiu a reforma tributária do consumo no Brasil. A reforma substitui os tributos PIS, COFINS, IPI, ICMS e ISS por um modelo de imposto sobre Valor Adicionado (IVA) dual, composto pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência estadual e municipal. Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214/2025, estabelecendo as diretrizes iniciais para a implementação da reforma tributária. No entanto, aspectos operacionais e detalhes específicos ainda dependem de regulamentação complementar. Dessa forma, até 31 de dezembro de 2024, não há impactos da reforma tributária nas demonstrações contábeis da Companhia. A administração segue acompanhando a evolução da regulamentação e avaliará os efeitos à medida que novas definições forem estabelecidas. **2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis.** **2.1 Declaração de conformidade.** As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e apresentadas de forma consistente com as normas expedidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e concluiu que possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza que possa gerar dúvidas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, conforme CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. As demonstrações contábeis individuais apresentam informações em relação ao exercício anterior. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração da Companhia em 26 de março de 2025. **2.2 Base de mensuração.** As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos por meio de resultado e outros resultados abrangentes, quando requerido nas normas. **2.3 Moeda funcional, moeda de apresentação e transações em moeda estrangeira.** As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais, foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado, com exceção de itens monetários designados como parte de um hedge de investimento líquido, sendo essas diferenças reconhecidas diretamente em outros resultados abrangentes até o momento da alienação do investimento líquido, quando são reconhecidas na demonstração do resultado. **2.4 Julgamentos sobre premissas e estimativas.** Na preparação das demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas para determinadas operações que refletem o reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. As estimativas e premissas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas de forma contínua pela Administração e os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As informações sobre julgamentos e incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2024 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Tópicos	Notas explicativas	Descrição
Intangível	nº 3.4 e 10	Definição da vida útil do ativo intangível e cálculo da amortização do ativo intangível da concessão. Julgamento sobre aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão e critérios de reconhecimento dos gastos capitalizados nos ativos da concessão.
Ativos de contrato	nº 3.5 e 11	Julgamento sobre determinação e classificação de receitas por obrigação de performance, receita de remuneração dos ativos de contrato e receita não faturada.
Receita operacional líquida	nº 3.1 e 18	Reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas por meio da avaliação da probabilidade de perda.
Provisão para riscos judiciais e depósitos vinculados	nº 3.11 e 16	

Tópicos	Notas explicativas	Descrição
Instrumentos financeiros	nº 3.9 e 22	Mensuração e definição do método de avaliação de valor justo dos instrumentos financeiros.
Contas a receber de clientes	7	Estimativas dos montantes da receita sobre serviços de abastecimento, porém não faturada.
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD)	7.2	Críticos de análise de risco de crédito para determinação da provisão para redução ao valor recuperável.
Plano de opção de compra de ações	17.2	Probabilidade de exercício de opções.
2.5 Mensuração do valor justo. A Companhia mensura instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo, ou seja, ao preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: • No mercado principal para o ativo ou passivo; e • Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia. A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3. A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar se a conclusão de que tais avaliações atendem aos requisitos dos CPCs, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Os ativos e passivos cujos valores justos são mensurados e divulgados nas demonstrações contábeis são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos aos que a Companhia possa ter acesso na data de mensuração; • Nível 2: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e • Nível 3: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. A Companhia reconhece, quando aplicável, as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 22 - Instrumentos financeiros. Na determinação do valor justo, foi considerado o impacto de possíveis assuntos relacionados às mudanças climáticas, incluindo legislações, que podem afetar a mensuração do valor justo de ativos e passivos das demonstrações contábeis. Atualmente, o impacto dos assuntos associados às mudanças climáticas não é material para as demonstrações contábeis da Companhia. 3 Políticas contábeis materiais. As políticas contábeis materiais, descritas abaixo, são aquelas importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados da Companhia e foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis, exceto pela implementação das novas normas, interpretações e orientações incluídas na nota explicativa nº 3.16 - Principais mudanças nas políticas contábeis. 3.1 Reconhecimento da receita: A Companhia reconhece as receitas, de acordo com o que estabelece o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, à medida que satisfaz e a obrigação de <i>performance</i> ao transferir bens e serviços ao cliente. O ativo é considerado transferido à medida o cliente obtém os serviços contratados. A Companhia reconhece receita das principais fontes de receitas a seguir: (i) Serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário: A receita relacionada ao serviço de abastecimento de água e esgotamento sanitário compreende a obrigação de desempenho, sendo reconhecida por ocasião da aferição do volume consumido pelos clientes. Além disso, a Companhia reconhece a parcela de receita ainda não faturada que correspondente ao período entre a data da última aferição e o encerramento do mês, que é estimada e reconhecida como receita no mês em que a água foi consumida. (ii) Receita de construção: A receita de construção aos serviços de construção ou melhoria é reconhecida baseada no estágio da obra realizada. Essa receita é composta pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que a eventual margem é próxima a zero. (iii) Outros serviços indiretos de água e esgoto: A receita de outros serviços indiretos de água e esgoto refere-se à prestação de serviços de ligação de esgoto, instalações de hidrômetros e ligação e religação de água, sendo as obrigações de desempenho atendidas na conclusão de cada serviço prestado e, a receita, reconhecida neste momento. 3.2 Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. O saldo de caixa e equivalentes de caixa é apresentado sem considerar os saldos de contas garantidas, que são tratados separadamente na demonstração dos fluxos de caixa. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos" no passivo circulante. 3.3 Almoxxarifado: A Companhia reconhece saldos de estoques tanto no ativo circulante, como nos ativos de contrato que contempla os estoques para obras. Os estoques são demonstrados ao custo, avaliado pelo custo médio de aquisição, o qual considera os gastos incorridos na sua aquisição e outros incorridos em trazê-los às suas localizações. Os valores contabilizados não excedem seus custos de reposição ou de realização. 3.4 Ativos intangíveis: 3.4.1 Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura: A Companhia reconhece como um ativo intangível valores pagos a título de outorga aos municípios que integram a concessão como condição à exploração da concessão, conforme ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 - Contratos de concessão e OCPC 05 - Contratos de concessão. Os contratos preveem apenas acesso a esses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato, não sendo essa infraestrutura contabilizada como um ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da referida infraestrutura. Nos termos dos contratos de concessão, dentro do alcance desta interpretação, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público e podendo operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante um determinado prazo. Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a um direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro, sendo reconhecido um ativo intangível quando o concessionário recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos ou é reconhecido um ativo financeiro à medida em que se tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente pelos serviços de construção. São reconhecidos os custos incorridos com materiais, mão-de-obra direta e indireta e outros gastos que a companhia efetuar na construção e instalação, até o momento em que os bens entram em operação. Após a conclusão, os bens são transferidos para o ativo intangível, quando amortizáveis dentro de um contrato de programa; e para o ativo financeiro, para seus valores subsequentes. Os gastos indiretos reconhecidos, são apropriados aos custos capitalizáveis indiretos e rateados de acordo com as entradas mensais atribuídas aos serviços técnicos operacionais ligados aos projetos e obras. No caso da Companhia não está previsto no contrato de concessão qualquer remuneração ao final do prazo de exploração da infraestrutura, portanto nenhum ativo		

Concessionária de Saneamento do Amapá SPE S.A.

CNPJ 44.109.598/0001-27

• continuação

financeiro foi reconhecido nas demonstrações contábeis. O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria e ampliação em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é próxima a zero. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de forma linear pela vida útil ou pelo prazo da concessão, dos dois o menor. **3.4.2 Amortização:** A amortização é calculada sobre o custo de aquisição do ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual apurado. A amortização é reconhecida no resultado com base no método linear e limitada ao prazo remanescente do contrato de concessão da Companhia ou a vida útil estimada dos ativos intangíveis, dos dois o menor, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. Este método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo, conforme estabelecido no CPC 04 (IFRS 38). A vida útil de um ativo intangível, em um contrato de concessão de serviço, é o período a partir do qual a Companhia tem a capacidade de cobrar do público pelo uso da infraestrutura até fim da vida útil do bem, limitado ao final do período da concessão. Os métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revisados caso haja alterações deliberadas pelo órgão regulador. **3.5 Ativos de contrato:** Os Ativos de Contrato são direitos à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados de acordo com o escopo do ICPC 01 (R1) - Contratos da Concessão, devem ser classificados como ativos de contrato em face da Companhia ter o direito de cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos ou receber dinheiro ou outro ativo financeiro, pela reversão da infraestrutura do serviço público, apenas após a transferência dos bens em construção (ativos de contrato) para Intangível da concessão, onde a natureza da remuneração paga pelo Poder Concedente ao concessionário ser determinada de acordo com os termos do contrato de concessão. Os ativos de contrato (infraestrutura em construção) são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data de sua aquisição. **3.6 Debêntures:** As debêntures são reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação e, subsequentemente, apresentadas pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que as debêntures estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os custos das debêntures que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a Companhia e que tais custos possam ser mensurados com confiança. De mais custos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. **3.7 Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. Quando aplicável, há compensação de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. Conforme orientações do ICPC 22 - Tributos sobre o lucro, a Companhia avalia a probabilidade de aceitação de tratamentos tributários incertos. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2024, no que diz respeito às incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro, a Companhia efetuou as avaliações e concluiu que é mais provável do que não que os tratamentos sejam aceitos pela autoridade fiscal. **3.7.1 Imposto de renda e contribuição social corrente:** O imposto de renda e a contribuição social corrente são calculados sobre o lucro tributável ou prejuízo fiscal do exercício acrescidos de eventuais ajustes de exercícios anteriores, quando aplicável. O montante dos tributos corrente a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo considerando a melhor estimativa quanto ao valor esperado a recolher ou a recuperar. A mensuração é realizada com base nas alíquotas vigentes na data do balanço. A Companhia compensa os ativos e passivos fiscais correntes se: • Tiver o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos; e • Pretender liquidar o passivo e realizar o ativo simultaneamente. Conforme orientações do ICPC 22 - Tributos sobre o Lucro e do CPC 32 (IAS 12) - Tributos sobre o Lucro, a Companhia deve avaliar a probabilidade de aceitação de tratamentos tributários incertos. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado do exercício. **3.8 Capital social:** **3.8.1 Ações ordinárias:** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido, em conformidade com as orientações do CPC 39 (IAS 32) - Instrumentos Financeiros. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido com a dedução do valor captado, líquida de impostos. Essa prática garante que o valor líquido recebido pela emissão de ações seja apresentado de forma clara e precisa. **3.9 Instrumentos financeiros:** **3.9.1 Ativos Financeiros: (a) Ativos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração:** Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes são reconhecidas inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, conforme orientações do CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos Financeiros. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e, neste caso, todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes (ORA). Essa escolha é feita para cada investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descaimento contábil que de outra forma surgiria. **(b) Ativos financeiros - avaliação do modelo de negócio:** A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber

se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; • Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **(c) Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:** Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: • Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; • Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente, o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. **(d) Ativos financeiros - mensuração subsequente e ganhos e perdas**

Ativos financeiros a VJR

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida a VJORA

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

Instrumentos patrimoniais a VJORA

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

3.9.2 Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas: Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos. A Companhia classifica passivos financeiros que surgem de acordos de financiamento (risco sacado, *forfait* etc.) com fornecedores em Fornecedores no balanço patrimonial se eles tiverem natureza e função semelhantes às contas a pagar. Esse é o caso se o acordo de financiamento com fornecedores fizer parte do capital de giro usado no ciclo operacional normal da Companhia, o nível de segurança fornecido for semelhante às contas a pagar e os termos dos passivos que fazem parte do acordo de financiamento da cadeia de suprimentos não forem substancialmente diferentes dos termos das contas a pagar que não fazem parte do acordo. Os fluxos de caixa relacionados a passivos decorrentes de acordos de financiamento com fornecedores que são classificados em Fornecedores. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **3.9.3 Desreconhecimento: a) Ativos financeiros:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. **b) Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **3.9.4 Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.10 Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa (PECLD) e perdas efetivas:** A Companhia adota a prática de estimativa de PECLD, que avalia o risco de crédito dos valores a receber por faixa de atraso. Essa avaliação considera o percentual de não recebimento referente a cada faixa de atraso, apurada sobre o histórico de recebimento de 2 anos, período da concessão da CSA. A metodologia utilizada estabelece um percentual de estimativa das perdas esperadas para cada aging list, refletindo a experiência histórica de perdas de crédito da Companhia. A estimativa é demonstrada em uma matriz de provisão, que resulta do estudo do comportamento de pagamento das faturas de fornecimento de água e saneamento básico e do percentual de

Concessionária de Saneamento do Amapá SPE S.A.

CNPJ 44.109.598/0001-27

inadimplência dos parcelamentos de forma coletiva. Após estudos desenvolvidos para avaliar quais as variáveis que apresentam o índice de correlação com o montante real de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, não foram identificados outros índices ou fatores macroeconômicos que impactassem de forma relevante ou que possuíssem correlação direta ao nível de inadimplência. Para os parcelamentos relevantes, a Companhia adota uma avaliação individual referente ao risco de crédito desde que são previstas no termo de confissão de dívida as garantias de liquidação dos títulos mensalmente. A CSA entende que para as negociações com garantias de recebimento previstas, o risco de crédito é menor que o risco de crédito de título sem garantia de recebimento previsto nos termos. Para isso, a Companhia adota uma governança das negociações relevantes realizadas junto à Alta Administração para deliberação. Para o reconhecimento de perdas efetivas, a CSA baixa do valor contábil bruto de um ativo financeiro que não tenha expectativa razoável de liquidação em sua totalidade ou em parte, de clientes cujos títulos sejam considerados recuperáveis. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos para a recuperação dos valores devidos. **3.11 Provisão para riscos judiciais:** As provisões para riscos judiciais são constituídas para todos os processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita, conforme as orientações do CPC 25 (IAS 37) - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.12 Demonstração de valor adicionado:** A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme práticas contábeis adotadas no Brasil. **3.13 Questões climáticas:** A Companhia considera questões climáticas em estimativas e pressupostos, quando apropriado. Essa avaliação inclui uma ampla gama de possíveis impactos na Companhia devido a riscos tanto físicos quanto de transição. A Companhia está monitorando de perto mudanças e desenvolvimentos relevantes, como novas legislações relacionadas às mudanças climáticas, bem como uma possível transição para uma economia de baixo carbono. Os itens e considerações mais diretamente afetados pelas questões climáticas são: Vida útil ativos intangíveis: Ao revisar os valores residuais e as vidas úteis esperadas dos ativos, a Companhia considera questões climáticas, como legislações e regulamentações relacionadas às mudanças climáticas que podem restringir o uso de ativos ou exigir despesas de capital significativas. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: O valor em uso pode ser afetado de várias maneiras diferentes pelo risco de transição, como legislações e regulamentações relacionadas às mudanças climáticas. A Companhia monitora constantemente possíveis efeitos climáticos em suas projeções de fluxo de caixa. **3.14 Principais mudanças nas políticas:** Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que são aderentes e potencialmente relevantes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes: **3.14.1 Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 2024:**

Norma	Descrição da alteração	Vigência
CPC 26 (R1) / IAS 1: Apresentação das Demonstrações Contábeis	Classificação e divulgação de um passivo com cláusulas de covenants como circulante ou não circulante, onde o passivo deve ser classificado como circulante quando a entidade não tem o direito no final do período de reporte de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após o período de reporte. Adicionalmente, apenas covenants cujo cumprimento é obrigatório antes do, ou, no final do período de reporte devem afetar a classificação de um passivo como circulante ou não circulante. Especificam que o vendedor-arrendatário deve mensurar subsequentemente o passivo de arrendamento derivado da transferência de ativo - que atende aos requisitos para ser reconhecida como receita de venda - e retro arrendamento (Sale and Leaseback) de forma que não seja reconhecido ganho ou perda referente ao direito de uso retido na transação. Divulgação de operações de risco sacado que envolvem as entidades e seus fornecedores. Os novos requisitos de divulgação visam auxiliar os usuários das demonstrações contábeis a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento de fornecedores sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.	01/01/2024
CPC 06 (R2) / IFRS 16: Arrendamentos	Divulgação de operações de risco sacado que envolvem as entidades e seus fornecedores. Os novos requisitos de divulgação visam auxiliar os usuários das demonstrações contábeis a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento de fornecedores sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.	01/01/2024
CPC 3 (R2) / IAS 7: Demonstração dos Fluxos de Caixa	A Companhia avaliou as emendas e normativos acima e não identificou impactos significativos em suas demonstrações contábeis. 3.14.2 Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 2025:	01/01/2024

Norma	Descrição da alteração	Vigência
Resolução CVM nº 223/10: Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (C BIO).	Estabelecer os requisitos para o reconhecimento, mensuração e divulgação de créditos de carbono (tCO2e), permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (C BIO) das entidades atuantes no mercado de capitais brasileiro. Consequentemente, visa reduzir a diversidade de práticas contábeis adotadas nas demonstrações contábeis.	01/01/2025
CPC 02 / IAS 21: Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis	As alterações exigem que as entidades apliquem uma abordagem consistente para determinar se uma moeda é trocável por outra moeda e a taxa de câmbio a vista a utilizar. Estabelecem requerimentos relativos a: (i) liquidação de passivos financeiros por meio de sistema de pagamento eletrônico; (ii) avaliação das características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros, incluindo aqueles com características ambientais, sociais e de governança (ASG ou ESG); e (iii) alterações específicas na norma para abranger os contratos de eletricidade relacionada à natureza (fontes eólicas e solares).	01/01/2025
CPC 48 / IFRS 9 e CPC 40 (R1) / IFRS 7: Classificação e mensuração de instrumentos financeiros	Os novos pronunciamentos abordam os requisitos e as diretrizes relacionados à sustentabilidade corporativa, alinhando-se aos padrões internacionais estabelecidos pelo IFRS S1 e IFRS S2. Essas normas visam promover maior transparência e padronização na divulgação de informações ambientais, sociais e de governança (ESG), bem como os impactos financeiros relacionados ao clima.	01/01/2026

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IFRS 18: Apresentação e divulgação das Demonstrações Contábeis	A IFRS 18 introduz três categorias definidas para receitas e despesas - operacionais, de investimento e de financiamento - para melhorar a estrutura da demonstração de resultados e exige que todas as entidades forneçam novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional. A estrutura melhorada, e os novos subtotais darão aos investidores um ponto de partida consistente para analisar o desempenho das companhias. A IFRS 18 também exige que as companhias divulguem explicações sobre as medidas específicas que estão relacionadas com a demonstração dos resultados, referidas como medidas de desempenho definidas pela Administração. Os novos requisitos irão melhorar a disciplina e a transparência das medidas de desempenho definidas pela Administração e provavelmente torná-las sujeitas a auditoria. A IFRS 18 substituirá a IAS 1/ CPC 26: Apresentação das Demonstrações Contábeis. Permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS.	01/01/2027
IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	A Companhia está em processo de análise dos impactos dos pronunciamentos acima e decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. 4 Assuntos regulatórios: 4.1 Reajuste Tarifário CSA: A Concessionária de Saneamento do Amapá SPE S.A. passou por processo de Reajuste Tarifário Anual. As tarifas de aplicação e os valores relativos aos serviços complementares da CSA, constantes na Resolução da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Amapá - ARSAP Nº 003, de 13 de julho de 2023, ficaram reajustados em 5,48% (cinco vírgula quatro e oito por cento), em consonância à Resolução nº 006, de 11 de julho de 2024, com efeito a partir de 30 de agosto de 2024. 4.2 Novo marco legal do saneamento básico: Em 15 de julho de 2020 foi publicada a Lei nº 14.026/2020 alterando o marco do saneamento básico do Brasil. Os principais pontos alterados foram: i) Regionalização: preferência da prestação regionalizada à prestação fragmentada; ii) Metas legais de universalização: atribuição a Agência Nacional de Água (ANA) para estabelecer diretrizes gerais regulatórias em contexto nacional, na busca pela homogeneidade e segurança jurídica ao setor; iii) Concorrência: estabeleceu-se o princípio da seleção competitiva do prestador de serviço. A Companhia, tem se adaptado institucionalmente para atender a legislação vigente advinda do novo Marco Legal, bem como seus desdobramentos regulamentares complementares atinentes a prestação de serviços, que deverão ser publicadas pela Entidade Reguladora Infranacional - ARSAP, considerando que a CSA esteve em fase de operação assistida até iniciar suas atividades operacionais em 13 de julho de 2022. 5 Caixa e equivalentes de caixa	01/01/2027
Caixa e depósitos bancários à vista	Equivalentes de caixa (a)	2024 2023
Investimentos	Certificado de Depósito Bancário - CDB	2.401 105.394
Total		2.718 105.622

(a) Os equivalentes de caixa se referem a CDB - Certificados de Depósitos Bancários, Operações Compromissadas e outros ativos de alta liquidez e com baixo risco de crédito. Tais aplicações estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia, prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, são ativos financeiros com liquidez imediata classificados como equivalentes de caixa, conforme CPC 03 (R2) - Demonstrações de Fluxo de Caixa. A carteira da Companhia é remunerada pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e a rentabilidade média ponderada, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, equivale a 96 % do CDI (100,07% do CDI em 31 de dezembro de 2023).

6 Aplicações financeiras	2024	2023
Circulante		
Fundos de investimentos (a)		
Cotas de fundos de investimento Fundo Aberto (b)	2.142 12.012	497 -
Total	2.639 12.012	
(a) Os Fundos de investimentos representam operações de baixo risco em instituições financeiras de primeira linha e são compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDBs, de acordo com a norma de investimento da Companhia. Adicionalmente, a carteira de aplicações contém fundos, que são investimentos em cotas (FIC), administrados por instituições financeiras responsáveis por alocar os recursos em cotas de diversos fundos abertos. Logo, a Companhia não possui gestão e controle direto, tampouco participação relevante nesses fundos abertos (limite máximo de 10% do Patrimônio Líquido) conforme CPC 36 (R3) / IFRS 10 - Demonstrações Consolidadas; e (b) Os fundos de investimentos abertos são compostos por ativos como operações compromissadas, títulos públicos, CDBs, depósitos a prazo e outros títulos de instrumentos financeiros. A carteira da Companhia é remunerada pela variação do CDI, logo, a rentabilidade média ponderada acumulada no período da carteira, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, equivale a 95,65% do CDI (101,46% do CDI em 31 de dezembro de 2023).		

7 Contas a receber de clientes. 7.1 Composição de saldos	2024	2023
	Vencidos	Vencidos
	A Até 90 Mais de vencer dias 90 dias	A Até 90 Mais de vencer dias 90 dias
Residencial	1.475 10.372 64.793	76.640 10.025 7.027 36.528 53.580
Industrial	1 3 13	6 6 28 40
Comercial	406 778 4.491	665 552 2.766 3.983
Serviço público	404 1.118 1.241	863 399 1.239 2.501
Contas a receber de serviços de água	2.286 12.271 70.538	11.559 7.984 40.561 60.104
Residencial	363 1.168 4.318	1.762 439 3.955 6.156
Industrial	- - 4	3 2 11 16
Comercial	394 329 1.555	445 193 928 1.566
Serviço público	282 452 143	877 397 223 658
Contas a receber de serviços de esgoto	1.039 1.949 6.020	9.008 2.607 672 5.117 8.396
Residencial	5.079 692 1.375	7.146 - - -
Comercial	408 66 149	623 - - -
Serviço público	1.185 148 61	1.394 - - -
Parcelamento	6.672 906 1.585	9.163 - - -
Contas a receber de consumidores a faturar (a)	5.885 - -	5.885 3.846 - - 3.846
(-) Arrecadação em processo de classificação	(420) - -	(420) - - -
Subtotal	15.462 15.126 78.143 108.731	18.012 8.656 45.678 72.346
(-) PECLD	(3.826) (7.261) (53.909) (64.998)	- - (34.994) (34.994)
Total contas a receber clientes	11.634 7.865 24.234 43.733	18.012 8.656 10.684 37.352

Concessionária de Saneamento do Amapá SPE S.A.

CNPJ 44.109.598/0001-27

(a) Corresponde ao serviço de água e esgoto distribuído, mas não faturado para consumidores e o seu faturamento é efetuado tomando como base os ciclos de leitura, sendo em alguns casos encerrados após o período de fechamento contábil. 7.2 Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

	2023	Provisões/ Reversões	2024
Contas a receber de consumidores faturados	(34.994)	(25.608)	(60.602)
Parcelamentos	—	(2.964)	(2.964)
Contas a receber de consumidores não faturados	—	(1.432)	(1.432)
Total	(34.994)	(30.004)	(64.998)

8. Partes relacionadas. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia possui transações com partes relacionadas, principalmente dos contratos de compartilhamentos, entre outros, com as empresas descritas abaixo:

	2024		2023	
	Passivo	Efeito no resultado (Despesa)	Passivo	Efeito no resultado (Despesa)
Fornecedores				
Equatorial Serviços S.A. (a)	(907)	(1.439)	(609)	(1.140)
E-Nova Instalação e Manutenção Ltda (b)	(486)	(1.742)	—	—
Companhia de Eletricidade do Amapá S.A. - CEA (c)	(13)	(80)	—	(53)
Equatorial Renováveis S.A. (d)	(1.437)	(4.288)	—	—
Total	(2.843)	(7.549)	(609)	(1.193)
Total	(10.425)	1.008	—	—

(a) Os valores com a Equatorial Serviços S.A. são oriundos de prestação de serviços de recursos humanos, administrativos e rateio proporcional das respectivas despesas incorri-

9.1 Movimentação do Ativo Imobilizado

	2023	Adições	Reclassificações	2024
Máquinas e equipamentos	1.145	—	4	1.149
(-) Depreciação	(218)	(140)	—	(358)
Total prestação de serviços	927	(140)	4	791
Veículos	3.399	—	(31)	3.368
(-) Depreciação	(277)	(340)	—	(617)
Total das instalações técnicas de saneamento	3.122	(340)	(31)	2.751
Em Curso				
Máquinas e equipamentos	—	18.182	(4)	18.178
Móveis e utensílios	—	11	—	11
Edificações	—	401	—	401
Veículos	—	278	31	309
Subtotal	—	18.872	27	18.899
Total	4.049	18.392	—	22.441
		2022	Adições	2023
Máquinas e equipamentos		437	708	1.145
(-) Depreciação		(73)	(145)	(218)
Total prestação de serviços		364	563	927
Veículos		—	3.399	3.399
(-) Depreciação		—	(277)	(277)
Total das instalações técnicas de saneamento		—	3.122	3.122
Total		364	3.685	4.049
Para a análise do teste de recuperabilidade do imobilizado, veja nota 10.2 Impairment.				
Softwares	20%	11.024	(396)	10.628
Total		1.224.206	(221.878)	(108.865)
		2023		893.463

das; (b) O valor com a E-Nova Geração Distribuída S.A. corresponde ao termo de cessão onerosa de aluguel da usina fotovoltaica; (c) O valor com a Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA corresponde ao termo de cessão onerosa de aluguel da sede administrativa da CSA; (d) O valor com a Equatorial Renováveis S.A. corresponde a venda de energia e serviços prestados de representação comercial na CCEE; e (e) O valor com a Equatorial S.A. é proveniente da remuneração de aval de seguro da CSA. 8.1 Remuneração do pessoal-chave da administração. O pessoal-chave da Administração inclui o Conselho de Administração e Diretores. A remuneração total foi fixada em até R\$ 6.200 (R\$ 5.512 em 31 de dezembro de 2023), conforme Ata da Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2024. Os diretores da Companhia não mantêm nenhuma operação de empréstimos, adiantamentos e outros com a Companhia, além dos seus serviços normais. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não possui para suas pessoas chave da Administração remuneração nas categorias de: a) benefícios de longo prazo; b) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; e c) benefícios de pós-emprego. Os diretores executivos receberam os seguintes valores: 455 97% Benefícios diretos e indiretos 14 3% Valor total da remuneração 469 100%

8.2 Garantias. A Equatorial S.A., controladora indireta da Companhia, presta garantia como avalista ou fiadora da Companhia com ônus nas emissões de debêntures, contrato de fiança bancária e na apólice de seguros, conforme abaixo listados:

	2024	2023
Apólice de Seguro	281.039	100 29/09/2023 30/09/2026
Total	2.239.039	1.958.000 1.458.671
Fiança		
Intesa Sanpaolo (b)	11.080	100 12/06/2024 12/06/2026
Santander (b)	124.176	100 16/08/2023 16/08/2025
Total	135.256	—

(a) Os valores atualizados das debêntures, estão líquidos do custo de captação; (b) As fianças e a 1ª e 2ª Emissão de Debêntures, ônus é assumido pelo grupo controlador do acionista minoritário; e (c) Em 17 de junho de 2024 houve repactuação na 1ª emissão de debêntures, alterando o vencimento final de 15 de junho de 2024 para 15 junho 2027 e o saldo de principal de R\$ 354.785 para R\$ 378.628. 9. Imobilizado. O ativo imobilizado está constituído conforme a seguir demonstrado:

	2024		Valor
	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação (%)	Custo	Depreciação líquido
Máquinas e equipamentos	19%	1.149	(358) 791
Veículos	10%	3.368	(617) 2.751
Total		4.517	(975) 3.542
Em Curso			
Máquinas e equipamentos		18.178	— 18.178
Móveis e utensílios		401	— 401
Edificações		309	— 309
Veículos		11	— 11
Subtotal		18.899	— 18.899
		23.416	(975) 22.441
		2023	
	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação (%)	Custo	Depreciação líquido
Máquinas e equipamentos	10%	1.145	(218) 927
Veículos	20%	3.399	(277) 3.122
		4.544	(495) 4.049

	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização (a)	(-) Obrigações Vinculadas à Concessão	Valor líquido
Intangíveis decorrentes de:					
Contratos de concessão					
Gastos com outorga	2,88%	943.104	(39.446)	—	903.658
Outros gastos da concessão	1,95%	263.669	(149.747)	(113.922)	—
Softwares	20%	896	(149)	—	747
Total		1.207.669	(189.342)	(113.922)	904.405
(a) O ativo intangível é amortizado dentro do prazo da concessão, sendo o cálculo efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado. De acordo com o contrato de concessão, a responsabilidade pela operação do sistema dar-se-á a par:					
(-) Amortização	(189.193)	(32.003)	(229)	(286)	(221.462)
Total Contratos de concessão	1.017.580	(32.003)	(229)	6.352	991.700
Softwares	896	—	—	183	1.079
(-) Amortização	(149)	(533)	—	286	(396)
Total de softwares	747	(533)	—	469	683
Obrigações especiais(b)	(263.669)	—	—	—	(263.669)
(-) Amortização	149.747	5.057	—	—	154.804
Total das instalações técnicas de saneamento	(113.922)	5.057	—	—	(108.865)

Contratos de concessão	943.104	—	—	—	943.104
(-) Amortização	(12.500)	(26.946)	—	—	(39.446)
Total Contratos de concessão	930.604	(26.946)	—	—	903.658
Softwares	896	—	—	—	896
(-) Amortização	(149)	(533)	—	—	(149)
Total de softwares	747	(533)	—	—	747
Total	930.604	(26.199)	—	—	904.405

10.2 Avaliação de Impairment. 10.2.1 Análise de recuperabilidade para os ativos com vida útil definida. A Administração revisa anualmente seus ativos tangíveis e intangíveis de vida útil definida com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda do valor recuperável de suas unidades geradoras de caixa. A Companhia realizou o teste de valor recuperável em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e considera, entre outros fatores, a existência de prejuízos acumulados e capital circulante líquido negativo, quando efetua revisão para identificar indicativos de perda por redução ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre o seu valor em uso e o seu valor justo de venda, líquido dos custos necessários para a realização da venda. O valor em uso corresponde aos fluxos de caixa descontados, antes dos impostos, gerados pela utilização do ativo durante a sua vida útil. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi realizado teste de recuperabilidade por meio de cálculo baseado no valor em uso a partir de projeções de fluxos de caixa, aprovados pela Alta Administração, durante o período da Concessão que vai até 2057. Como resultado dessa análise, a Administração concluiu sobre a não necessidade de reconhecimento de provisão para redução ao valor recuperável. 10.2.2 Principais premissas utilizadas nos testes de perda ao valor recuperável dos ativos. (a) Taxa de desconto: Os fluxos de caixa futuros foram descontados com base na taxa representativa do custo de capital (WACC). O valor em uso é calculado com base no período entre a data-base e o fim da concessão (33 anos). A taxa de desconto representa a avaliação de riscos no atual mercado, levando em consideração o valor do dinheiro pela passagem do tempo e os riscos individuais dos ativos relacionados que não foram incorporados nas premissas incluídas no modelo de fluxo de caixa. O cálculo da taxa de desconto é baseado em circunstâncias específicas da Companhia, sendo derivado do custo médio de ponderado de capital (WACC). O WACC leva em consideração tanto a dívida quanto o patrimônio. O custo do patrimônio é derivado do rendimento esperado sobre o investimento efetuado pelos investidores da Companhia. O custo de dívida é baseado nos financiamentos sujeitos a juros que a Companhia é obrigada a honrar. O risco específico do segmento é incorporado mediante aplicação

Concessionária de Saneamento do Amapá SPE S.A.

CNPJ 44.109.598/0001-27

de fatores individuais beta. Os fatores beta são avaliados anualmente com base nos dados de mercado disponíveis para o público. A taxa de desconto utilizada foi de 11,28% em 31 de dezembro de 2024 (11,93% em 31 de dezembro de 2023). (b) **Sensibilidade.** As projeções de fluxo de caixa consideram crescimento real para os próximos dez anos e crescimento de acordo com índices inflacionários e crescimento do PIB para os demais anos até o final da concessão. Com base no cenário provável, foi construída análise de sensibilidade para um acréscimo ou redução de 10% percentual na taxa de desconto e na taxa de crescimento. Em qualquer combinação, o valor do fluxo de caixa foi superior ao seu valor contábil. Como resultado dessa análise, não foi identificada necessidade de registrar provisão para redução ao valor recuperável desses ativos. (c) **Mercado/Receita.** A receita da Companhia foi projetada em base real (sem inflação), de acordo com as estimativas de crescimento populacional e atingimento dos indicadores de cobertura para universalização, de acordo com o contrato de concessão, sendo 99% para água em 2032 e 90% para esgoto em 2038 e consumo médio com base no histórico Brasil. (d) **Tarifa.** A tarifa da Companhia é dada pelo contrato de concessão, não sofrendo alteração na base real (sem inflação), pois todos os componentes para reajuste da tarifa estão atrelados a indicadores de inflação (ICC, IPA, INCC e Custo Energia Elétrica). (e) **Índice de arrecadação (IAR).** O índice de arrecadação foi projetado considerando a implementação das metodologias e políticas de cobrança no curto prazo. Para o longo prazo considerou-se dados históricos da Equatorial e benchmarking realizado com o mercado de saneamento. 11 **Ativos de Contrato.** A movimentação dos ativos de contrato está conforme a seguir demonstrado:

	2023	Adições	Transferência	2024
Ativos de contrato da concessão	134.491	126.736	(6.638)	254.589
Total	134.491	126.736	(6.638)	254.589
	2022	Adições	Transferência	2024
Ativos de contrato da concessão	61.456	73.035	—	134.491
Total	61.456	73.035	—	134.491

A Companhia avaliou e concluiu como baixo o risco de não recebimento e perda associada a ativos de contrato, pois eles serão remunerados, a partir da entrada em serviço, pelo direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público ao final da concessão. Dessa forma, não foi identificado nenhum indicativo de perda ao valor recuperável do ativo, e, conseqüentemente, nenhuma provisão foi constituída no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023. 12 **Fornecedores.** A composição deve-se, substancialmente, a fornecedores de materiais e serviços, referentes ao custeio operacional e aos investimentos realizados na infraestrutura da área de concessão da Companhia. Para o exercício findo de 31 de dezembro de 2024, o montante é de R\$ 47.153 (R\$ 25.206 em 31 de dezembro de 2023), não incide juros e é geralmente liquidado em prazo médio de até 54 dias (42 dias em 31 de dezembro de 2023). Alguns fornecedores da Companhia efetuaram operações de antecipação de direito de recebimento com instituições financeiras. No entanto, não houve nenhuma alteração de prazo ou condição de pagamento para a Companhia. Assim, a essência original da transação comercial não foi alterada e continua sendo classificada como atividade operacional, ou seja, permanece como contas a pagar para fornecedores. A participação no acordo de financiamento é opcional para os fornecedores. Se os fornecedores optarem por receber o pagamento antecipado, pagarão uma taxa à instituição financeira, da qual a Companhia não é parte. Os pagamentos aos fornecedores antes da data de vencimento da fatura são processados pela instituição financeira e, em todos os casos, a Companhia quita a fatura original pagando a instituição financeira de acordo com a data de vencimento original mencionada. Os prazos de pagamento com os fornecedores não foram renegociados em conjunto com os acordos. A Companhia não fornece garantias à instituição financeira. Não há pagamento de juros por parte da Companhia e nem recebimento de "rebates financeiros". O saldo de fornecedores - risco sacado, ou seja, que fazem acordo de financiamento de fornecedores, é de R\$ 302 em 31 de dezembro de 2024, não incide juros e é geralmente liquidado pela Companhia em prazo médio de até 51 dias. A totalidade do saldo já foi recebida pelos fornecedores por meio da instituição parceira considerando a própria modalidade de risco sacado. Os pagamentos dessas transações impactaram no fluxo de caixa o valor de R\$ 1.449 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024. 13 **Empréstimos e financiamentos.** 13.1 **Composição dos saldos**

			2024	
Moeda nacional (R\$)	Custo da dívida (% a.a.)	Garantias	Principal e encargos	
			Circulante	Não circulante Total
Banco da Amazônia	IPCA + 1,68% a	Fiança bancária	387	135.256 135.643
(-) Custo de Captação	2,05%		(35)	(778) (813)
Total empréstimos e financiamentos			352	134.478 134.830

14.2 Características das Debêntures

Emissão	Característica das debêntures	Garantias	Série	Valor da emissão
1ª	(1)/(3)/(4)/(6)	Aval/Fiança	1ª	1.003.000
2ª	(1)/(3)/(4)/(5)/(6)/(7)	Aval/Fiança + -Receíveis	Única	955.000

(1) Emissão pública de debêntures simples; (3) Não conversíveis em ações; (4) Espécie quirogratária; (5) Debêntures Incentivadas; (6) Garantia Adicional fidejussória; (7) Garantia Adicional Real. As emissoras das debêntures incentivadas, conforme o artigo 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, alterada pelo Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, tem como obrigatória a aplicação da totalidade dos recursos captados nas emissões das debêntures no custeio das despesas já incorridas e/ou a incorrer relativas aos projetos enquadrados junto ao MDR - Ministério do Desenvolvimento Regional. A finalidade das debêntures incentivadas é captar recursos destinados a projetos de infraestrutura e todos os recursos obtidos foram utilizados pela Companhia para esse fim. 14.3 **Cronograma de amortização da dívida.** As parcelas relativas às debêntures e os seus vencimentos estão programados conforme descrito a seguir:

	2024	
Vencimento	Valor	%
Circulante	127.506	9%
2026	126.209	9%
2027	126.209	9%
2028	79.432	5%
2029	18.008	1%
De 2030 até 2052	987.934	68%
Subtotal	1.337.792	92%
Custo de captação (Não circulante)	(6.628)	-1%
Total não circulante	1.331.164	91%
Total debêntures	1.458.670	100%

14.4 **Covenants.** As debêntures contratadas pela Companhia possuem garantias fidejussórias e *covenants* não financeiros e financeiros (apurados por seu controlador final, Equatorial S.A.), cujo não cumprimento durante o período de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos. Abaixo estão apresentados os *covenants* financeiros presentes nos contratos de debêntures da Companhia: Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, medido em sua fiação, sendo menor ou igual a 4,5 (quatro inteiros e cinco décimos) com relação demonstrações contábeis relativas ao exercício findo de 31 de dezembro de 2024.

Covenants debêntures 1ª emissão debêntures 2ª emissão debêntures
1ª Dívida líquida/EBITDA ajustado: <=4,5 3,3 3,3

Moeda nacional (R\$)	Custo da dívida (% a.a.)	Garantias	Principal e encargos	
			Circulante	Não circulante Total
Banco da Amazônia	IPCA + 1,68% a	Fiança bancária	281	135.256 135.537
(-) Custo de Captação	2,05%		(15)	(586) (601)
Total empréstimos e financiamentos			266	134.670 134.936

13.2 Movimentação dos empréstimos

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	266	134.670	134.936
Encargos	9.510	—	9.510
Transferências	(48)	48	—
Pagamentos de Juros	(9.404)	—	(9.404)
Custo de captação (a)	28	(240)	(212)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	352	134.478	134.830

Saldos em 31 de dezembro de 2024

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	7	11.080	11.087
Ingressos	—	124.176	124.176
Encargos	2.803	—	2.803
Transferências	(23)	23	—
Pagamentos de Juros	(2.529)	—	(2.529)
Custo de captação (a)	8	(609)	(601)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	266	134.670	134.936

(a) Refere-se à movimentação do custo de transação/captação, quando positivo significa amortização e quando negativo, significa adição. 13.3 **Cronograma de amortização da dívida.** Os saldos por vencimento dos empréstimos e financiamentos estão apresentados abaixo:

	2024	
Vencimento	Valor	%
Circulante	352	0%
2028	5.636	4%
2029	6.763	6%
De 2030 até 2048	122.858	91%
Subtotal	135.257	101%
(-) Custo de Captação	(779)	-1%
Não circulante	134.478	100%
Total	134.830	100%

14 Debêntures. 14.1 Movimentação de debêntures

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	358.040	962.871	1.320.911
Encargos	45.061	69.683	114.744
Transferências	(253.451)	253.451	—
Pagamento de juros	(23.061)	—	(23.061)
Variação monetária	—	47.126	47.126
Custo de captação (a)	917	(1.967)	(1.050)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	127.506	1.331.164	1.458.670

Saldos em 31 de dezembro de 2024

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	—	1.147.076	1.147.076
Ingressos	—	955.000	955.000
Encargos	167.882	—	167.882
Transferências	1.138.779	(1.138.779)	—
Amortização principal (a)	(648.215)	—	(648.215)
Pagamento de juros	(301.500)	—	(301.500)
Variação monetária	—	5.268	5.268
Custo de captação (b)	1.094	(5.694)	(4.600)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	358.040	962.871	1.320.911

(a) Refere-se à movimentação do custo de transação/captação, quando positivo significa amortização e quando negativo adição. (b) Refere-se à movimentação do custo de transação/captação, quando positivo significa amortização e quando negativo, significa adição.

			2024		
Custo Nominal	Data da Emissão	Vencimento	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
CDI + 1,55 a.a.	dez/21	jun/27	127.728	251.761	379.489
IPCA + 6,79% a.a.	Nov/23	Out/52	(222)	1.079.403	1.079.181
			127.506	1.331.164	1.458.670

Os indicadores acima, obedecem fidedignamente aos conceitos de dívida líquida contratual e EBITDA contratual, conforme conceitos acordados e expressos nos documentos contratuais. Estas informações visam unicamente dar conhecimento acerca dos indicadores apurados em conformidade com as definições ora acordadas. Não há diferenças conceituais relevantes entre os indicadores mencionados e as definições contábeis de dívida líquida e EBITDA. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia cumpriu todas as obrigações e esteve dentro dos limites estipulados nos contratos. 15 **Imposto de renda contribuição social correntes e diferidos.** 15.1 **Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social.** A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e da despesa do imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e da contribuição social sobre lucro líquido (CSLL) debitada em resultado, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, está demonstrada a seguir:

	2024	2023
	IRPJ CSLL	IRPJ CSLL
Prejuízo contábil antes do IRPJ e da CSLL	(201.921) (201.921)	(234.079) (234.079)
Alíquota fiscal	25% 9%	25% 9%
Pela alíquota fiscal	50.480 18.173	58.520 21.067
Ajustes que afetaram o cálculo do tributo sobre lucro	(497) (9)	723 112
Outras adições (reversões) permanentes	(49.983) (18.164)	(59.243) (21.179)
Adições (reversões) de ativos fiscais não reconhecidos	— —	— —
IRPJ e CSLL correntes/diferido no resultado	— —	— —

15.2 **Impostos diferidos não reconhecidos.** A Companhia não constituiu impostos diferidos sobre base negativa e prejuízos fiscais, pois está em fase de afirmação do período de turn around e, conseqüentemente, aguardando a confirmação das projeções elaboradas pela Administração em relação a expectativa de lucros futuros tributáveis. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou o saldo de R\$178.329 (R\$ 74.739 em 31 de dezembro de 2023) a realizar na rubrica de impostos diferidos sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscais e base negativa de contribuição social.

Concessionária de Saneamento do Amapá SPE S.A.

CNPJ 44.109.598/0001-27

	2024		2023	
	Valor	Efeito Tributário	Valor	Efeito Tributário
Prejuízos fiscais acumulados	523.293	130.823	219.385	54.846
Base negativa de CSLL	527.840	47.506	221.035	19.893
Total	1.051.133	178.329	440.420	74.739

16 Provisão para riscos judiciais. A Companhia é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões trabalhista, cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base nas experiências anteriores referentes às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerada suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações cíveis em curso, conforme demonstrado:

	2024	2023
Provisão	Depósito vinculados	Provisão
Cível	607	2.501
Trabalhista	—	—
Total	607	2.501
Circulante	—	—
Não circulante	607	2.501

16.1 Movimentação dos riscos do exercício

	2023	2024
Saldo inicial	Adições	Utilização (1)
Cível	386	828
Trabalhista	22	28
Total contingências	408	856

(1) Gastos efetivos (pagamentos) com contingências judiciais; (2) Reversões realizadas no período; e (3) Atualizações monetárias mensais pelo INPC acrescido de 1% da taxa Selic. **16.2 Cível.** No período findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui 293 processos de natureza cível, cujos prognósticos de perda foram considerados prováveis e, consequentemente, foi constituída provisão no montante de R\$ 607 (R\$ 386 em 31 de dezembro de 2023).

Contingências cíveis (prognóstico provável de perda)

	2024	2023
Falha de Fornecimento	61	56
Cobrança Indevida	273	232
Fraude Questionada	3	—
Corte Indevido	105	52
Acidente de trânsito	3	—
Falha no atendimento	147	46
SPC/SERASA	9	—
Outras	6	—
Total	607	386

Além dos processos provisionados conforme mencionado acima, existem 9 outros processos cíveis, cuja prognóstico de perda foi avaliada como possível pela Administração, em 31 de dezembro de 2024, no montante de R\$ 25 (R\$ 213 em 31 de dezembro de 2023) para as quais não foram constituídas provisões.

Contingências cíveis (prognóstico possível)

	2024	2023
Falha de Fornecimento	14	9
Fraude Questionada	4	—
Outras	7	204
Total	25	213

16.3 Trabalhista. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui 1 processo de natureza trabalhista, cujo prognóstico de perda foi considerado possível, no montante de R\$ 35 (R\$ 22 em 31 de dezembro de 2023). **17. Passivo a descoberto.** **17.1 Capital social.** O capital subscrito é de R\$ 215.041 e o capital integralizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 160.331. A totalidade do capital subscrito será integralizado até 30 de junho de 2025. O capital social autorizado da Companhia é de R\$ 1.084.000 (um bilhão e oitenta e quatro milhões de reais). A composição por classe de ações e principais acionistas está demonstrada conforme a seguir:

	2024	
Ações ordinárias	%	
Equatorial Participações III S.A.	172.032.624	80%
SAM Ambiental e Engenharia S.A. ("SAM")	43.008.156	20%
Total	215.040.780	100%

Em 23 de dezembro de 2024, conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a alteração do Estatuto Social da Companhia para refletir o aumento no capital subscrito no valor de R\$ 57.710, com a emissão de 57.710.025 novas ações ordinárias, normativas e sem valor nominal, subscritas pela acionista Equatorial Participações e Investimentos III S.A. no valor de R\$ 46.168, e pela acionista SAM Ambiental e Engenharia S.A. no valor de R\$ 11.542. Desse total, 46.168.020 ações encontram-se pendentes de integralização, a qual deverá ocorrer até 30 de junho de 2025. Com a efetiva integralização, o Capital Social atingirá o total de R\$ 215.041. De acordo com o estatuto social, a Companhia fica autorizada a aumentar o seu capital social, independentemente de reforma estatutária, até o limite de R\$ 1.084.000 (um bilhão e oitenta e quatro milhões de reais), mediante a emissão de novas ações ordinárias, cuja quantidade não é prevista em estatuto. Dentro do limite do capital autorizado e das espécies e classes das ações existentes, independente de reforma estatutária, o Conselho de Administração será competente para deliberar sobre a emissão de ações para aumento de capital social da Companhia. Salvo deliberação em contrário do Conselho de Administração, os acionistas não terão direito de preferência em quaisquer emissões de ações, notas promissórias para distribuição pública, debêntures ou partes beneficiárias conversíveis em ações e bônus de subscrição, cuja alocação seja feita mediante venda em bolsa de valores, subscrição pública ou permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, nos termos do art. 172 da lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. **17.2 Plano de opção de compra de ações.** A Companhia instituiu Planos de Opção de Compra das ações a colaboradores dedicados ao Grupo Equatorial ("Grupo"), que representam direitos de compra de ações emitidas pela Equatorial S.A., e reconhece a transação com correspondente aumento do capital social e a emissão de novas ações para refletir o exercício das opções de compra outorgadas aos beneficiários. Conforme item 8, do CPC 10 (R1), os produtos ou serviços recebidos ou adquiridos em transação com pagamento baseado em ações que não se qualifiquem para fins de reconhecimento como ativos, devem ser reconhecidos como despesa do período. Esses planos são administrados pelo Conselho de Administração da Equatorial S.A. por intermédio de um Comitê de Pessoas, Governanças e Sustentabilidade e na legislação aplicável, é estabelecido as Diretrizes de Elaboração e Estruturação de cada Plano. **17.2.1 Quinto plano de opção de compra de ações.** Os beneficiários do Plano poderão exercer suas Opções no prazo máximo de 6 (seis) anos a partir da data de outorga das Opções. As opções tornam-se exercíveis ao longo de 4 (quatro) anos, sendo 25% em cada ano. **(a) Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco.** Desta forma, para as respectivas datas de outorga ou de final de exercício, adotou-se o preço de mercado da ação Equatorial S.A. na data, a volatilidade histórica (não foi adotada uma volatilidade esperada), o prazo médio de vencimento de cada lote das opções, o preço de exercício das opções ajustado por dividendos projetados para o período e a taxa livre de risco com base na curva dos títulos públicos federais futuro pré-fixado no prazo médio esperado de exercício de cada lote. Considerou-se ainda uma taxa de não subscrição de ações sobre as outorgadas, com base no histórico da Companhia como expectativa futura. **(b) Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado.** O preço de exercício foi calculado com base no preço de emissão das opções e ajustado pelos dividendos declarados no período. Como parâmetro de proventos, adotou-se o valor efetivamente declarados e uma estimativa futura

de acordo com parâmetros internos. **(c) Forma de determinação da volatilidade esperada.** Para a volatilidade, utilizou-se a volatilidade histórica das ações para cada prazo médio de exercício de cada lote. A tabela a seguir mostra a movimentação das opções no exercício:

4º Outorga (Direito de compra de ações da Equatorial S.A.)

	2024	2023
Data da outorga: 11/03/2022		
Quantidade outorgada	150.000	150.000
Valor justo na data de outorga	23,59	23,59
Preço da ação na data de outorga	25,34	25,34
Valor justo ponderado do vesting period	23,28	23,28
Volatilidade esperada (média ponderada)	30,89%	30,89%
Vida da opção em anos (expectativa de vida média ponderada)	4,25	4,25
Taxa de juros livre de risco (média baseada em títulos públicos)	12,26%	12,26%

Para a volatilidade, utilizou-se a volatilidade histórica das ações para cada prazo médio de exercício de cada lote. A tabela a seguir mostra a movimentação das opções no exercício:

	2024	2023
Em opções	Número de opções	Número de opções
Existentes em 1º de janeiro	150.000	150.000
Encerradas no período/exercício	(150.000)	—
Existentes ao fim do período/exercício	—	150.000

A despesa reconhecida no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, em contrapartida ao patrimônio líquido, foi de R\$ 179 (R\$ 5 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023) e refere-se ao valor justo reconhecido durante o vesting period que é avaliado em cada data base. Ressalta-se que este plano de opção é classificado como instrumento patrimonial, visto que a Companhia deve mensurar e reconhecer a transação com correspondente aumento do seu patrimônio líquido como contribuição (aporte) da Equatorial S.A., conforme CPC 10 (R1). **18. Receita operacional líquida**

	2024	2023
Receita de prestação de serviços	95.871	84.149
Serviços de abastecimento de água	126.736	73.035
Receita de construção (a)	6.646	2.624
Outras receitas	229.253	159.808

Receita operacional bruta

Deduções da receita

PIS e COFINS (9.497) (8.024)

Encargos do consumidor (2.010) (1.633)

Deduções da receita operacional (11.507) (9.657)

Receita operacional líquida 217.746 150.151

(a) O aumento em 2024 em relação a 2023 ocorreu devido aos avanços físicos e financeiros das obras de expansão e melhorias. **19. Custos do serviço e despesas operacionais**

	Custo de bens e serviços	Despesas com vendas	Despesas adminis- trativas	redução ao valor recuperável	Total
Pessoal	(9.633)	(2.215)	(16.931)	—	(28.779)
Materiais e insumos	(8.881)	(7)	(235)	—	(9.123)
Serviços de terceiros	(2.765)	(6.736)	(4.726)	—	(14.227)
Custo de construção (a)	(126.736)	—	—	—	(126.736)
Arrendamento de aluguéis	(900)	(37)	(37)	—	(974)
PECLD	—	—	—	(30.004)	(30.004)
Provisão para riscos judiciais	—	—	(482)	—	(482)
Amortização	(462)	—	(28.957)	—	(29.419)
Outros	(9.921)	(43)	(545)	(1.045)	(11.554)
Total	(159.298)	(9.038)	(51.913)	(31.049)	(251.298)

	2023			Perdas por
	Custo de bens e serviços	Despesas com vendas	Despesas administrativas	redução ao valor recuperável
				Total
Pessoal	(10.702)	(2.500)	(16.092)	—
Materiais e insumos	(12.120)	(87)	(809)	—
Serviços de terceiros	(3.665)	(6.414)	(11.965)	—
Custo de construção (a)	(73.035)	—	—	—
Arrendamento de aluguéis	(160)	(22)	(45)	—
PECLD	—	—	—	(34.994)
Provisão para riscos judiciais	—	—	(331)	—
Amortização	—	—	(29.006)	—
Outros	(12.812)	3	(735)	—
Total	(112.494)	(9.020)	(58.983)	(34.994)

(a) aumento em 2024 em relação a 2023 ocorreu devido aos avanços físicos e financeiros das obras de expansão e melhorias. **20. Outras despesas operacionais, líquidas**

	2024	2023
Outras receitas operacionais	404	—

Outras despesas operacionais

Indenização por danos a terceiros (131) (42)

Outras despesas operacionais (2.525) (1.497)

Total de outras despesas operacionais (2.656) (1.539)

Total outras (despesas) / receitas operacionais, líquidas (2.252) (1.539)

21. Resultado financeiro

	2024	2023
Receitas financeiras	6.428	11.940
Rendas de aplicações financeiras	(524)	(576)
(-) PIS/COFINS sobre receita financeira	3.608	463
Outras receitas financeiras	9.512	11.827

Total de receitas financeiras

Despesas financeiras

Encargos da dívida (a) (124.773) (170.439)

Variação monetária e cambial da dívida (a) (46.911) (5.268)

Atualização de contingências (25) (68)

Juros e multas (386) (8)

Outras despesas financeiras (3.534) (3.242)

Total de despesas financeiras (175.629) (179.025)

Resultado financeiro líquido (166.117) (167.198)

(a) Na rubrica de encargos e variação monetária da dívida, observou-se uma leve redução, resultante da combinação dos efeitos do IPCA e do CDI. O IPCA, que representa 76% da dívida, registrou 4,83% em 2024, em comparação com 4,62% em 2023. Já o CDI, responsável por 24% da dívida, apresentou 10,88% em 2024, ante 13,04% no ano anterior. **22. Instrumentos financeiros.** **22.1 Considerações gerais.** A Companhia efetuou análise dos seus instrumentos financeiros, a seguir: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, fornecedor, passivo de arrendamento, empréstimos e financiamentos, e debêntures, procedendo as devidas adequações em sua contabilização, quando necessário. A administração desses instrumentos financeiros é por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Administração faz uso dos instrumentos financeiros visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos e proteger-se

Concessionária de Saneamento do Amapá SPE S.A.

CNPJ 44.109.598/0001-27

de variações de taxas de juros ou câmbio e obedecer aos índices financeiros constituídos em seus contratos de financiamento (*covenants*). **22.2 Mensuração de valor justo.** Os saldos contábeis e os valores justos dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e 2023 estão identificados conforme a seguir:

Ativo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	2024		2023	
			Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	-	Custo	317	317	228	228
Caixa e equivalentes de caixa (Fundos de investimentos)	2	amortizado	2.401	2.401	105.394	105.394
		Valor justo por meio do resultado	2.639	2.639	12.012	12.012
Aplicações financeiras	2	Custo	43.733	43.733	37.352	37.352
Contas a receber de clientes	-	amortizado	49.090	49.090	154.986	154.986
Total do ativo			105.549	105.549	299.970	299.970

Passivo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	2024		2023	
			Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Fornecedor	-	Custo amortizado	46.851	46.851	25.206	25.206
Fornecedor - risco sacado	-	Custo amortizado	302	302	-	-
Passivo de arrendamento	-	Custo amortizado	11.295	11.295	2.323	2.323
Empréstimos e financiamentos	2	Custo amortizado	134.830	135.643	134.936	135.538
Debêntures	2	Custo amortizado	1.458.670	1.295.481	1.320.911	2.005.182
Total do passivo			1.651.948	1.489.572	1.483.376	2.168.249

Caixa - Depósitos bancários - são classificados como custo amortizado e estão registrados pelos seus valores originais. **Equivalentes de caixa** - são classificados como de valor justo por meio do resultado. Nível 1 na hierarquia de valor justo; **Aplicações financeiras** - são classificados como de valor justo por meio do resultado. Em sua maioria, são aplicados em fundos. Os fatores relevantes para avaliação ao valor justo são publicamente observáveis, tais como CDI. Nível 2 na hierarquia de valor justo; **Contas a receber de clientes** - decorrem diretamente das operações da Companhia e são classificados como custo amortizado, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável; **Fornecedores** - decorrem diretamente da operação da Companhia e são classificados como passivo ao custo amortizado; **Fornecedores risco sacado** - decorrem de transações da Companhia e seus fornecedores de materiais e serviços e são classificados como passivo ao custo amortizado; **Empréstimos e financiamentos** - têm o propósito de gerar recursos para financiar os programas de investimento da Companhia e, eventualmente, gerenciar necessidades de curto prazo. São classificados como passivo ao custo amortizado e estão contabilizados pelos seus valores amortizados. Nível 2 na hierarquia de valor justo; **Debêntures** - são classificados como passivo ao custo amortizado e estão contabilizados pelo seu valor amortizado. Para fins de divulgação, as debêntures tiveram seus valores de mercado calculados com base em taxas de mercado, divulgadas pela B3 e ANBIMA. Nível 2 na hierarquia de valor justo; **Passivo de arrendamento** - composto pelas obrigações decorrentes de contratos de locações e leasing que se enquadram no escopo do CPC 06 (R2). Os saldos são trazidos a valor presente por meio de fluxo de caixa descontado para o período de vigência de cada contrato e são classificados como passivo ao custo amortizado; **22.3 Gerenciamento dos riscos financeiros.** O Conselho de Administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. A Administração da Companhia define a forma de tratamento e os responsáveis por acompanhar cada um dos riscos levantados, para sua prevenção e controle. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas suas atividades. A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações. O Comitê de Auditoria da Controladora Equatorial S.A., supervisiona a forma como a Administração da Companhia monitora a aderência aos procedimentos de gerenciamento de risco, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos aos quais está exposta. O Comitê de Auditoria é auxiliado pelo time de auditoria interna na execução de suas atribuições. A auditoria interna realiza revisões regulares e esporádicas nos procedimentos de gerenciamento de risco, e o resultado é reportado para o Comitê de Auditoria. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não houve mudança nas políticas de gerenciamento de risco em relação ao exercício anterior, findo em 31 de dezembro de 2023. **(a) Risco de crédito.** O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao reconhecimento de perdas. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação às contas a receber) e de financiamento, incluindo caixa e equivalentes de caixa e outros instrumentos financeiros. **(i) Caixa e equivalente de caixa.** A Companhia detém caixa e equivalentes de caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 no montante de R\$ 2.718 (R\$ 105.622 em 31 de dezembro de 2023), mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem rating entre AA- e AA+, baseado nas agências de rating *Fitch Ratings* e *Standard & Poors*. A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos ratings de crédito externos das contrapartes. Quando da aplicação inicial do CPC 48 - Instrumentos financeiros, a Companhia julgou não ser necessário a constituição de provisão. **(ii) Contas a receber de clientes.** O contas a receber é composto pelas faturas de água e esgoto, de consumidores não faturados e pelos parcelamentos de débitos das contas do fornecimento dos serviços de água e esgoto vencidos de consumidores inadimplentes, e a representatividade é influenciada pelas características da área de concessão. A Companhia estabelece as políticas de cobrança para as classes de clientes para reduzir os níveis de inadimplência, e consequentemente, a recuperação dos valores recebíveis. Todas as políticas de cobrança estabelecidas estão em consonância com a legislação brasileira. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a exposição máxima ao risco de crédito para contas a receber de clientes por classe consumidora estava assim apresentada:

Classe Consumidora	2024		Parcela-mentos	Não Faturados	Total	%
	Serviços de água	Serviços de esgoto				
Residencial	76.640	5.849	7.146	4.518	94.153	86%
Industrial	17	4	-	2	23	0%
Comercial	5.675	2.278	623	534	9.110	8%
Serviço público	2.763	877	1.394	831	5.865	5%
Total	85.095	9.008	9.163	5.885	109.151	100%

Classe Consumidora	2023		Não Faturados	Total	%
	Serviços de água	Serviços de esgoto			
Residencial	53.580	6.156	3.010	62.746	87%
Industrial	40	16	3	59	0%
Comercial	3.983	1.566	323	5.872	8%
Serviço público	2.501	658	510	3.669	5%
Total	60.104	8.396	3.846	72.346	100%

A Companhia registrou uma provisão para perda que representa sua melhor estimativa de perdas referentes à Contas a receber de clientes, conforme apresentado nas notas explicativas nº 7.2 e 3.10 - Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa. **Perda esperada de crédito de liquidação duvidosa**

Faixa	Saldo contábil bruto Parcela-mentos	%Taxa média ponderada da perda média do Parcelado	2024		2023	
			Saldo	%Taxa média ponderada da perda média do Faturado	Saldo	%Taxa média ponderada da perda média do Faturado
A Vencer	6.672	23,92%	1.596	3,325	24,33%	809
Vencido 1 a 30	438	41,55%	182	6,192	44,60%	2.761
Vencido 31 a 60	293	47,72%	140	4,670	46,57%	2.175
Vencido 61 a 90	175	51,32%	90	3,358	56,96%	1.913
Vencido 91 a 120	202	53,88%	109	4,332	62,99%	2.728
Vencido 121 a 150	115	55,86%	64	2,631	62,99%	1.657
Vencido 151 a 180	183	57,48%	105	3,224	63,70%	2.054
Vencido 181 a 210	236	58,85%	139	3,412	63,98%	2.183
Vencido 211 a 240	125	60,04%	75	3,280	64,26%	2.108
Vencido 241 a 270	113	61,09%	69	3,139	65,17%	2.046
Vencido 271 a 300	113	62,02%	70	3,204	65,98%	2.114
Vencido 301 a 330	98	62,87%	62	3,164	66,71%	2.111
Vencido 331 a 360	90	63,65%	57	3,203	67,38%	2.158
Vencido 361 a 390	73	64,36%	47	3,113	68,00%	2.117
Vencido 391 a 420	61	65,02%	40	3,160	68,57%	2.167
Vencido 421 a 450	47	65,63%	31	3,097	69,10%	2.140
Vencido 451 a 630	121	68,62%	83	16,876	71,70%	12.099
Vencido 631 a 720	8	69,81%	5	7,973	72,72%	5.799
Vencido 721 a 810	-	70,86%	-	7,321	73,63%	5.390
Vencido 811 a 990	-	72,64%	-	5,429	75,02%	4.073
Total	9.163		2.964	94.103	60.602	

PECLD não faturados

Faixa	Saldo contábil bruto não faturados	%Taxa média ponderada de perda média do não faturado	Saldo PECLD
A vencer	5.885	24,33%	1.432

(b) Risco de liquidez. Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentadas nas notas explicativas nº 13 - Empréstimos e financiamentos e nº 14 - Debêntures. A Companhia tem obtido recursos a partir da sua atividade comercial e do mercado financeiro, destinando-os principalmente ao seu programa de investimentos e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros. A gestão dos investimentos financeiros tem foco em instrumentos de curto prazo, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos. A geração de caixa da Companhia e sua pouca volatilidade nos recebimentos e obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano, prestam à Companhia estabilidade nos seus fluxos, reduzindo o seu risco de liquidez. **(i) Exposição ao risco de liquidez.** A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação:

Passivos financeiros não derivativos	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual		2-12 meses ou menos	1-2 anos	2-5 anos	Mais que 5 anos
		Valor	2 meses ou menos				
Empréstimos bancários com garantia	134.830	255.077	1.044	6.823	7.494	25.208	214.508
Títulos de dívida emitidos com garantia (Debêntures)	1.458.670	5.400.158	-	173.984	157.772	280.947	4.787.455
Fornecedores	46.851	46.851	28.950	17.901	-	-	-
Fornecedor risco sacado	302	302	302	-	-	-	-
Total fornecedores	1.640.653	5.702.388	30.296	198.708	165.266	306.155	5.001.963
Passivo de arrendamento	11.295	11.295	206	795	172	652	9.470
Total	1.651.948	5.713.683	30.502	199.503	165.438	306.807	5.011.433

Os fluxos de entradas/(saídas), divulgados na tabela acima, representam os fluxos de caixa contratuais não descontados relacionados aos passivos financeiros mantidos para fins de gerenciamento de risco e que normalmente não são encerrados antes do vencimento contratual. Adicionalmente, conforme divulgado na nota explicativa nº 14 - Debêntures, a Companhia possui operações financeiras com cláusulas contratuais restritivas (*covenants*). O não cumprimento futuro desta cláusula contratual restritiva pode exigir que a Companhia liquide a dívida antes da data prevista. Estas cláusulas contratuais restritivas são monitoradas regularmente pela diretoria financeira e reportada periodicamente para a Administração para garantir que o contrato esteja sendo cumprido. Não gerando qualquer expectativa futura de que as condições acordadas não sejam cumpridas pela Companhia. **(c) Risco de taxa de juros.** Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta das variações das taxas de juros da economia, que afetam os empréstimos e financiamentos e as aplicações financeiras. A Companhia monitora continuamente as variações dos indexadores com o objetivo de avaliar a eventual necessidade da contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas. A seguir são demonstrados os impactos dessas variações na rentabilidade dos investimentos financeiros e no endividamento em moeda nacional. A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros da Companhia foi demonstrada em cinco cenários, em conformidade com o CPC 48, um cenário com a taxa projetada para 12 meses (Cenário Provável); mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) da cotação da moeda estrangeira considerada. Foi incluído ainda mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a redução de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V) desses indexadores.

Concessionária de Saneamento do Amapá SPE S.A.

CNPJ 44.109.598/0001-27

* continuação

			Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros					
			Impacto no resultado					
Operação	Risco	Saldo em R\$ (exposição)	Cenário Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%	Cenário IV -25%	Cenário V -50%	
Ativos								
Financeiros								
Aplicações financeiras	CDI	5.040	5.817	6.011	6.205	5.623	5.429	
Impacto no resultado				194	388	(194)	(388)	
Passivos								
financeiros								
Empréstimos, financiamentos e debêntures	CDI IPCA	(380.587) (1.221.017)	(439.235) (1.299.650)	(453.898) (1.319.309)	(468.560) (1.338.967)	(424.573) (1.279.992)	(409.911) (1.260.334)	
Total de passivos financeiros		(1.601.604)	(1.738.885)	(1.773.207)	(1.807.527)	(1.704.565)	(1.670.245)	
Impacto líquido no resultado				(34.320)	(68.641)	34.320	68.641	
Efeito líquido no resultado				(34.126)	(68.253)	34.126	68.253	
Referência para ativos e passivos financeiros¹			Taxa projetada	Taxa em 31/12/2023	+25%	+50%	-25%	-50%
CDI (% 12 meses)			15,41%	10,88%	19,26%	23,12%	11,56%	7,71%
IPCA (% 12 meses)			6,44%	4,87%	8,05%	9,66%	4,83%	3,22%
Fonte: B3								

Fonte: B3

(d) **Risco de vencimento antecipado.** A Companhia possui debêntures com *covenants* que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses índices pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. A Administração acompanha suas posições, bem como projeta seu endividamento futuro para atuar preventivamente aos limites de endividamento mencionados na nota explicativa nº 14 - Debêntures. (e) **Gestão de capital.** A política da Administração da Companhia é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e do mercado e o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e o nível de dividendos para os acionistas. A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de alavancagem e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável, estabelecendo e acompanhando as diretrizes dos níveis de endividamento e liquidez, assim como as condições de custo e prazo dos financiamentos contratados. **23. Demonstração dos**

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis: Ao Conselho de Administração e Diretoria da **Concessionária de Saneamento do Amapá SPE S.A.:** Macapá - AP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da Concessionária de Saneamento do Amapá SPE S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia. **Controles gerais de tecnologia de informação:** A Companhia e suas controladas, devido ao elevado número de transações, utilizam-se de uma complexa estrutura de sistemas e controles de tecnologia da informação, sejam eles manuais, automatizados e dependentes dos sistemas integrados de gestão. A eficácia no desenho e na operação destes controles é de suma importância para que os registros contábeis e, por consequência, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas estejam livres de erros materiais. Essa estrutura encontra-se em diferentes níveis de maturação e os riscos relacionados aos processos de tecnologia da informação relevantes para as transações processadas nos diferentes sistemas podem resultar em informações críticas incorretas, inclusive as utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Devido à importância dos controles gerais de tecnologia da informação, consideramos essa área como relevante para a nossa auditoria. Como nossa auditoria conduziu esse assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, (i) a avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles gerais de TI ("ITGCs") implementados pelas Companhias para os sistemas considerados relevantes para o processo de auditoria; (ii) analisamos, em bases amostrais, o processo de autorização e concessão de usuários, de revogação temporária de acesso a colaboradores transferidos ou desligados e de revisão periódica de usuários; (iii) avaliamos as políticas de senhas, configurações de segurança e acesso aos recursos de tecnologia; (iv) avaliamos se as mudanças nos sistemas foram devidamente autorizadas e aprovadas conforme o desenho dos referidos controles; (v) analisamos o processo de gestão das operações, com foco nas políticas para realização de salvaguarda de informações e a tempestividade no tratamento de incidentes. Esses procedimentos, quando necessário, foram executados com o envolvimento dos nossos profissionais de tecnologia. A combinação das deficiências dos controles internos encontradas no processo de gestão de acessos e mudanças representou uma deficiência significativa e, portanto, alteraram a nossa avaliação quanto à natureza, época e amplitude a extensão de nossos procedimentos substantivos planejados para obtermos evidências de auditoria suficientes e adequadas no tocante às contas contábeis envolvidas. Os nossos procedimentos adicionais incluíram, dentre outros, a avaliação substantiva da integridade dos relatórios produzidos pelos sistemas relacionados e utilizados em nossos procedimentos de auditoria. Com base nos resultados dos procedimentos acima, consideramos aceitáveis as informações extraídas dos sistemas das Companhias para planejamento e execução dos nossos testes no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Reco-**

fluxos de caixa. 23.1 Transações que não afetam caixa. O CPC 03 (R2) - Demonstrações de Fluxo de Caixa, em sua revisão, trouxe que as transações de investimento e financiamento que não envolvem o uso de caixa ou equivalente de caixa devem ser excluídas das demonstrações de fluxo de caixa e apresentadas separadamente em nota explicativa. Todas as demonstrações que não envolveram o uso de caixa ou equivalente de caixa, estão demonstrados na tabela abaixo:

		Fluxo de caixa
Atividades de investimento		
Transferências entre ativos de contrato e intangível		6.638
Adição de ativos de contrato com contrapartida em fornecedores		5.194
Adição de ativos de contrato com contrapartida em obrigações e encargos sobre folha de pagamento		7.284
Total de atividades de investimento		19.116
Atividades de financiamento		
Capitalização de juros de empréstimos		215
Reconhecimento de passivo de arrendamento		10.078
Total de atividades de financiamento		10.293
Total		28.409

continuação

Concessionária de Saneamento do Amapá SPE S.A.

CNPJ 44.109.598/0001-27

das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Outros assuntos:** *Demonstração do valor adicionado:* A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Fortaleza, 26 de março de 2025. ERNST & YOUNG - Auditores Independentes S/S Ltda. - CRC CE-001042/F. Nathália Araújo Domingues - Contador CRC CE-020833/O

**QUEM JÁ FEZ,
VAI FAZER
MUITO MAIS!**

OBRAS que deixam
MACAPÁ
com cara de
Cidade Grande

**Prefeitura de
MACAPÁ**
Trabalhando de coração pelo nosso povo

CLASSIFICADOS

FALE COM O COMERCIAL

E-mail: comercial.da@bol.com.br

site: www.diariodoamapa.com

twitter: @diariodoamapa

Instagram: @diariodoamapa

JÁ BAIXOU NOSSO APP?

ESCANEIE O QR CODE



BAIXE NOSSO APP
ALTAIR PEREIRA IMÓVEIS



DISPONÍVEL NO
Google Play

Disponível na
App Store

CRECI 02 - J

SERVIÇOS
SERVICES

COMPRA
BUY / ACHAT

VENDA
SELL / VENTE

LOCAÇÃO
RENTAL / LOCATION

AVALIAÇÃO
EVALUATION / ÉVALUATION

ADMINISTRAÇÃO
ADMINISTRATION

CONSULTORIA
CONSULTING / CONSULTANT

LEGALIZAÇÃO
LEGALIZATION / LÉGISLATION



ALTAIR PEREIRA IMÓVEIS
DESDE 1976
SHOPPING
Imobiliário

96 98113-7575

Av. Iracema Carvão Nunes, 290 - Centro, Macapá, Amapá.

CRECI 02 - J

VENDE
TREM

Imóvel de 02(dois) pavimentos contendo no térreo: 03 (três) garagens, pátio, salas de estar e jantar, escritório, 02 (duas) suítes, 01 (um) quarto, banheiro social, cozinha, lavanderia, área gourmet, área de serviço, depósito e banheiro externo; e nos altos contendo: sala, banheiro social, 02 (dois) quartos e varanda. Imóvel contém sistema de Energia solar, e poço artesiano,

VALOR: R\$550.000,00



ALUGA
UNIVERSIDADE

Excelente apartamento disponível para locação, contendo as seguintes dependências:

Características do imóvel:

- Sala com ar-condicionado
- Cozinha equipada
- 1 Quarto
- comarcondicionado
- 1 Suíte com ar-condicionado
- 1 Banheiro social

Localizado no térreo, com fácil acesso

Ambientes com mobília básica

VALOR R\$2.200,00



VENDE
CENTRAL

Imóvel contendo: 03 apartamentos antigos em um amplo terreno de 504m². Cada apartamento possui sala, 2 quartos, cozinha, garagem e área de serviço. próximo a comércios, serviços e transporte público

R\$1.200.000,00



VENDE
UNIVERSIDADE

Imóvel murado com cerca elétrica, gradeado, piso lajotado, contendo as seguintes dependências: Garagem para 02 (dois) veículos, sala de estar, 03 (três) quartos, 01 (uma) suíte, cozinha, banheiro social, área de serviço, depósito e quintal.

VALOR: R\$200.000,00



ALUGA
MUCA

Apartamento com 01 suíte, sala conjugada com cozinha e lavanderia.

R\$450,00



VENDE
CENTRAL

Você busca o local perfeito para construir a casa dos seus sonhos ou investir em um terreno com grande potencial de valorização? Lote Plano, 15,00 metros de frente por 30,00 metros de fundo. Área Total: 450,00 m². Localização estratégica, com fácil acesso a serviços, comércios e lazer. Ampla área.

R\$1.500.000,00



ALUGA
MARABAIXO

Imóvel residencial piso porcelanato, forro em gesso, contendo no térreo, garagem, sala de estar, sala jantar, suíte, cozinha, área de serviços, área gourmet, churrasqueira e piscina. No pavimento superior Hall, quarto, suíte:

R\$4.000,00



ALUGA
SANTA RITA

Imóvel residencial, contendo: Térreo: Sala, 2 (dois) quartos, 1 (uma) suíte, banheiro, cozinha e área de serviço, Primeiro pavimento: 2 (dois) quartos e 1 (um) banheiro

VALOR: R\$2.700,00



VENDE
BURITIZAL

Apartamento (Nos Altos): Confortável apartamento com sala, cozinha prática, área de serviço, 02 quartos e banheiro com acessibilidade. Conta ainda com depósito sob a escada, banheiro com acessibilidade e 02 depósitos adicionais.

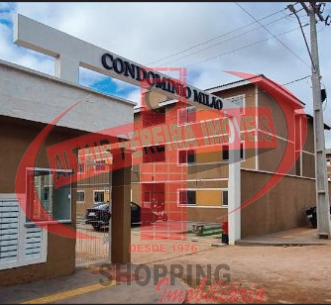
VALOR: R\$ 1.500.000,00



ALUGA
JARDIM EQUATORIAL

Um apartamento perfeito para moradia no condomínio milão, sendo no térreo, contendo as seguintes dependências: 2(dois) quartos, 1 (um) banheiro, sala, cozinha, uma vaga de garagem e com uma área externa de serviço. Faça uma visita e conheça este belo imóvel de perto!

VALOR: R\$900,00



ALUGA
RENASCER

Imóvel residencial, contendo as seguintes dependências: Garagem para 02 (dois) veículos, pátio, sala de estar/jantar, 02 (dois) quartos, suíte, banheiro social, cozinha área de serviço e banheiro externo.

R\$2.700,00



VENDE
JARDOM MARCO ZERO

TLotes urbano integrante do condomínio Golden Park medindo 21 de frente e 23 de fundos totalizando 483 m2, plano, regular e frente para o nascente.

VALOR: R\$320.000,00



ALUGA
UNIVERSIDADE

Apartamento disponível para locação, localizado no residencial Brisa do Norte. Contendo: sala conjugada com cozinha, banheiro social, quarto, área de serviço e garagem.

VALOR: R\$680,00



ALUGA
RENASCER 2

Casa com piso em lajota e forro misto (laje/PVC). No térreo, conta com garagem para 2 carros, sala de estar, 2 quartos, banheiro social, cozinha, área de serviços e um espaço gourmet com piscina e lavabo.

VALOR: R\$3.000,00



CLASSIFICADOS



TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO PROCESSO Nº 0510.2707/2024 PMI

O **Prefeito do Município de Itaubal**, Estado do Amapá, no uso das atribuições que são conferidas pela legislação em vigor, a vista dos pareceres da Central de Licitações e da Procuradoria Geral do Município, resolve:

ADJUDICAR E HOMOLOGAR nos termos do Art. 71. inciso IV da lei federal nº 14.133/2021 e posteriores alterações, a presente licitação nestes termos. Processo administrativo de nº 0510.2707/2024 PMI.

Modalidade: **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICO Nº 02/2025 - CL/PMI**

Objeto: CONSTRUÇÃO DE UMA CASA DE MANIPULAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS NO MUNICÍPIO DE ITAUBAL/AP. Conforme detalhamento constante no Estudo Técnico Preliminar, Especificações Técnicas, Memorial Descritivo, Estudos Preliminares, Levantamento Fotográfico, Orçamento Sintético, Planilha Orçamentária Analítica, Cronograma Físico e Financeiro, BDI, e Plantas anexas

Data Homologação: 14/04/2025

Valor Homologado: R\$ 761.000,00 (setecentos e sessenta e um mil).

Empresa: **CONEXÃO EDIFICAÇÃO LTDA**

CNPJ(MF) nº: 20.290.089/0001-85

Itaubal-AP, 14 de abril de 2025.

Jaisom da Costa Picanço
Prefeito de Itaubal

CNPJ: 34.925.214/0001-90
Rua Laurita Almeida Barbosa, nº 1134, Centro, Itaubal/AP

Claudionor Soares
&
Tayná Cardoso
Advocacia e Consultoria Jurídica
96 99110-9142
96 98140-2253
advogados.soarescardosoap@gmail.com

NANDO MOTOS
Competition
PEÇAS E ACESSÓRIOS
E-mail: nandomotosap@bol.com.br
Rebok Gratuito 24 horas
ALINHADOR DE CHASSI
HONDA
SUZUKI
YAMAHA
KAWASAKI
OUTRAS
Rua Claudomiro de Moraes, 249 - Buritizal
Fones: (96) 3242-4035 / 9971-3435 Macapá-AP



autenticidade das publicações podem ser conferidas através do link:

<https://l1nq.com/Pkp01>

NOVA ELETRÔNICA AUDIO SYSTEM

- Antena Externa para TV
- Antena de Celular Rural
- Microfone
- Parabólica Completa
- Receptor para Parabólica
- Suporte para TV's
- Caixa Amplificada
- Fonte para Notebook
- Fonte para Teclado
- Cabos para Microfone
- Violão, Guitarra ...
- Encordoamento para Violão
- Guitarra, Cavaquinho...
- Controle para TV e DVD

(96) 9122-1518
3081-4202

Av. Mendonça Júnior, 326
Bairro: Centro - Macapá/AP

Baixe o App da Diário FM e ouça 24 h a melhor programação

GET IT ON Google play Available on the App Store

Rádio DIÁRIO FM
SUA RÁDIO COM ESTILO 90.9

Donna Coxinha
SINCE 2017

Salgados frito na hora

100 A PARTIR DE SALGADOS R\$ 24,99

Rua Odiardo Silva, 1801 - Centro
9 9115-2525

CLASSIFICADOS

FALE COM O COMERCIAL

E-mail: comercial.da@bol.com.br

site: www.diariodoamapa.com

twitter: @diariodoamapa

Instagram: @diariodoamapa

BRITO

Corretor Responsável
CRECI - Ap 235-S

Imóveis

VENDA/ALUGA

 **(96) 3223-5475**

 **(96) 99131-2927**

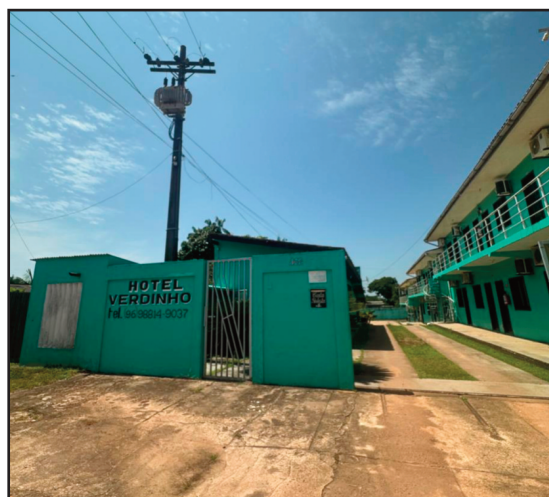
VENDE

Excelente imóvel situado no Residencial Platon em 4 lotes sendo a Casa com 5 suítes, garagem para 6 carros, piscina área gourmet, mais duas suítes externas, campo de futebol e área com canil e arvores frutíferas. Agende uma visita. Valor R\$850.000,00



VENDE

Hotel no Município de Pedra Branca com 24 aptos mobiliados com centrais de ar em todos os aptos, camas box, frigobares, gerador de energia de 75 KVA, área total de 1354 m2, em dois pavimentos com área de recepção, almoxarifado, copa e cozinha, banheiro de serviço, além de área para estacionamento. Agende uma visita. Valor R\$2.500.000,00



LOCAÇÃO - Casa com três quartos sendo um suíte, sala de estar e jantar, copa e cozinha, banheiro social, quintal e garagem para três veículos. Localizada no Bairro Pacoval. Valor do aluguel mensal R\$ 1.500,00



VENDE - Casa no Município de Salinópolis no Pará, em área privilegiada em terreno de 2930m2 de área total, com uma casa de dois pavimentos de 244m2 com térreo cozinha, despensa, quarto, e banheiro, além de um grande pátio, no andar de cima 4 suítes com armários embutidos em madeira de lei. Edícula externa com uma kit net, dois banheiros e depósito, uma grande área gramada com várias arvores frutíferas e jardim. Agende uma visita. Valor R\$ 750.000,00



VENDE
Casa de dois andares, titulada, apta a financiamento, Município de Santana, com os seguintes cômodos: 5 quartos sendo 4 suítes, 7 banheiros, Garagem para 10 carros, Área gourmet completa com piscina adulto e infantil, churrasqueira. Casa com acabamento de alto Padrão em local privilegiado.

Valor R\$ 980.000,00



VENDE
Casa no Jardim Europa, com 3 quartos suítes, sendo um com closet, garagem para dois carros, área gourmet, toda em acabamento de primeira em porcelanato e portas laqueadas com 170 m2 de área construída em terreno de 10X25. Agende a sua visita. Valor R\$ 630.000,00



VENDE
Chácara denominada Sítio do Pica Pau Amarelo de 11,3 Ha na linha E do Km 9, área asfaltada e perto da cidade, com documentação rural em dia, para o seu lazer ou para outras atividades. Agende uma Visita. Valor R\$ 2.500.000,00



VENDE
Terreno no Pacoval com 15X30 em rua asfaltada, todo murado e com calçada feita, sem construção, mas com várias arvores frutíferas, pronto para construir. Agende uma visita. Valor R\$100.000,00



VENDE
Excelente área no município de Santana, Bairro Paraíso, edificada com galpão com duas salas comerciais e laterais cobertas para estacionamento, área total de 1200m2, além de uma edícula com sala, quarto e banheiro. Agende uma visita. Valor : R\$ 700.000,00

CLASSIFICADOS

FALE COM O COMERCIAL

E-mail: comercial.da@bol.com.br
site: www.diariodoamapa.com
twitter: @diariodoamapa
Instagram: @diariodoamapa



Aqui seu imóvel é uma realidade

Av. Presidente Vargas 1917-A
 Bairro: Central - Macapá-AP
 Fones: (96) 3222-1550 / (96) 8112-0224
 (96) 8806-4650 / (96) 9144-8744

www.oliveiraimoveisap.com.br

VENDA RESIDENCIA

AÇAI

Oliveira Imóveis – 0011/2013

VENDO UMA CASA COM ACABAMENTO EM ALVENARIA CONTENDO: GARAGEM PARA 02 CARROS, SALA, 03 SUÍTES, BANHEIRO SOCIAL, COZINHA. O MESMO ESTÁ MURADO E FORRADO E TEM SUAS MEDIAÇÕES 10 X 2. LOCALIZADO NA RUA ANANÁIS Nº 426. VALOR R\$ 80.000,00 (OITENTA MIL REAIS). Contatos: 3222-1550/9168-5673/8806-4650. -E-mail: oliveiraimoveiscomercial@gmail.com e Site www.oliveiraimoveisap.com.br

Oliveira Imóveis – 0153/2012

VENDO UMA CASA TITULADA E REGISTRADA, COM ACABAMENTO EM ALVENARIA CONTENDO: GARAGEM PARA 01 CARRO, 01 SALAS, 03 QUARTOS SENDO 01 SUÍTE, BANHEIRO SOCIAL, COZINHA, ÁREA DE SERVIÇO. O MESMO ESTÁ TODO MURADO, LAJOTADO, E FORRADO E TEM SUAS MEDIAÇÕES 10X25. LOCALIZADO NA A. DAS PUNHAS Nº 375. VALOR R\$ 110.000,00 (CENTO E DEZ MIL REAIS). Contatos: 3222-1550/9168-5673/8806-4650. -E-mail: oliveiraimoveiscomercial@gmail.com e Site www.oliveiraimoveisap.com.br

BELLA VILLE

Oliveira Imóveis – 0124/2012

VENDO UMA CASA COM ACABAMENTO EM ALVENARIA CONTENDO: GARAGEM PARA 02 CARROS, SALA, 03 SUÍTES, 02 QUARTOS, BANHEIRO SOCIAL, COZINHA, ÁREA DE SERVIÇO, DISPENSA, PISCINA, ÁREA COM CHURRASQUEIRA, 02 DEPÓSITOS, 1 DEPENDÊNCIA DE EMPREGADA, CIRCUITO INTERNO DE MONITORAMENTO DE CÂMERA INTERNA E EXTERNA, CERCA ELÉTRICA E SENSOR DE ALARME. O MESMO ESTÁ TODO MURADO, LAJOTADO E FORRADO, LOCALIZADO NA RUA DOS SABIÁS Nº 2381. VALOR R\$ 750.000,00 (SETECENTOS E CINQUENTA MIL REAIS). Contatos: 3222-1550/9168-5673/8806-4650. -E-mail: oliveiraimoveiscomercial@gmail.com e Site www.oliveiraimoveisap.com.br

CABRALZINHO

Oliveira Imóveis – 0188/2013

VENDO UMA EXCELENTE CASA CONTENDO AS SEGUINTE DEPENDÊNCIAS: 1º PAVIMENTO: GARAGEM PARA 02 CARROS, 02 SUÍTES, 01 BANHEIRO, 01 COZINHA, 01 ESPEÇO GOURMET, ÁREA DE SERVIÇO. 2º PAVIMENTO: 02 PÁTIOS, 01 MEZANINO, 01 SUÍTE MASTER. LOCALIZADO A: AV. ALAMEDA CAJARI Nº 147. VALOR: R\$ 450.000,00 (QUATROCENTOS E CINQUENTA MIL REAIS) Contatos: 3222-1550/9168-5673/8806-4650. -E-mail: oliveiraimoveiscomercial@gmail.com e Site www.oliveiraimoveisap.com.br

Oliveira Imóveis – 0147/2012

VENDO UMA CASA CONTENDO: GARAGEM PARA 02 CARROS, 01 SALA DE ESTAR, COZINHA AMERICANA COM BALCÃO EM GRANITO, 02 QUARTOS SENDO UMA SUÍTE, BANHEIRO SOCIAL, ÁREA DE SERVIÇO E QUINTAL. LOCALIZADO NA RUA DOS PAPAGAIOS Nº 1017. VALOR R\$ 200.000,00 (DUZENTOS MIL REAIS). Contatos: 3222-1550/9168-5673/8806-4650. -E-mail: oliveiraimoveiscomercial@gmail.com e Site www.oliveiraimoveisap.com.br

Oliveira Imóveis – 0032/2012

VENDO UMA CASA DE DOIS PAVIMENTO CONTENDO: 1º PAVIMENTO: 01 SALA DE ESTAR, SALA DE JANTAR, COZINHA, BANHEIRO, ÁREA DE SERVIÇO, DISPENSA E GARAGEM. 2º PAVIMENTO: 02 SUÍTES AMPLAS COM SACADA, BANHEIRO SOCIAL, SUAS MEDIAÇÕES 20X30. LOCALIZADO NA RUA DOS CISNES QUADRA B, LOTE 7. VALOR R\$ 400.000,00 (QUATROCENTOS MIL REAIS). Contatos: 3222-1550/9168-5673/8806-4650. -E-mail: oliveiraimoveiscomercial@gmail.com e Site www.oliveiraimoveisap.com.br

CENTRO

Oliveira Imóveis -0219/2013

VENDO UM EXCELENTE APARTAMENTO CONTENDO: 01 SALA DE ESTAR, 1 SUÍTE, 2 QUARTOS, 1 BANHEIRO SOCIAL E 1 ÁREA DE SERVIÇO. LOCALIZADO: RUA: SÃO JOSÉ Nº 1692. VALOR: R\$: 450.000,00 (QUATROCENTOS E CINQUENTA MIL REAIS). Contatos: 3222-1550/9168-5673/8806-4650. -E-mail: oliveiraimoveiscomercial@gmail.com e Site www.oliveiraimoveisap.com.br

CONGÓS

Oliveira Imóveis – 0190/2013

VENDE-SE UMA EXCELENTE CASA LOCALIZADA NO BAIRRO DO CONGÓS CONTENDO AS SEGUINTE DEPENDÊNCIAS: GARAGEM PARA 03 CARROS, SALA DE ESTAR, 04 QUARTOS SENDO 02 SUÍTES, BANHEIRO SOCIAL E ÁREA DE SERVIÇO. LOCALIZADO: AV. BENHUR CORREA ALVES Nº 1555. VALOR R\$: 190.000,00 (CENTO E NOVENTA MIL REAIS). Contatos: 3222-1550/9168-5673/8806-4650. -E-mail: oliveiraimoveiscomercial@gmail.com e Site www.oliveiraimoveisap.com.br

Oliveira Imóveis – 0191/2013

VENDE-SE UMA EXCELENTE CASA EM FASE DE ACABAMENTO, A MESMA É BEM LOCALIZADA. LOCALIZADO: AV. JOÃO GUERRA Nº 1586. VALOR R\$ 300.000,00 (TREZENTOS MIL REAIS). Contatos: 3222-1550/9168-5673/8806-4650. -E-mail: oliveiraimoveiscomercial@gmail.com e Site www.oliveiraimoveisap.com.br

INFRAERO II

Oliveira Imóveis – 0214/2013

VENDO UMA EXCELENTE CASA CONTENDO AS SEGUINTE DEPENDÊNCIAS, GARAGEM PARA 03 CARROS, UMA SALA DE ESTAR, 04 QUARTOS, SENDO 02 SUÍTES, 01 BANHEIRO SOCIAL E 02 ÁREAS DE SERVIÇOS. LOCALIZADO: Rua: Ubracy de Azevedo Picango. VALOR R\$: 150.000,00 (CENTO E CINQUENTA MIL REAIS) Contatos: 3222-1550/9168-5673/8806-4650. -E-mail: oliveiraimoveiscomercial@gmail.com e Site www.oliveiraimoveisap.com.br

JARDIM FELICIDADE I

Oliveira Imóveis 0192/2013

VENDE-SE UMA VILA DE KIT NET COM 05 UNIDADES; CADA UMA POSSUI 01 QUARTO, 1 BANHEIRO, 01 SALA, 01 COZINHA, POSSUI GARAGEM PARA 05 CARROS E CAIXA D'ÁGUA. A MEDIDA DO TERRENO: 12 X 30 POSSUI 360 M2. LOCALIZADO: AV. CARLOS ALMEIDA DE SOUZA Nº 2910. VALOR R\$ 120.000,00 (CENTO E VINTE MIL REAIS). Contatos: 3222-1550/9168-5673/8806-4650. -E-mail: oliveiraimoveiscomercial@gmail.com e Site www.oliveiraimoveisap.com.br

Oliveira Imóveis – 0189/2013

VENDO UMA EXCELENTE CASA CONTENDO AS SEGUINTE DEPENDÊNCIAS: GARAGEM PARA 03 CARROS, 01 SALA DE ESTAR, 02 QUARTOS SENDO UMA SUÍTE, 01 BANHEIRO SOCIAL, 01 COZINHA, 01 BANHEIRO EXTERNO COM DEPÓSITO AO LADO, A MESMA É TODA MURADA, POSSUI ENERGIA BIFÁSICA. LOCALIZADO: AV. CARLOS ALMEIDA DE SOUZA. VALOR R\$ 130.000,00 (CENTO E TRINTA MIL REAIS). Contatos: 3222-1550/9168-5673/8806-4650. -E-mail: oliveiraimoveiscomercial@gmail.com e Site www.oliveiraimoveisap.com.br

LAURINDO BANHA

Oliveira Imóveis

VENDO UMA EXCELENTE CASA CONTENDO AS SEGUINTE DEPENDÊNCIAS: GARAGEM PARA 02 CARROS, 03 QUARTOS SENDO UMA SUÍTE, SALA DE ESTAR, COZINHA COM BANCADA EM GRANITO, 01 BANHEIRO, 01 PISCINA E ÁREA DE SERVIÇO. O TERRENO MEDI 12 X 25. VALOR R\$: 300.000,00 (TREZENTOS MIL REAIS). Contatos: 3222-1550/9168-5673/8806-4650. -E-mail: oliveiraimoveiscomercial@gmail.com e Site www.oliveiraimoveisap.com.br

LAGUINHO

Oliveira IMÓVEIS – 0220/2013

VENDE-SE UM EXCELENTE TERRENO PRÓXIMO AO SUPERMERCADO, LOJAS DE ELETRODOMÉSTICOS E FARMÁCIAS, POSTO DE GASOLINA, BORRACHARIA, LOJA DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO, IGREJAS, FACULDADE E BANCO 24 HORAS. O MESMO MEDI 20 X 60, TOTALIZANDO 1.200 M2, O TERRENO É PRÓPRIO PARA CONSTRUÇÃO DE PRÉDIO, GALPÃO, ESCOLA, CLÍNICA, VILA DE CASAS, RESTAURANTE, BANCOS E LOJAS. LOCALIZADO: RUA: JOSÉ SERAFIM, PARALELA A RUA GENERAL RONDON. VALOR R\$ 450.000,00 (QUATROCENTOS E CINQUENTA REAIS). Contatos: 3222-1550/9168-5673/8806-4650. -E-mail: oliveiraimoveiscomercial@gmail.com e Site www.oliveiraimoveisap.com.br

PACOVAL

Oliveira Imóveis – 055/2013

VENDO UMA CASA EM ÓTIMA LOCALIZAÇÃO. LOCALIZADO: AV. SÃO PAULO. VALOR R\$: 220.000,00 (DUZENTOS E VINTE MIL REAIS). Contatos: 3222-1550/9168-5673/8806-4650. -E-mail: oliveiraimoveiscomercial@gmail.com e Site www.oliveiraimoveisap.com.br

Oliveira Imóveis – 0168/2012

VENDO UMA CASA COM DUAS MORADIAS CONTENDO: 1º MORADIA: GARAGEM PARA 03 CARROS, 01 SALA, ESCRITÓRIO, 02 SUÍTES, COZINHA. 2º MORADIA: SALA DE ESTAR, COZINHA, 03 QUARTOS SENDO 01 SUÍTE, ÁREA DE SERVIÇO, BANHEIRO SOCIAL E QUINTAL. MEDINDO 17 X 34. LOCALIZADA NA RUA MATO GROSSO Nº 634. VALOR R\$ 400.000,00 (QUATROCENTOS MIL REAIS). Contatos: 3222-1550/9168-5673/8806-4650. -E-mail: oliveiraimoveiscomercial@gmail.com e Site www.oliveiraimoveisap.com.br

Oliveira Imóveis – 0062/2012

VENDO UMA CASA TITULADA E REGISTRADA COM ACABAMENTO EM ALVENARIA CONTENDO: GARAGEM PARA 03 CARROS, SALA, BANHEIRO SOCIAL, COZINHA, ÁREA DE SERVIÇO. LOCALIZADO NA AV. RIO GRANDE DO NORTE Nº 166. VALOR R\$ 300.000,00 (TREZENTOS MIL REAIS). Contatos: 3222-1550/9168-5673/8806-4650. -E-mail: oliveiraimoveiscomercial@gmail.com e Site www.oliveiraimoveisap.com.br

SANTANA

Oliveira Imóveis – 0215/2013

VENDE-SE UMA EXCELENTE CASA TODA DE ALVENARIA, CONTENDO 3 SUÍTES EM CIMA E UM PONTO COMERCIAL, E O TERRENO MEDI 4 X 21. LOCALIZADO: AV. SANTANA Nº 131 ÁREA PORTUÁRIA. VALOR R\$ 110.000,00 (CENTO E DEZ MIL REAIS). Contatos: 3222-1550/9168-5673/8806-4650. -E-mail: oliveiraimoveiscomercial@gmail.com e Site www.oliveiraimoveisap.com.br

Oliveira Imóveis – 0216/2013

VENDE-SE UMA EXCELENTE CASA CONTENDO 4 APARTAMENTOS E UMA OFICINA DE CARRO, O TERRENO MEDI 15 X 40. LOCALIZADO: AV. BRASÍLIA Nº 951. HOSPITALIDADE. VALOR R\$ 170.000,00 (CENTO E SETENTA MIL REAIS). Contatos: 3222-1550/9168-5673/8806-4650. -E-mail: oliveiraimoveiscomercial@gmail.com e Site www.oliveiraimoveisap.com.br

SANTA RITA

Oliveira Imóveis – 0139/2013

VENDO UMA EXCELENTE CASA CONTENDO: 4 QUARTOS, 1 BANHEIRO SOCIAL, 1 COZINHA, 1 ÁREA DE SERVIÇO E 1 DISPENSA. LOCALIZADO: AV. FRANCISCO VALO LIMA Nº 2920. VALOR R\$: 150.000,00 (CENTO E CINQUENTA REAIS). Contatos: 3222-1550/9168-5673/8806-4650. -E-mail: oliveiraimoveiscomercial@gmail.com e Site www.oliveiraimoveisap.com.br

KM 09

Oliveira Imóveis – 0187/2013

VENDO UM EXCELENTE TERRENO LOCALIZADO NA LINHA "D" KM 09 HA 800 METROS DA PISTA, O TERRENO CONTEM VÁRIAS ÁRVORES FRUTÍFERAS E O MESMO MEDI 100 X 300. ACEITA-SE PROPOSTA. LOCALIZADO: LINHA D KM 09. VALOR R\$: 300.000,00 (TREZENTOS MIL REAIS). Contatos: 3222-1550/9168-5673/8806-4650. -E-mail: oliveiraimoveiscomercial@gmail.com e Site www.oliveiraimoveisap.com.br

MARABAIXO III

Oliveira Imóveis – 0161/2012

VENDO UMA CASA CONTENDO: GARAGEM PARA 02 CARROS, SALA DE ESTAR, 03 QUARTOS SENDO UMA SUÍTE, 01 BANHEIRO SOCIAL, ÁREA DE SERVIÇO E QUINTAL. MEDINDO 10X25. LOCALIZADO NA AV. DÉCIMA OITAVA Nº 1453. VALOR R\$ 130.000,00 (CENTO E TRINTA MIL). Contatos: 3222-1550/9168-5673/8806-4650. -E-mail: oliveiraimoveiscomercial@gmail.com e Site www.oliveiraimoveisap.com.br

Oliveira Imóveis – 0047/2012

VENDO UMA CASA COM PONTO COMERCIAL CONTENDO: 1º PAVIMENTO: UM PONTO COMERCIAL, 03 FREEZER, 01 EXPOSITOR, 02 VITRINES E UM MAQUINÁRIO PARA PADARIA. 2º PAVIMENTO: GARAGEM PARA 01 CARRO, SALA, 01 QUARTO, BANHEIRO SOCIAL, COZINHA, ÁREA DE SERVIÇO. PARCIALMENTE FORRADO EM PVC, POÇO AMAZONAS. MEDIÇÕES 10X25. LOCALIZADO NA RUA 09 Nº 1068. VALOR R\$ 180.000,00 (CENTO E OITENTA MIL REAIS). Contatos: 3222-1550/9168-5673/8806-4650. -E-mail: oliveiraimoveiscomercial@gmail.com e Site www.oliveiraimoveisap.com.br

Oliveira Imóveis – 0186/2013

VENDO UMA VILA DE KIT NET (05) CONTENDO SALA, QUARTO, COZINHA, BANHEIRO, TODA FORRADA EM MADEIRA DE LEI, LAJOTADO, 02 POÇOS ARTESIANOS E GRADEADO. LOCALIZADO NA AV. 17 DO MARABAIXO III. MEDIAÇÕES 10X25. VALOR R\$ 135.000,00 (CENTO E

TRINTA E CINCO MIL REAIS). Contatos: 3222-1550/9168-5673/8806-4650. -E-mail: oliveiraimoveiscomercial@gmail.com e Site www.oliveiraimoveisap.com.br

UNIVERSIDADE – CONJ. EMBRAPA

Oliveira Imóveis – 0021/2012

VENDO UMA CASA CONTENDO: GARAGEM PARA 01 CARROS, SALA DE ESTAR, 01 QUARTO, BANHEIRO SOCIAL, COZINHA, ÁREA DE SERVIÇO E QUINTAL. MEDINDO 15X25. LOCALIZADO NA AV. ALEXANDRE FERREIRA DA SILVA S/N. VALOR R\$ 150.000,00 (CENTO E CINQUENTA MIL). Contatos: 3222-1550/9168-5673/8806-4650. -E-mail: oliveiraimoveiscomercial@gmail.com e Site www.oliveiraimoveisap.com.br

SOL NASCENTE

Oliveira Imóveis – 0075/2012

VENDO UMA CASA TITULADA E REGISTRADA EM ACABAMENTO EM ALVENARIA CONTENDO: GARAGEM PARA 03 CARROS, SALA DE ESTAR, SALA DE JANTAR, 02 SUÍTES, 01 QUARTO, COZINHA, ÁREA DE SERVIÇO, PISCINA, QUINTAL, PORTÕES DE FERRO E ABASTECIMENTO POR POÇO ARTESIANO. LOCALIZADA RUA TOM JOBIM Nº 2130. VALOR R\$ 180.000,00 (CENTO E OITENTA MIL REAIS). Contatos: 3222-1550/9168-5673/8806-4650. -E-mail: oliveiraimoveiscomercial@gmail.com e Site www.oliveiraimoveisap.com.br

UNIVERSIDADE

Oliveira Imóveis – 0167/2012

VENDO UMA CASA CONTENDO: GARAGEM PARA 02 CARROS, SALA DE ESTAR, COZINHA, BANHEIRO SOCIAL, 03 QUARTOS SENDO UMA SUÍTE E ÁREA DE SERVIÇO. LOCALIZADO NA AV. WALTER BANHOS Nº 310. VALOR R\$ 200.000,00 (DUZENTOS MIL REAIS). Contatos: 3222-1550/9168-5673/8806-4650. -E-mail: oliveiraimoveiscomercial@gmail.com e Site www.oliveiraimoveisap.com.br

Oliveira Imóveis – 0086/2012

VENDO UMA CASA TITULADA E REGISTRADA EM ACABAMENTO CONTENDO: GARAGEM PARA 02 CARROS, SALA DE ESTAR, SALA DE JANTAR, 02 QUARTOS, 01 SUÍTE, 02 SUÍTES INACABAS, COZINHA, BANHEIRO SOCIAL, ÁREA DE SERVIÇO, POÇO ARTESIANO, PISCINA EM FIBRA, ACABAMENTO EM PORCELANATO, MADEIRA E VIDROS, TODA FORRADA MURADA E CERCA ELÉTRICA E PORTÃO ELETROÔNICO. MEDINDO 12X30. LOCALIZADO NA AV. INSPETOR AYMORE Nº 1050. VALOR R\$ 500.000,00 (QUINHENTOS MIL REAIS). Contatos: 3222-1550/9168-5673/8806-4650. -E-mail: oliveiraimoveiscomercial@gmail.com e Site www.oliveiraimoveisap.com.br

Oliveira Imóveis – 0193/2013

VENDO UMA EXCELENTE CASA CONTENDO: GARAGEM PARA 01 CARRO, SALA DE ESTAR, 02 QUARTOS, COZINHA, 02 BANHEIROS, ÁREA DE SERVIÇO, POÇO ARTESIANO, QUINTAL. MEDINDO 12X25. LOCALIZADO NA 2ª AV. UNIVERSIDADE. VALOR R\$ 90.000,00 (NOVENTA MIL REAIS). Contatos: 3222-1550/9168-5673/8806-4650. -E-mail: oliveiraimoveiscomercial@gmail.com e Site www.oliveiraimoveisap.com.br

ZERÃO

Oliveira Imóveis – 0170/2012

VENDO UMA CASA CONTENDO: GARAGEM PARA 02 CARROS, SALA DE ESTAR, SALA DE JANTAR, 02 QUARTOS, 01 SUÍTE GRANDE, BANHEIRO SOCIAL, COZINHA COM MÓVEIS PLANEJADOS, ÁREA DE SERVIÇO, PISO EM PORCELANATO, TODA ACIMENTADA NA ÁREA, POÇO ARTESIANO, ABASTECIDA POR CAIXA D'ÁGUA DE 1.000 LITROS, FORRO EM ANGELIM PEDRA. MEDINDO 12X30. LOCALIZADO NA AV. Mº GIOVANNINI Nº 466 (ENTRE ZECA SERRA E EURICO DOS S. BARBOSA). VALOR R\$ 230.000,00 (DUZENTOS E TRINTA MIL REAIS). Contatos: 3222-1550/9168-5673/8806-4650. -E-mail: oliveiraimoveiscomercial@gmail.com e Site www.oliveiraimoveisap.com.br

KM 09-RAMAL DO CURRALINHO

Oliveira Imóveis – 0173/2012

VENDO UMA CASA DE DOIS PAVIMENTOS COM PONTO COMERCIAL CONTENDO: TERRENO MEDINDO 19X40 COM UMA CASA DE DOIS PAVIMENTOS CONTENDO NO PRIMEIRO PAVIMENTO UM PONTO COMERCIAL COM 01 SALÃO COM BANHEIRO NA PARTE DE CIMA, 01 QUARTO, 01 SALA E 01 COZINHA. LOCALIZADO NO KM 09 AP 20 RAMAL DO CURRALINHO (ENTRE A LINHA D E). VALOR R\$ 150.000,00 (CENTO E CINQUENTA MIL REAIS). Contatos: 3222-1550/9168-5673/8806-4650. -E-mail: oliveiraimoveiscomercial@gmail.com e Site www.oliveiraimoveisap.com.br